Colegiado do Curso de Geografia
Marechal C. Rondon

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Marechal Cândido Rondon

XI EXPEDIÇÃO GEOGRÁFICA - III SEMANA INTEGRADA DE GRADUAÇÃO E PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON GEOTECNOLOGIAS NAS “DIFERENTES GEOGRAFIAS”: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ANAIS

Marechal Cândido Rondon
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Setembro de 2019.

Marcia Regina Calegari
Taila Lorena de Souza
Vanderson Rafael Muller Dapper
Organizadores

XI EXPEDIÇÃO GEOGRÁFICA - III SEMANA INTEGRADA DE GRADUAÇÃO E PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON GEOTECNOLOGIAS NAS "DIFERENTES GEOGRAFIAS": ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO ANAIS

1ª Edição

Marechal Cândido Rondon
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E96a

Expedição Geográfica (11. : 2019 : Marechal Cândido Rondon-PR)

Anais da XI Expedição Geográfica e III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação em Geografia de Marechal Cândido Rondon, 23 a 27 de setembro de 2019./ organizado por Marcia Regina Calegari, Taila Lorena de Souza e Vanderson Rafael Muller Dapper. – Marechal Cândido Rondon (PR), 2019.

ISBN: 978-85-68205-39-6
Tema: Geotecnologias nas “diferentes geografias”: ensino, pesquisa e extensão

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Cartografia. 3. Educação - Legislação. 4. Práticas pedagógicas – Congressos e Convenções. I. Calegari, Marcia Regina, Org. II. Souza, Taila Lorena de, Org. III. Dapper, Vanderson Rafael Muller, Org. IV. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon. V. Título.

CDD 20.ed. 910.7
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborado por Helena Soterio Bejio CRB-9/965

REALIZAÇÃO

Mestrado em Geografia Mal. C. Rondon

Colegiado do Curso de Geografia Marechal C. Rondon

APOIO

CENTRO ACADÊMICO DE GEOGRAFIA

desde 1934

FENAGEO

CAPES

CREA-PR

PARANÁ APROGEO

PROVIDÊNCIA CERVEJARIA

DEKOBEER

E.J. TRANSPORTES

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES

Um horizonte de progresso

APRESENTAÇÃO

Desde o momento em que o curso de graduação em Geografia teve início, em 1997, mantém-se a periodicidade desse evento, de carácter biannual, que tem como objetivo reunir membros da sociedade que possuem algum vínculo (motivado pela pesquisa ou ensino) com a ciência geográfica e permite a reflexão qualificada e a apresentação de propostas que influenciam na revisão e condução do próprio perfil do curso.

Com a aprovação do Mestrado em Geografia no Campus de Marechal Cândido Rondon, em 2011, a organização da Semana Acadêmica passou a contar com um trabalho integrado entre graduação e pós-graduação em Geografia para a realização do evento.

Para este ano de 2019, quando se comemora a realização da XI Expedição Geográfica, o tema norteador para a atividade será o uso das geotecnologias nas “diferentes geografias”, abrangendo desde ensino, pesquisa e extensão, tendo como objetivo debater os desafios e perspectivas do uso destas ferramentas pelo profissional geógrafo nas mais diversas áreas de atuação.

Serão realizados discussões e debates com professores e pesquisadores envolvidos com a temática.

Neste documento serão apresentados os trabalhos que foram publicados em forma de resumo simples (painel) e trabalhos completos (apresentação oral), sendo expostos 33 trabalhos, dos quais 7 são do eixo de Ensino de Geografia, 14 de Geografia Fisica e 12 da Geografia Humana. Contando ainda com 9 artigos completos dos quais foram selecionados para a edição especial da revista Prespectiva Geografica sendo eles 3 do eixo de ensino 5 de Geografia Fisica e 1 de Geografia Humana.

O conteúdo e a correção gramatical dos resumos aqui publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores e não expressam necessariamente as opiniões dos editores.

APRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

	Manhã **8:00 ás 12:00**	**Tarde** **14:00– 18:00**	**Noite** **19:15-22:45**
Segunda-feira. **23/09**			**CERIMÔNIA DE ABERTURA** Apresentação cultural **COMFÊRENCIA DE ABERTURA** Geotecnologias nas "Diferentes Geografias": Ensino Pesquisa e Extensão Conferencista: Prof. Dr. Waterloo Pereira Filho (UFSM) Local - Bloco II – Piso 1 Tribunal do Júri
Terça-feira. **24/09**			**APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS** Modalidade Pôster e Oral
Quarta feira. **25/09**		***MINI CURSOS** **1- Processamento De Dados GNSS A Partir De Serviços PPP (Posicionamento De Ponto Preciso) Online** (Bloco III - 4° Piso - Sala 85 - Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento) **2 - Como Descrever Um Perfil De Solo** (Local: Laboratório de Geologia e Pedologia.) **3 - A Construção De Terrários Fechados Para Trabalhar Os Conteúdos Ciclo Hidrológicos E Ecossistema** (Local: Bloco I - 4° Piso - Sala 24)	***MINI CURSOS** **1- Alfabetização Cartográfica, Construção Do Pensamento Espacial E Inclusão Escolar.** (Local: Bloco I - 4° Piso) **2 - Análise De Fitólitos Aplicada Aos Estudos De Reconstituição Paleoambiental** (Laboratório de Estudos da Dinâmica Ambiental - LEDA.) **3 – O Solo Na Escola - Práticas Pedagógicas Diferenciadas No Ensino De Solos Para Alunos Dos Ensinos Fundamental E Médio.** (Local: Laboratório de Geologia e Pedologia) **4 - Uso De Ferramentas Online Para O Ensino De Climatologia** (Local: Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento)

APRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

	Manhã **8:00 ás 12:00**	**Tarde** **14:00– 18:00**	**Noite** **19:15-22:45**
Quinta-feira. **26/09**		***MINI CURSOS** **1 -Mapeamento Digital E Alfabetização Científica No Ensino De Geografia** (Local: Laboratório de Cartografia) **2- Como Descrever Um Perfil De Solo?** (Local: Laboratório de Geologia e Pedologia.) **3- Educação Ambiental** (local: Laboratório de Geologia e Pedologia)	**1- Alfabetização Cartográfica, Construção Do Pensamento Espacial E Inclusão Escolar.** (Local: Bloco I - 4° Piso) **2 - Análise De Fitólitos Aplicada Aos Estudos De Reconstituição Paleoambiental** (Laboratório de Estudos da Dinâmica Ambiental - LEDA.) **3 – O Solo Na Escola - Práticas Pedagógicas Diferenciadas No Ensino De Solos Para Alunos Dos Ensinos Fundamental E Médio.** (Local: Laboratório de Geologia e Pedologia) **4- Rochas, Minerais e a Catalogação Didática** (Local: Bloco I-4° Piso - Sala 24) **5 - Uso De Ferramentas Online Para O Ensino De Climatologia** (Local: Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento)
Sexta-feira. **27/09**			***MESA REDONDA** **Aplicações Da Geotecnologia no Desenvolvimento Da Geografia** Prof. Clibson Alves dos Santos (UNIFAL) João Renato Antoniazzi Adriana Monteiro da Costa (UFMG)

MINICURSOS

Mapeamento Digital E Alfabetização Científica No Ensino De Geografia
Orador: Prof. Clibson Alves dos Santos (UNIFAL – Lavras-MG)

A Construção De Terrários Fechados Para Trabalhar Os Conteúdos Ciclo Hidrologico E Ecossistema.
Para a construção do terrário será necessára a utilização de substrato para as plantas, seixos argilas expandidas, britas ou outro material mineralógico que possa ser utilizado para a decoração. Caso o participante queira, poderá trazer o material que achar pertinente para a construção do terrário, haja vista que após finalizá-lo, o modelo didático ficará para si.
Orador(es): Jhones Donizetti Mendes.

Alfabetização Cartográfica, Construção Do Pensamento Espacial E Inclusão Escolar.
Orador(es): Vanderson Rafael Müller Däpper e Taila Lorena de Souza.

Análise De Fitólitos Aplicada Aos Estudos De Reconstituição Paleoambiental
Apresentar os princípios básicos sobre a análise de fitólitos, suas principais aplicações em estudos ambientais (exemplos nacionais e internacionais) e realizar práticas de identificação e classificação de morfotipos de fitólitos.
Orador(es) : Marcia Regina Calegari e Jonathan Harrison Mozer.

Como Descrever Um Perfil De Solo?
Orador(es): Bruno Aparecido da Silva

Educação Ambiental
Orador(es): Tainara Ianka e Nayra Steffen.

O Solo Na Escola - Práticas Pedagógicas Diferenciadas No Ensino De Solos Para Alunos Dos Ensinos Fundamental E Médio.
Orador(es): Vanda Moreira Martins, Amanda Andriato Belestre, Simony Schreiner e Dhyonne Fernandes Pessoa

Processamento De Dados Gnss A Partir De Serviços Ppp (Posicionamento De Ponto Preciso) Online
Orador(es): Vinicius Amadeu Stuani Pereira

Rochas, Minerais E A Catalogação Didática
Orador(es): Jhones Donizetti Mendes

Uso De Ferramentas Online Para O Ensino De Climatologia
Orador(es): Leila Limberger

COMISSÕES

Professores:
Dra Marcia R. Calegari
Dra Leila Limberger
Dr Ericson H. Hayakawa

Acadêmicos:
Caroline E. Moellmann
Pós-graduandos:
Jonathan H. Mozer e Franciele Grande

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA
Acadêmicos:
Gabriel de A. Flopas; Juliana Radtke dos Santos; Antônio Trindate; Tainara Ianka Maas;
Vanessa Oliveira; Deivid Friedrich; Amanda Andriato.

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO E SECRETARIA
Acadêmicos:
Dhyonee F. Pessoa; Kely C. Zimpel, Jonathan H. Mozer, Nayra C. Steffen, Taila Lorena de Souza e Franciele M. Grande.

COMISSÃO CIENTÍFICA
Acadêmicos:
Vanderson R. M. Dapper, Carolina G. Benincá, Taila Lorena de Souza.
Professoras:
Marcia R. Calegari e Leila Limberger

COMISSÃO DE CERTIFICADOS
Acadêmicos:
Kevin R. dos Santos, Caroline E. Moellmann e Jonathan H. Mozer

COMISSÃO FINANCEIRA
Acadêmicos:
Milena A. de Lima, Thiago Medeiros
Profa:
Leila Limberger

SUMÁRIO

ENSINO DE GEOGRAFIA 13

RESUMO SIMPLES 14

A BNCC E A ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA: REFLEXÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E A PRÁTICA ESCOLAR 15

A EVASÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/*CAMPUS* MARECHAL CÂNDIDO RONDON DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE) 17

A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE VIVER NO ASSENTAMENTO VALMIR MOTTA E ESTUDAR NA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ZUMBI DOS PALMARES DE CASCAVEL-PR. 19

A UTILIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS SOBRE SOLOS EM PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS 21

O SOLO NA ESCOLA – EXTENSÃO COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE GEOGRAFIA 23

SARNDBOX: CAIXA DE AREIA INTERATIVA PARA O ENSINO 25

UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE MEU MUNICÍPIO 27

GEOGRAFIA FISICA 29

RESUMO SIMPLES 30

ASSINATURA DE TORNADOS EM IMAGENS DE RADAR PARA AS OCORRÊNCIAS DO ANO DE 2015 NO ESTADO DO PARANÁ. 31

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E HIDROLÓGICA DOS PONTOS CRÍTICOS DE ALAGAMENTO NA CIDADE DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON (PR) 33

CATALOGAÇÃO DE AMOSTRAS DE ROCHAS E DE MINERAIS COM VISTA À PRODUÇÃO DE ACERVO PARA USO DIDÁTICO DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, *CAMPUS* DE ASSIS CHATEAUBRIAND 35

CONTRIBUIÇÕES DA METODOLOGIA DA ANÁLISE ESTRUTURAL DA COBERTURA PEDOLÓGICA NA EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA DO SOLO NA GEOGRAFIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA 38

ESTUDOS DE TRAÇOS DE METAIS PESADOS LAGO MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO - PR 40

ESTUDO DOS DOMICÍLIOS URBANOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CASCAVEL – CASCAVEL/PARANÁ ATRAVÉS DA TÉCNICA MATRIZ ORDENADA 42

INCIDÊNCIA DE TORNADOS NO PARANÁ 2016-2018 44

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE ÍNDICES DE IDENTIFICAÇÃO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS A DADOS DE TEMPERATURA DO OESTE DO PARANÁ 46

RELAÇÃO RELEVO/SOLO/VEGETAÇÃO NA ILHA 2 DO ARQUIPÉLAGO TRES ILHAS NO SETOR DO ALTO RIO PARANÁ 48

SISTEMAS PEDOLÓGICOS X SISTEMAS AGRÍCOLAS: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO USO E OCUPAÇÃO DAS TERRAS 50

USO DE DADOS METEOROLÓGICOS DE GRADE REGULAR PARA MARECHAL CÂNDIDO RONDON: PROPOSTA METODOLÓGICA 52

USO E COBERTURA DA TERRA A PARTIR DE IMAGENS DE ALTA RESOLUÇÃO DO PLUGIN QUICKMAPSERVICES 54

VARIAÇÃO DA SEÇÃO TRANSVERSAL DE BUEIROS E PONTILHÕES LOCALIZADOS NA ÁREA URBANA DE CAMPO BONITO (PR) E SUA POSSÍVEL RELAÇÃO COM AS INUNDAÇÕES NA CIDADE 56

TRABALHO COMPLETO 58

CARACTERIZAÇÃO MORFOPEDOLÓGICA DO FUNDO DE VALE DO CANAL DE PRIMEIRA ORDEM EM TOLEDO - PR 59

GEOGRAFIA HUMANA 69

RESUMO SIMPLES 70

ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DOS REFÚGIOS E RESERVAS BIOLÓGICAS DE ITAIPU NA ZONA DE FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI 71

CONFLITO TERRITORIAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SÃO JOÃO E CHOPINZINHO, SUDOESTE DO PARANÁ 73

DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS EM CIDADES PEQUENAS: O CASO DE MERCEDES/PR 75

O OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ COMO FERRAMENTA DE DEBATE EM TEMPOS SOMBRIOS 77

O PROCESSO DE EMPODERAMENTO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS 79

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS: AS ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO BAIRRO CASCAVEL VELHO EM CASCAVEL/PR 81

TRABALHOS COMPLETOS 83

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL E O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO PERFIL DE ORIGEM DOS ACADÊMICOS 84

DO NOME AO TERRITÓRIO, DO TERRITÓRIO AO NOME: REAÇÕES À NOMEAÇÃO DA PRAÇA PUSHKIN SITUADA NOS LIMITES DA AV.ZELINA NA CIDADE DE SÃO PAULO. 94

O E-COMMERCE DE DELIVERY E PLATAFORMAS VIRTUAIS EM CAMPO GRANDE-MS. 106

O ESTABELECIMENTO DE REDES DE INTERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇAS, ENTRE OS MUNICÍPIOS DE PATO BRAGADO E *NUEVA ESPERANZA*, ZONA DE FRONTEIRA BRASIL-*PARAGUAY* NO PÓS FORMAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA USINA HIDRELÉTRICA DA ITAIPU (1982) 118

REDES ILEGAIS TRANSFRONTEIRIÇAS: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE 131

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A PARTIR DA APROPRIAÇÃO PRIVADA DA TERRA E A ATUAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO SUBORDINANDO A TERRA PARA A PRODUÇÃO DE RENDA 141

TRABALHOS APROVADOS PARA A EDIÇÃO ESPECIAL DO REVISTA PRESPECTIVA GEOGRÁFICA 149

ENSINO DE GEOGRAFIA.....150

A EDUCAÇÃO NA FRONTEIRA: CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO (PARANÁ-BRASIL) 151

A MÚSICA E O ESPAÇO, POSSIBILIDADES E ENTENDIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DO SABER GEOGRÁFICO PELA REALIDADE DO ALUNO - DISCUTINDO A MÚSICA "175 NADA ESPECIAL".....152

O ENSINO DE GEOGRAFIA E AS ADAPTAÇÕES CURRICULARES NA INCLUSÃO ESCOLAR.....153

GEOGRAFIA FISICA 154

A MORFOPEDOLOGIA DAS VERTENTES E AS DIMENSÕES DAS APP FLUVIAIS NA BACIA DO CÓRREGO PEROBA-PR.....155

ANÁLISE FITOLITICA APLICADA NA RECONSTITUIÇÃO PALEOAMBIENTAL NA ESEC CAETETUS – GÁLIA (SP).....156

ATUALIZAÇÃO DO MAPA DE SOLOS NA BACIA DO PARANÁ 3: ESTUDO DE CASO DAS SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS SÃO FRANCISCO VERDADEIRO E SÃO FRANCISCO FALSO. 157

ESTUDO MORFOPEDOLÓGICO EM UMA TOPOSSEQUÊNCIA NA ESQUINA MEMÓRIA – TOLEDO – PR 158

FINGERPRINTING FITOLÍTICO DE FITOFISIONOMIAS FLORESTADAS DO BIOMA MATA ATLÂNTICA 159

GEOGRAFIA HUMANA.....160

RESISTÊNCIA E CULTURA: A TRAJETÓRIA GUARANI NA LUTA PELA TERRA NO OESTE DO PARANÁ.....161

ENSINO DE GEOGRAFIA

RESUMO SIMPLES

A BNCC E A ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA: REFLEXÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E A PRÁTICA ESCOLAR

Vanderson Rafael Muller Dapper
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon. E-mail: vandersondapper@hotmail.com

Ericson Hideki Hayakawa
Doutor em Sensoriamento Remoto, Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon. E-mail: ericson_geo@yahoo.com.br

Terezinha Correa Lindino
Doutora em Educação, Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon e Toledo. E-mail: terezinhalindino@gmail.com.

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discutir a legislação educacional brasileira sobre a alfabetização cartográfica nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A problematização da proposta de pesquisa baseia-se na aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, que enaltece o desenvolvimento do raciocínio geográfico e domínio do pensamento espacial. A BNCC configura-se como um documento normativo que define as aprendizagens essenciais, assim como, as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas na escolarização básica, visto que sua implantação norteará a elaboração dos currículos escolares dos estabelecimentos públicos e particulares. Ademais, a BNCC foi instituída, justamente, para combater as desigualdades educacionais e promover a equidade de ensino no território brasileiro, a fim de assegurar que todas as escolas trabalhem os conteúdos mínimos necessários para o desenvolvimento integral dos estudantes (BRASIL, 2017). Dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PNCs) para BNCC, observa-se que a alfabetização cartográfica é enfatizada, principalmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O documento assegura que todos os estudantes devem desenvolver a capacidade de ler e interpretar mapas. Em sua organização didático-pedagógica, a linguagem cartográfica e os conteúdos relacionados à cartografia ficam mais complexos, porém acessíveis e relacionados com o cotidiano dos estudantes, uma vez que a alfabetização cartográfica precisa dar conta da modernidade e do avanço tecnológico da ciência. No entanto, pelo entendimento que a BNCC não esgota os debates sobre a organização curricular, como também não resolve todos os problemas e lacunas que foram observados durante a sua elaboração (CURY; REIS; ZANARDI, 2018), buscará investigar os elementos que tornam a cartografia uma dificuldade metodológica e vislumbrar possíveis caminhos para a implementação e concretização das competências e habilidades da BNCC presentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para tanto, a investigação contará com pesquisa documental dos documentos oficiais que norteiam os currículos escolares e análise de conteúdos dos questionários respondidos pelos professores que lecionam nesta modalidade de ensino no território brasileiro.

Palavras-chave: Cartografia escolar; Legislação educacional; Práticas pedagógicas.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

CURY, C. R. J.; REIS, M.; ZANARDI, T. **Base Nacional Comum Curricular**: dilemas e perspectivas. 1a. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

Resumo simples

A EVASÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/*CAMPUS* MARECHAL CÂNDIDO RONDON DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)

Marilene Francieli Wilhelm
Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão. E-mail: maryejaime@live.com.

Marli Terezinha Szumilo Schlosser
Doutora em Geografia, professora do curso de Geografia e Mestrado/Doutorado em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) *Campus* de Marechal Cândido Rondon e Francisco Beltrão/PR. E-mail: marlisch20@hotmail.com.

Resumo: O impacto de uma instituição de ensino superior (IES) sobre os estudantes tem originado estudos que abrangem diversos aspectos, como o envolvimento dos discentes com as atividades da universidade, a aprendizagem, o desenvolvimento, a permanência e a evasão. Ainda que a formação superior seja considerada base para a formação profissional, inúmeros são os casos de evasão nas diversas áreas do ensino superior. Holanda (2007) aponta que os índices de evasão se caracterizam como fonte de preocupação para as IESs, sejam públicas ou privadas. Nesse sentido, na referida pesquisa analisou-se as causas e/ou as motivações para a evasão do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) no *Campus* de Marechal Cândido Rondon/PR, entre os anos de 2010 e 2016. Para tanto, optou-se pela pesquisa qualitativa, através da metodologia Estudo de Caso, com a participação de discentes evadidos. Na sequência desenvolveu-se as análises dos dados (entrevistas/questionários), com as referidas indagações: quantidade de ingressantes; evadidos e respondentes; faixa etária; variável de gênero; município de residência; informações relacionadas ao curso; ano de entrada e de saída do curso; estado civil e categoria administrativa das escolas frequentadas pelos evadidos; se o discente evadido desejava atuar na área que teria sido a de sua formação no curso ou pensava em outra profissão; verificou-se a visão dos evadidos sobre o rendimento acadêmico durante o período cursado e a relação professor e discentes; a comunicação entre a secretaria acadêmica, o colegiado de curso e discentes evadidos; investigou-se se os evadidos voltariam ao mesmo curso e à mesma universidade; como a evasão universitária repercutiu na vida dos evadidos; se poderia ter havido algum fator que contribuísse para que o discente não tivesse saído do curso, se recebiam auxílio/assistência estudantil (financeiro); a situação acadêmica atual; fatores para a evasão; relação dos discentes evadidos que exerciam ou não atividade remunerada. Diante das informações coletadas sobre o perfil dos discentes evadidos foi possível verificar de maneira geral, entre os anos de 2010 e 2016, o curso supracitado apresentou 277 ingressantes, os quais, 57% evadiram, 76% foram contatados. Destes, 81% participaram das entrevistas/questionários. O percentual médio foi de 45% entre os respondentes que afirmaram ter evadido por fatores individuais no *Campus* de MCR. Conforme a ordem de importância, foram citados os fatores seguintes: 1º) difícil equacionamento entre os encargos do trabalho e as tarefas decorrentes dos estudos na universidade, 2º) desencanto/desinformação com o curso de graduação escolhido, 3º) a obtenção da vaga no Curso de Geografia/Licenciatura ter sido decorrência de segunda opção no concurso vestibular. Ainda, 33% afirmaram que a evasão se deu por fatores externos: 1º) problemas pessoais com a família, 2º) dificuldades financeiras e 3º) falta de prestígio da profissão docente. Sobre os fatores internos (22%), foram mencionados: 1º) os métodos de ensino adotados no curso, 2º) falta de apoio aos ingressantes das chamadas posteriores (2ª,

3ª, 4ª... chamadas), assim como também aos ingressantes do Sistema de Seleção Unificada (SISU), 3º) descontentamento com a grade curricular do curso.

Palavras-chave: Ensino superior; Evasão escolar; Licenciatura em Geografia.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

HOLANDA, J. O desafio é ser atraente. **Rev. Ensino Superior**, v. 100, p. 28-32, 2007.

WILHELM, M. F. **A evasão dos cursos de Licenciatura em Geografia a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).** Francisco Beltrão: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2019. 184 p. (Dissertação, mestrado em Geografia).

---------- Resumo simples

A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE VIVER NO ASSENTAMENTO VALMIR MOTTA E ESTUDAR NA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ZUMBI DOS PALMARES DE CASCAVEL-PR.

Andressa Picolli
Acadêmica do curso de Geografia - Campus de Marechal C. Rondon- Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: andressa_picolli@hotmail.com .

Vanessa Vieira de Oliveira
Acadêmica do curso de Geografia - Campus de Marechal C. Rondon- Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: vanessa.oliveira-@outlook.com .

Marli Terezinha Szumilo Schlosser
Docente do curso de Geografia – Campus de Marechal C. Rondon – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: marlisch20@hotmail.com .

Resumo: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento de lutas em busca de uma sociedade justa e fraterna. Teve início na década de 1980 e ganhou forças ao longo de sua trajetória histórica. Com o tempo, percebeu-se a necessidade de uma Educação do Campo a partir de um projeto de escola que contemplasse a realidade dos sujeitos do campo. Nesta perspectiva, a pesquisa foi realizada na Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares, localizada no município de Cascavel – Pr, que nasceu na articulação do MST por uma escola no/do campo em 2004. Inicialmente era uma escola itinerante, que se deslocava junto com o acampamento, porém em 2014 foi reconhecida como Escola do Campo, no assentamento Valmir Motta, e em março de 2018 foi inaugurada com novas instalações. O projeto de pesquisa consiste em analisar o histórico de formação/estruturação da escola no/do campo e interpretar através dos desenhos e dizeres dos estudantes do Ensino Fundamental I o cotidiano e dificuldades enfrentadas no campo. Também objetiva-se compreender como é ser/viver vinculado ao contexto do MST, a partir das experiências de vida dos próprios estudantes.

Palavras-chave: Movimento Sem Terra; Educação no/do Campo; Percepção.

Referências:

CERIOLI, P. R. & CALDART, R. S. (2004). Primeira Conferência Nacional "Por uma Educação Básica do Campo": In: Arroyo, M. G. & Caldart, R. S. & Molina, M. C. (Orgs). **Por uma educação do campo. Petrópolis**: Vozes, p. 19-63.

DAPPER, V. R. M. **O jovem e a fronteira**: percepções e práticas espaciais dos concluintes do Ensino Médio em Pato Bragado (Paraná-Brasil). 2018. 126 p. TCC (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

PARANÁ. (2018). Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares. Cascavel.

ROSSETTO, E. R. (2012). **O papel das lideranças camponesas nas escolas do campo: um estudo de caso da escola itinerante Zumbi dos Palmares e do Colégio Estadual do Campo Santa Luzia.** 2012. 87 p. TCC (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.

---------- Resumo simples

A UTILIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS SOBRE SOLOS EM PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS

Marina Pereira da Silva Suptitz
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia, *Campus* de Marechal C. Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: marinasuptitz@gmail.com

Vanda Moreira Martins
Doutora em Solos e Nutrição de Plantas. Docente do curso de Graduação e Pós-Graduação de Geografia, *campus* de Marechal C. Rondon, Unioeste.
E-mail: mmvanda@hotmail.com

Terezinha Corrêa Lindino
Doutora em Educação. Docente do curso de Graduação de Geografia, *campus* de Marechal C. Rondon, Unioeste e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais, *campus* de Toledo, Unioeste. E-mail: terezinhalindino@gmail.com

---

Resumo: O ensino da Geografia passou por diversas transformações nas últimas décadas, até tornar-se disciplina curricular. Especificamente, os seus conteúdos foram transformando sua identidade, ao longo dos anos. Vários foram os conteúdos que se destacaram neste processo; todavia, nota-se um desinteresse pelo conteúdo Solos. A justificativa para este desinteresse vem sendo justificado pelo fato que esta temática não está integrada ao Ensino Básico e seu entendimento teórico não complementa as Práticas Educativas Ambientais desenvolvidas no contexto escolar. Neste sentido, o ensino de Solos na Geografia "[...] é geralmente nulo ou relegado a um plano menor nos conteúdos de Ensino Fundamental e Médio" (BECKER, 2007, p. 75), dificultando assim a aprendizagem do mesmo. Cabe aqui ressaltar que no processo de ensino e aprendizagem da Geografia, este conteúdo é trabalhado habitualmente de forma compartimentada, voltado para a economia agrícola. Mas, reforçar-se aqui a necessidade de trabalha-lo de forma integrada e interligada. Tal entendimento pode ser desenvolvido de várias formas e, sob este contexto, a problemática desta pesquisa recai em saber se: as Práticas Educativas Ambientais desenvolvidas no contexto escolar são satisfatórias (com base em sua eficácia e eficiência) para fundamentar a importância de se ensinar o conteúdo Solo no Ensino Fundamental (anos finais)? Para seu desenvolvimento, utilizar-se-á a metodologia contida na Pesquisa Explicativa (PRADANOV; FREITAS, 2013), procurando identificar e analisar as práticas educativas ambientais realizadas na disciplina de Geografia no Ensino Fundamental – Anos Finais, do município de Nova Santa Rosa-PR, de modo a verificar relação entre o conteúdo Solo e a Educação Ambiental Formal. Também, procura-se evidenciar as características e a importância do ensino de solos no contexto escolar brasileiro; identificar e analisar as práticas educativas ambientais desenvolvidas nos anos finais do Ensino Fundamental, de modo a avaliar sua aplicabilidade perante o ensino apresentado na disciplina de Geografia; e, indicar os conteúdos de solos às práticas educativas ambientais que abordem o uso do solo ao Meio Ambiente, buscando analisar a importância e a relevância dos mesmos no contexto social e econômico do aluno. Com cunho qualitativo, optou-se pelas seguintes técnicas de coleta de dados: levantamento bibliográfico, análise documental e entrevista. Para a análise das informações, será utilizada a técnica de Análise do Conteúdo (BARDIN, 2011); discutindo do o que se faz ao que se acredita estar realizando no cotidiano escolar, em relação às Práticas

Educativas Ambientais sobre Solos. Por conseguinte, espera-se verificar quais Práticas Educativas Ambientais fazem uso do conteúdo Solos como compreensão do Meio Ambiente.

Palavras-chave: Solos; Práticas Educativas Ambientais; Projeto Político Pedagógico (PPP).

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

BARDIN, L. **Análise do conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.** Lisboa/Portugal: Edições 70 Ltda, 2011.

BECKER, E. L. S. **Solo e Ensino**. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/396/370>. Acesso em: 03 jun. 2019.

PRADANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ªed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

---------- Resumo simples

O SOLO NA ESCOLA – EXTENSÃO COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE GEOGRAFIA

Dhyonne Fernandes Pessoa
Acadêmico de graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná *Campus* de Marechal Cândido Rondon. dhyonne.99@gmail.com

Simony Schreiner
Acadêmico de graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná *Campus* de Marechal Cândido Rondon. simonyschreiner12@outlook.com

Amanda Andriato Balestre
Acadêmico de graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná *Campus* de Marechal Cândido Rondon. amanda-andriato@hotmail.com

Vanda Moreira Martins
Professora do Curso de Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná *Campus* de Marechal Cândido Rondon. mmvanda@hotmail.com

---

Resumo: A formação de um professor em um curso de licenciatura exige uma série de processos, que se apresentam na forma das disciplinas da área de ensino e do estágio supervisionado. Tais etapas são indispensáveis para o licenciado exercer suas funções adequadamente. O curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Marechal Cândido Rondon-MCR, tem como critério básico formar profissionais para atuar no Ensino fundamental II e Ensino Médio. Contudo, durante a graduação, a realidade do processo ensino-aprendizagem exige que o graduando do curso de licenciatura desenvolva e/ou aprenda procedimentos, mecanismos e/ou técnicas para desempenhar a função docente (arte de ensinar) em um período pré-determinado, conforme Projeto Político Pedagógico do curso de licenciatura em Geografia e diretrizes nacionais. O estágio docente ou estágio supervisionado nas escolas, por exemplo, inicia-se no terceiro ano do curso; momento em que o discente está em processo de aprendizado de conteúdos necessários à sua formação. Neste contexto, buscou-se abordar a importância do projeto de extensão "O Solo na Escola" para formação dos acadêmicos envolvidos no desenvolvimento das atividades pedagógicas do referido projeto. O objetivo foi identificar qual a forma de atendimento/atividade (tutorias, palestras, oficinas, minicurso, etc) e quais são as práticas pedagógicas diferenciadas (ensaio de porosidade e infiltração de água no solo, teste de atração magnética e textura do solo, teste de estabilidade dos agregados/torrões etc) que mais auxiliam os graduandos no Ensino do Solo, bem como o professor regente das escolas atendidas. Para tanto, foram relatadas e analisadas as experiências pedagógicas do Projeto de Extensão "O solo na escola" e sua inserção na comunidade escolar desde no período de 2015 a 2018. Cabe ressaltar que o projeto em questão se encontra ativo desde o ano de 2015 e tem por objetivo aproximar a comunidade acadêmica e a escolar, auxiliando os professores do Ensino Básico da rede pública e privada na abordagem dos conteúdos sobre os solos. As atividades de tutorias são realizadas junto às escolas dos municípios de Marechal Cândido Rondon e região, no laboratório de Pedologia e Geologia da UNIOESTE ou em eventos relacionados a Educação Ambiental. O projeto conta com, no mínimo, dois alunos bolsistas de graduação desde o seu início, além dos colaboradores (graduação e pós-graduação), coordenador e demais voluntários. As ações desenvolvidas (tutorias, oficinas e minicursos) contribuíram com a superação das deficiências e dificuldades das escolas em relação ao

ensino dos conteúdos sobre os solos, na medida em que viabilizam o acesso aos materiais didáticos que compõem o kit de solos e ao Laboratório de Pedologia e Geologia Casemiro Balcewicz da UNIOESTE-MCR. Por isso, a elaboração e a confecção dos materiais didáticos, bem como a realização das tutorias e oficinas têm sido as atividades mais solicitadas e bem avaliadas, tanto pelos extensionistas, como pelo público alvo, uma vez que garantem o contato, a integração e troca de experiências entre os participantes, bem como a compreensão e aprendizagem dos conteúdos abordados. Os materiais didáticos que compõem o kit de solos ou kit pedológico são, indiscutivelmente, recursos essenciais para o sucesso e a eficácia das práticas pedagógicas diferenciadas utilizadas nas tutorias e atendimentos para ensinar os conteúdos sobre o solo. As atividades de ensino do solo mais solicitadas pelos professores regentes (1º ao 9º ano) são as tutorias nas escolas e as visitas ao laboratório de Pedologia e Geologia da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon-PR. Ambas as atividades são realizadas, respeitando-se as condições de infraestrutura, logística e regras pedagógicas das escolas, a fim de promover, de maneira satisfatória, a integração e as trocas de experiências entre os membros da comunidade universitária e escolar. As oficinas e minicursos, com temáticas relacionadas ao Ensino do Solo, foram as atividades, direcionadas aos profissionais do Ensino Básico, mais solicitadas. Elas, via de regra, integraram a programação de eventos regionais e locais, como semanas acadêmicas, seminários de extensão (SEU), encontros (EGEMAR) etc. A sensibilização a respeito da importância dos solos na construção e entendimento do espaço geográfico e formação da cidadania faz parte das prioridades das atividades do projeto.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Ensino do Solo; Prática Pedagógica Diferenciada.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Araucária.

Referências:

LIBÂNEO, José C.; PIMENTA, Selma G. **Formação dos profissionais da educação** – visão crítica e perspectivas de mudança. Educação e Sociedade. Campinas: Cedes, n° 68, 1999.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia**: o espaço da educação na universidade. Cadernos de pesquisa. Vol. 37. Nº130. p. 99-134. jan./abr. 2007.

SARNDBOX: CAIXA DE AREIA INTERATIVA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

Mariana Luize Rubel Pereira
Discente, Instituto Federal do Paraná - *Campus* Assis Chateaubriand. marianaluize6@gmail.com.

Jhones Donizetti Mendes
Docente, Instituto Federal do Paraná - *Campus* Assis Chateaubriand. jhones.mendes@ifpr.edu.br.

Luis Henrique Von Mecheln
Docente, Instituto Federal do Paraná - *Campus* Assis Chateaubriand. luis.vonmecheln@ifpr.edu.br.

Resumo: Os conteúdos "Relevo" e "Bacias Hidrográficas", trabalhados na disciplina de Geografia dos ensinos fundamental e médio, muitas vezes, são ensinados por meio da teoria, o que pode torná-los um pouco mais difícil de se compreender, ainda mais quando não são relacionados com a realidade vivida, contudo, é o que pode existir de recurso para o momento. Quando se fala nas formas de relevo e a estrutura e o funcionamento das bacias hidrográficas, muitos alunos poderiam desenvolver um melhor aprendizado dos conteúdos caso eles fossem trabalhados de maneira mais prática. Maquetes em isopor, de papelão e outros materiais são bons exemplos para trabalhar estes conteúdos, no entanto, após as apresentações pelos alunos, esse material enquanto resíduo será reaproveitado para outras finalidades ou, em maioria dos casos, descartado. Pensando nisso, este trabalho apresenta a caixa de areia interativa para a construção didática de relevos e para compreensão das bacias hidrográficas, como uma opção para auxiliar o ensino não formal de Geografia. O protótipo tem como objetivo auxiliar no aprendizado dos conteúdos citados na disciplina de Geografia, de maneira mais lúdica, estimulando o aluno a aprender fazendo. Pois, por meio do modelo didático, os alunos participantes conseguem moldar os relevos, compreender as altitudes através da hipsometria, além de entender visualmente a espacialidade das bacias hidrográficas. Também, ressalta-se que devido ao fato de os alunos poderem construir por várias vezes os relevos na areia, não gerarão resíduos como o caso dos outros tipos de maquetes. Sobre os procedimentos metodológicos, a SARndbox é uma caixa de areia interativa na qual é possível moldar relevos hipotéticos que são lidos por um sensor Kinect e transmitidos por um projetor que é refletido em um espelho e a imagem projetada é direcionada sobre a caixa de areia, mostrando através da hipsometria, as curvas de níveis dos relevos moldados. Esta caixa de areia interativa será levada para escolas municipais e estaduais na cidade de Assis Chateaubriand enquanto atividade de extensão para facilitar o aprendizado sobre os conteúdos geográficos. Após cada apresentação e interação com a caixa de areia, o público participante responderá à questão: a atividade com a caixa de areia estimulou e/ou facilitou o seu interesse pelos conteúdos? Planeja - se levar a caixa de areia interativa para aulas práticas no dia 26 de setembro de 2019. Enquanto resultados parciais do modelo didático até o momento, foram feitas a montagem do protótipo e alguns testes sobre seu funcionamento, assim como, o mesmo foi apresentado na Mostra de Cursos de 2019, do Instituto Federal do Paraná (IFPR) - *campus* Assis Chateaubriand, tendo considerada visitação. Diante disso,

através das práticas não formais com a caixa de areia interativa, buscaremos auxiliar o ensino de Geografia com vista a permitir maior clareza sobre os conteúdos abordados.

Palavras-chave: Integração; SARndbox; Ensino Interativo; Geografia; Relevo.

Referências

CUNHA, C. *et al.* **SandBox**: Caixa de areia de realidade aumentada aplicada ao ensino de Geomorfologia. Disponível em: http://www.sinageo.org.br/2018/trabalhos/4/4-410-1305.html. Acesso em: 18 mar. 2019.

FONSECA, T. **Ensinar X Aprender:** Pensando a Prática Pedagógica. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1782-6.pdf. Acesso em: 18 mar. 2019.

KAWAMOTO, A. L. S. *et al*. **Manual de Instalação, Configuração e Uso da Caixa de Areia de Realidade Aumentada (SARndbox)**. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/5908/1/manualsarndbox.pdf. Acesso em: 02 maio 2019.

UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE MEU MUNICÍPIO

Elisa Bernadete Rambo
Licenciada em Geografia. Professora da rede estadual de Ensino. E-mail: elisa.rambo@escola.pr.gov.br

Resumo: Pensando em trabalhar a Geografia além da sala aula, aproveitando o uso das novas tecnologias, em especial o celular, o projeto "Um olhar geográfico sobre meu município", desenvolveu ações para aguçar o olhar do aluno sobre o local a ser fotografado. O objetivo do concurso "UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE MEU MUNICÍPIO", foi estimular o desenvolvimento da criatividade e do sentido estético, a capacidade de observação do meio ambiente, a sensibilidade para a preservação dos patrimônios físico e humano. Além disso, as imagens também foram obtidas relacionadas ao contexto da vida animal, vegetal, relevo, clima e tecnologia. Através deste projeto foi possível trabalhar com os alunos a importância da preservação das riquezas naturais presentes em suas propriedades e arredores. Segundo Barthes (1984), a fotografia perpetua o passado, carregando consigo as representações sociais e o cotidiano de determinada época, ela envolve, transmite, evidência e instiga o observador a analisar aquele indício de realidade que se apresenta na fotografia, provocando emoções universais e distintas de cada indivíduo que a observa. Através da fotografia possibilitamos novas estratégias pedagógicas, novas formas de conhecimento, onde cada um expressa o seu olhar geográfico e sua concepção de mundo. O primeiro passo realizado para o desenvolvimento desta atividade, foi conversar sobre a ideia de se trabalhar com o uso de celulares, exclusivamente para fotografias, propondo pesquisas sobre o tema. Depois da pesquisa concluída, realizou-se um debate evidenciando o objetivo do trabalho. Na sequência, os alunos foram incentivados a fotografar, criando uma série de imagens, que pudessem explicar aos colegas e demais enfatizando as percepções e características mais interessantes no local fotografado. Cada aluno ficou responsável por enviar a sua melhor fotografia, juntamente com a descrição de mesma (porque escolheu o local/foco e a localização da mesma). A área de abrangência para a coleta das fotografias foi o município de Marechal Cândido Rondon. Depois que todos enviaram suas fotos, as mesmas foram impressas e expostas em um mural da escola para a apreciação de todos os alunos, pais, professores e comunidade. O projeto teve um ótimo resultado, pois foi percebido que muitos pontos de nosso município eram desconhecidos pela maioria, aguçando assim a curiosidade de explorar e conhecer novos lugares. Ao final do projeto, ocorreu uma premiação para as melhores fotografias, onde os prêmios foram máquinas fotográficas e pen drives.

Palavras-chave: Sala de aula; Tecnologias; Espaço Geográfico; Criatividade; Observação.

Referências

BORGES, M. E. L. Tradição e modernidade na mira dos fotógrafos. In: **História e Geografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MORAN, J. M. **O uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD** – uma leitura crítica dos meios. São Paulo, 1999.

_____. Mudar a forma de Ensinar e Aprender. **Revista Interações**. São Paulo, 2000. Vol. V, p.57-72.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. Edição Brasiliense, São Paulo. 1995

GEOGRAFIA FISICA

RESUMO SIMPLES

ASSINATURA DE TORNADOS EM IMAGENS DE RADAR PARA AS OCORRÊNCIAS DO ANO DE 2015 NO ESTADO DO PARANÁ.

Karin Linete Hornes
Professora adjunta da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), Marechal Cândido Rondon, PR. E-mail: karinhornes@yahoo.com.br.

Larissa Canossa Schulz
Graduanda do curso de licenciatura em Geografia da UNIOESTE. E-mail: schulzlarissa80@gmail.com

---

Resumo: Tornados são colunas de ar em altíssima rotação originários da nuvem de tempestade Cumulu-nimbos, geralmente duram alguns minutos. Eles possuem um alto poder destrutivo dependendo da velocidade de giro ciclônico e da locomoção superficial. O acontecimento é comumente associado aos Estados Unidos (EUA). No entanto, tornados ocorrem há vários anos também no Brasil, mas sua ocorrência é pouco divulgada e reconhecida. O Brasil é considerado o segundo país mais atingido por tornados (CANDIDO, 2012). Por tal razão, pretende-se neste trabalho elucidar os elementos envolvidos na formação dos tornados e caracterizar os tornados ocorridos no Paraná em 2015 em conjunto com as assinaturas que estes eventos podem apresentar nas imagens de radar. Os radares meteorológicos são um instrumental necessário na previsão e monitoramento do tempo. Eles recebem e transformam os sinais elétricos da atmosfera em imagens digitais, permitindo posteriormente que se elaborem leituras e previsões meteorológicas. As imagens de radares dependendo do canal utilizado permitem verificar o comportamento das nuvens (seu deslocamento e crescimento) a temperatura da nuvem e com isto é possível traçar as possibilidades de precipitação e direção que está terá, bem como eventuais anomalias, dentre elas o desenvolvimento de nuvens super-células, capazes de gerar granizo, aguaceiros, micro explosão, raios e tornados (MAHAFZA, 1998, p.33). Para realizar a pesquisa, inicialmente foram caracterizadas as assinaturas de atividades de tornado que o NOAA (*National Oceanic & Atmospheric Administration*) (Administração Oceânica e Atmosférica Nacional) e outros órgãos de meteorologia utilizam para lançar alertas nos EUA. Houve também a caracterização do funcionamento dos radares meteorológicos Doppler e Nexrad e da interpretação de seus produtos. Este item foi realizado para tentar identificar os padrões e formas que estes fenômenos podem apresentar nas imagens de radar e Goes. De posse destas informações deu-se início a caracterização das ocorrências de tornados no ano de 2015 no Paraná. A caracterização foi baseada nos trabalhos de Rodrigues (2017) e Hornes e Balicki (2018). Até o momento se tem o registro dos seguintes eventos de tornado no ano de 2015, Pérola D´Oeste, Francisco Beltrão, Marinópolis, Cafelândia, Nova Aurora, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes. As ocorrências foram espacializadas por meio de análise de imagem de radar cedidas pelo Simepar, buscando a presença do eco gancho aliadas as informações de localização da destruição causada nestas. Após este momento foram realizadas as análises das imagens de radar já disponibilizadas pelo Simepar em conjunto com imagens Goes disponíveis pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2016) na tentativa de buscar evidências da assinatura destes eventos (ecos ganchos) neste tipo de imagem. Até o momento ainda não foi definido se houve presença do eco gancho em todas as localidades atingidas pelo fenômeno. A análise ainda está em andamento. Ao concluir está etapa, serão apresentadas as conclusões da existência ou não dos "ecos em gancho" que podem servir como assinatura dos tornados, auxiliando na identificação destes.

Palavras-chave: Cumulu-nimbos; Analise; Eco gancho.

Referências

CANDIDO, D. H. **Tonados e Trombas d'agua no Brasil: Modelo de Risco e Proposta de Escala de Avaliação de Danos.** Disponível em: repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286918/.../Candido_DanielHenrique_D.pdf. Acesso em 02 de novembro de 2018.

HORNES, K. L; BALICKI M. **Caracterização do tornado ocorrido em Marechal Cândido Rondon e Quatro Pontes em Novembro de 2015**. Ra e Ga O espaço geográfico em análise. ,Curitiba v.44 p. 36-54, 2018.

INPE. Disponível em:http://satelite.cptec.inpe.br/home/novoSite/index.jsp Acesso em 20 de março de 2016.

MAHAFZA, B. R. **Introduction to Radar Analysis**. Disponível em: "https://books.google.com.br/books?id=HnbERpIIrX0C&printsec=frontcover&dq=radar&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwim64qws-zMAhUDCpAKHWSeA_sQ6AEIUDAG"&_HYPERLINK_. Acesso em 22 maio de 2016.

RODRIGUES, N. A.; **Caracterização da atuação do Tornado ocorrido em 19 de Novembro De 2015 Em Marechal Cândido Rondon e Quatro Pontes** – Pr 80 f. Monografia graduação. Curso de licenciatura em Geografia. Marechal Cândido Rondon 2017.

---------- Resumo simples

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E HIDROLÓGICA DOS PONTOS CRÍTICOS DE ALAGAMENTO NA CIDADE DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON (PR)

Carla Alice Schimanko
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia,*Campus* de Marechal C. Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: carla.as.flores@gmail.com

Oscar Vicente Quinonez Fernandez
Doutor em Geociências. Docente do curso de Graduação e Pós-Graduação de Geografia, *campus* de Marechal C. Rondon, Unioeste. E-mail: oscar.fernandez@unioeste.br

Lia Dorotéa Pfluck
Doutora em Geografia. Docente do curso de Graduação de Geografia, *campus* de Marechal C. Rondon, Unioeste. E-mail: liafluck@yahoo.com.br

---

Resumo: A ocorrência de inundações e alagamentos tem aumentado nas áreas urbanas em função da crescente impermeabilização do solo e da ocupação desordenada de áreas impróprias para habitação. Estes problemas ambientais também são registrados na cidade de Marechal Cândido Rondon, oeste do Paraná, e foi tema de estudo da tese elaborada por Pfluck (2009). O presente Projeto de mestrado visa complementar o estudo acima citado, tornando o trabalho relevante e de importância socioeconômica e ambiental. Os objetivos do Projeto são agrupados em duas etapas: 1) Estudar a repercussão na mídia local dos casos de alagamentos ocorridos na cidade nas últimas décadas e identificar os principais pontos críticos através das matérias jornalísticas. 2) Caracterizar as condições físicas e hidrológicas dos principais pontos de alagamentos na cidade. Na primeira etapa será realizada a continuação da tabulação dos destaques da mídia sobre os alagamentos na cidade a partir de 2009, levando em conta que a tabulação das manchetes dos jornais realizadas por Pfluck (2009) abarca o período de 1986 a 2008. Esta etapa será enriquecida com depoimentos de moradores dos pontos críticos afetados pelos alagamentos. A segunda etapa dos objetivos será iniciada com estudo morfométrico (CHRISTOFOLETTI, 1969) e confecção do atual mapa do uso e ocupação da terra (IBGE, 2006) na área de contribuição de cada ponto críticos de alagamento. Estes mapas serão realizados a partir de imagens proporcionadas pela *Google Earth*. Com base nestes dados, será aplicada o método racional modificado (TUCCI, 2009) para estimar a vazão gerada em determinados eventos chuvosos. O mapeamento da rede de microdrenagem instalada na bacia de cada ponto crítico é outro levantamento a ser feito e visa calcular a capacidade hidráulica da rede. Esperasse como resultado do Projeto, a estimativa da vazão a ser produzida nos pontos críticos em determinados eventos chuvosos e comparar estas informações com a capacidade hidráulica máxima do sistema de microdrenagem instalado na bacia de cada ponto crítico. Esta comparação poderá dimensionar a deficiência de drenagem do sistema perante específicos eventos pluviométricos e subsidiar futuros projetos de adequação do sistema as atuais características de urbanização das bacias de contribuição.

Palavras-chave: Urbanização; Rede de drenagem; Modelo hidrológico.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

CHRISTOFOLETTI, A. (1969) Análise morfométricas das bacias hidrográficas. **Notícia Geomorfológica**, Campinas 9(18):35-64.

IBGE. (2006) **Manual Técnico de Uso da Terra**. *2*. ed., Rio de Janeiro.

PFLUCK, L D. (2009) **Riscos ambientais: enxurradas e desabamentos na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR, 1980 a 2007**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2009.

TUCCI, C.E.M. (2009) Vazão máxima e hidrograma de projeto. In: TUCCI, C. E. M. (Ed.). **Hidrologia: ciência e aplicação**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS. p. 527–572.

---------- Resumo simples

CATALOGAÇÃO DE AMOSTRAS DE ROCHAS E DE MINERAIS COM VISTA À PRODUÇÃO DE ACERVO PARA USO DIDÁTICO DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, *CAMPUS* DE ASSIS CHATEAUBRIAND

Jhones Donizetti Mendes
Mestre em Geografia, prof. do IFPR, *campus* Assis Chateaubriand.
E-mail: jhones.mendes@ifpr.edu.br

Ademir Rodrigo de Araújo Santos
Tecnólogo em Logística, Téc. Adm. do IFPR, *campus* Assis Chateaubriand
E-mail: ademir.santos@ifpr.edu.br

Guilherme Frederico Perusse
Aluno do 2º ano do Curso Técnico em Eletromecânica, IFPR, *campus* Assis Chateaubriand. E-mail: guilhermeperusse34@gmail.com

Mariana de Oliveira Machado
Aluna do 2º ano do Curso Técnico em Eletromecânica, IFPR, *campus* Assis Chateaubriand. E-mail: marianaolivermachado1.3@gmail.com

---

Resumo: embora o conteúdo Rochas e Minerais, incluso nas Ciências da Terra e pelo título, pareça ser algo dinâmico a ser aplicado nas escolas, é sabido que nem em todas as instituições de ensino esse conhecimento é explorado de forma prática para a obtenção de melhor aprendizado, ou seja, pode-se até abordar os conteúdos estruturantes de modo teórico, contudo, pouca atividade dinâmica e prática é realizada, haja vista a ausência de acervo necessário. O contato com os fragmentos permite explorar as distintas características desses materiais, instigando o aluno a querer saber mais sobre as amostras. Este resumo vem para publicizar as práticas do projeto de pesquisa sobre a catalogação de amostras de rochas e de minerais, protocolado no Instituto Federal do Paraná (IFPR), *campus* de Assis Chateaubriand que tem como objetivo geral proporcionar por meio da catalogação o entendimento das características de identificação de algumas amostras de rochas e de minerais, ou seja, não é decorar o nome das amostras, mas sim, proporcionar o contato com um tipo de recurso mineral que compõe a estrutura da Terra e compreender esta empregabilidade no dia a dia. Enquanto objetivos específicos, visou-se: a) conhecer os três tipos de rochas e ter contato com algumas amostras; b) identificar e distinguir as amostras mineralógicas através de sua cor, estrutura cristalina, composição química, dureza, fratura e brilho; c) realizar a catalogação e exposição das amostras. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, foram realizadas várias leituras sobre os referenciais teóricos e o contato com as amostras. Quanto à propriedade das amostras mineralógicas, são: a) de propriedade particular dos servidores e dos alunos e; b) do *campus*, adquiridas por meio de doações. Ainda, foi construída em papel Kraft uma tabela periódica dos minerais, de forma a integrar as ciências geográfica e química para completar este conhecimento. No que diz respeito aos resultados, os integrantes estão realizando a catalogação das amostras, identificando-as, descrevendo todos os seus dados de caracterização uma planilha em programa *Excel*. Também, em termos de solicitação de doações, estão vindo algumas amostras por parte do Museu de Geologia de Porto Alegre-RS e, de nióbio, por parte de uma empresa do município de Araxá, no estado de Minas Gerais. E enquanto último resultado, no dia 02 de agosto de 2019, através da Mostra de Cursos do *campus*, os membros do projeto fizeram a exposição didática das amostras e as suas devidas explicações, relacionando o

conhecimento teórico ao prático e vivido pelos visitantes de várias instituições de ensino do município de Assis Chateaubriand, passando desde alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil até os do curso superior. Também, professores de outras instituições disseram ter interesse que este projeto contemple as suas escolas. Enquanto consideração parcial, pode-se afirmar que o projeto está tendo efeito positivo, atendendo aos objetivos, ao levar a ideia de que as pessoas utilizam muito mais minerais do que imaginam e de que a geociência precisa ser mais divulgada.

Palavras-chave: Geociências; Educação não formal; Fragmentos mineralógicos; Divulgação geocientífica.

Referências

AKIRA, Mário; KOWALSKI, Rodolfo Luis. Cruzeiro do Oeste inaugura Museu Paleontológico e pode virar 'Jurassic Park' do PR. **Bem Paraná.** 17 jul. 2019. Disponível em: https://www.bemparana.com.br/noticia/museu-paleontologico-firma-cruzeiro-do-oeste-no-turismo-do-noroeste-do-parana#.XTRXIuhKjIU. Acesso em: 21 jul. 2019, às 09h32.

BRILHA, José. **Patrimônio Geológico e Geoconservação:** a conservação da natura e sua vertente geológica. Braga: Palimage/Publito, 2005. 190 p.

JORGE, Maria do Carmo Oliveira; GUERRA, Antônio José Teixeira. Geodiversidade, Geoturismo e Geoconservação: Conceitos, Teorias e Métodos. **Espaço Aberto**, v. 6, n. 1, p. 151 - 174, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LICCARDO, Antonio.; GUIMARÃES, Gilson Burigo. Patrimônio Geológico X Hidrelétricas – Salto Paiquerê e Apertados do Piquiri, Paraná. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 2014. Disponível em: https://geocultura.net/_files/200001794-4dce54ec70/ID5376_110583_52_Resumo_Paiquere_atualizado.pdf. Acesso em: 21 jul. 2017, às 09h54.

MENDES, Jhones Donizetti *et al.* **Catalogação de amostras de rochas e minerais com vista à produção de acervo para uso didático do Instituto Federal do Paraná, *campus* de Assis Chateaubriand.** Projeto de Pesquisa – Comitê de Pesquisa e Extensão. IFPR: Assis Chateaubriand, 2019. 31 p.

MINEROPAR. **Projeto Riquezas Minerais:** avaliação do potencial mineral e consultoria técnica no município de Iporã – relatório final. Curitiba: Mineropar, jun. 2002.

PLUG. Conheça a cidade de Xambrê com o Michelly Correa (bloco 2). Plug. Curitiba: RPC, 20 jul. 2019. 2º vídeo (6min09seg.). Disponível em: https://gshow.globo.com/RPC/Plug/episodio/2019/07/20/plug-conhece-xambre.ghtml. Acesso em: 21 jul. 2019, às 17h01.

SILVA, Juliana Cristina da. **Biogeografia de Grupos Primitivos Humanos do Vale do Piquiri, município de Formosa do Oeste-PR.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto Federal do Paraná, Assis Chateaubriand, 2018.

VENTURI, Luis Antonio Bittar (Org.). **Geografia – práticas de campo, laboratório e sala de aula.** São Paulo: Ed. Sarandi, 2011, p. 446-469.

Resumo simples

CONTRIBUIÇÕES DA METODOLOGIA DA ANÁLISE ESTRUTURAL DA COBERTURA PEDOLÓGICA NA EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA DO SOLO NA GEOGRAFIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Gabriel de Almeida Flopas
Acadêmico, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/campus Marechal Cândido Rondon.
E-mail: gabrielflopas@hotmail.com.

José Edezio da Cunha
Doutorado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná -UNIOESTE/campus Marechal Cândido Rondon. E-mail: edeziocunha@hotmail.com.

Resumo: O solo é um dos recursos essenciais e importantes para a evolução humana. O principal motivo de se conhecer e estudar o solo é por ser este um recurso essencial em relação às influências sobre o espaço geográfico, pois o solo é fonte de alimento, matéria prima e onde o homem se materializa no espaço. Para a sua compreensão é fundamental conhecer sua estrutura e funcionalidade, ao longo do tempo, bem como suas características pedológicas, morfológicas, físicas e químicas. Dessa forma, para Ruellan (1988) o solo é um meio organizado e o homem pode, através do uso e do manejo correto, transformá-lo sem na realidade modificar suas características naturais. Assim, a ciência do solo em seu desenvolvimento proporciona a observação de diversos fenômenos, fatores de formação, processos pedogenéticos, tipos de solo, propriedades químicas, físicas e mineralógicas, etc. E com a evolução da ciência do solo, em sua expansão mundial, inúmeros conceitos e métodos se estabeleceram entre eles a metodologia de análise estrutural pedológica, que entende o solo como um meio complexo e dinâmico com transformações verticais e laterais ao longo da vertente, ou seja, a cobertura pedológica pode ser compreendida bi e tridimensionalmente. Segundo Queiroz Neto (2002) a análise da cobertura pedológica permite a reconstituição da distribuição espacial das organizações pedológicas ao longo das encostas. O surgimento da metodologia de análise estrutural da cobertura pedológica, que caracteriza as diferentes organizações e estruturas pedológicas ao longo das vertentes, relacionando-as com os tipos de alteração do substrato e as neoformações mineralógicas, verificando as diferenças pedológicas verticais e laterais dos horizontes que são o resultado de processos de transformação e seus agentes são os fluxos internos da água. Essas estruturas pedológicas dinâmicas testemunham, ao mesmo tempo, os processos que lhes deram origem (Queiroz Neto, 2002). Diante do exposto, esta pesquisa, em desenvolvimento como projeto de Iniciação Científica, tem o objetivo de realizar uma revisão da literatura que propicie a compreensão teórica e metodológica da metodologia de analise estrutural da cobertura pedológica no processo evolutivo da ciência do solo, particularmente para a Geografia, a partir da seleção de livros, textos de revistas e de páginas da internet. Este estudo além do objetivo de contribuir com a nossa formação acadêmica tem o intuito de trazer contribuições sobre esta temática, pois o estudo dos solos fornece informações sobre os solos, visto na maioria das vezes os conhecimentos são simplificados e a análise estrutural da cobertura pedológica permite a observação de problemas ambientais relacionados à degradação dos solos, como o desenvolvimento de processos erosivos lineares e a compactação de solos, fator importante para a sociedade.

Palavras-chave: Analise estrutural, compreensão do meio físico, cobertura pedológica.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Araucária.

Referências

Queiroz Neto, J.P. Análise estrutural da cobertura pedológica: uma experiência de ensino e pesquisa. **Revista do Departamento de Geografia USP**, v.15, p. 77-90, 2002.

RUELLAN, A. Pedologia e desenvolvimento: a ciência do solo ao serviço do desenvolvimento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO SOLO, 21. A responsabilidade social da ciência do solo. Campinas: SBCS, 1988a. p. 69-74.

---------- Resumo simples

ESTUDOS DE TRAÇOS DE METAIS PESADOS LAGO MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO - PR

Taila Lorena de Souza
Mestranda, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
E-mail: tailalorenasouza@gmail.com

Resumo: Nos últimos anos os corpos hídricos vêm apresentando diferentes aspectos em sua qualidade fator que merece maior atenção, tanto da população quanto do setor público, pois na maioria das vezes tais alterações estão relacionadas às atividades antrópicas nas bacias hidrográficas, através dos despejos de resíduos domésticos e industriais, por meio da agricultura ou da área urbana. A pesquisa aqui apresentada demonstra dados que se referem a pesquisa realizada no ano de 2017, no município de Campo Mourão – Paraná, sendo uma iniciativa do Laboratório de Pesquisa Geoambiental (LAPEGE) e Saubern Hospitalar que visa analisar traços de metais pesados em sedimentos retirados do fundo do lago municipal, localizado no parque Joaquim Teodoro de Oliveira, formado pela barragem do curso principal do Rio do Campo. Foram realizados campos mensais onde foi feito a coleta de sedimentos de fundo depositados no leito utilizando o coletor de Peterson, cerca de 2 kg do material coletado foi dividido em duas amostras, identificadas e encaminhadas a laboratório para as avaliações de granulometria do material transportado, utilizando a escala granulométrica de Wentworth (1922) e determinação dos metais pesados Chumbo (Pb), Cádmio (Cd) e Alumínio (Al), através do método da absorção atômica, conforme a proposta de Amorim et. al. (2008). Para a análise dos dados foram utilizados como base os parâmetros estabelecidos pelo CONAMA 344/2004, dentre o período de três meses de pesquisa os índices de Alumínio variaram entre 19,67mg/kg como valor mínimo e 53,2mg/kg como valor máximo, o Chumbo apresentou entre os meses o valor mínimo de 3,4 mg/kg e máxima de 9,51 mg/kg e por fim o Cádmio sendo o único metal do qual não apresenta nenhuma variação entre as coletas se mantendo com valor inferior a 1,00 mg/kg. Os metais pesados aqui analisados fazem parte da composição da grande maioria dos pesticidas e defensivos agrícolas comuns e mais utilizados no campo, compreendendo que as áreas que circundam o lago municipal são compostas por lavouras tal ocupação trás modificações principalmente se tratando do escoamento artificial, sendo a principal fonte de entrada dos metais pesados no lago, que se torna uma área de decantação dos sedimentos transportados pelo rio, tal escoamento é ampliado quando áreas rurais deixam de utilizar curvas de nível, terraços e preservar área da vegetação ripária para a retenção dos sedimentos transportados pela precipitação. Realizar o monitoramento com visitas frequentes aos pontos vulneráveis de contaminação por metais pesados no município é de extrema importância, pois os recursos hídricos exercem diversas funções em meio a sociedade desde a demarcação de território, desenvolvimento das lavouras, consumo da população, utilização em industrias e até mesmo para o lazer, realizar acompanhamentos para o levantamento de dados sobre sua qualidade se torna essencial para que assim seja possível certo controle e ações de prevenção para a preservação dos reservatórios e cursos hídricos presentes no município.

Palavras-chave: Sedimentos; Qualidade; Contaminação; Preservação;

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

AMORIM, F. A. C.; LOBO, I. P.; SANTOS, V. L. C. S.; FERREIRA, S. L. C**. Espectrometria de absorção atômica**: o caminho para determinações multi-elementares. Revista Química Nova. Volume 31, N°7, São Paulo, 2008.

BRASIL. Resolução **CONAMA** - Resolução Nº344 DE 2004. Brasília, 2004;

WENTORTH, Chester Keeler. **The canonical definition of sediment grain sizes**. The Journal of Geology: "A Scale of Grade and Class Terms for Clastic Sediments". 1922

---------- Resumo simples

ESTUDO DOS DOMICÍLIOS URBANOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CASCAVEL – CASCAVEL/PARANÁ ATRAVÉS DA TÉCNICA MATRIZ ORDENADA

Greicy Jhenifer Tiz
Doutora em Geografia. Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon.
E-mail: greicy_tiz@hotmail.com

Resumo: A Neográfica se propõem a transformar um gráfico numa construção útil ao pesquisador. Se serve das propriedades da imagem visual para fazer aparecer as relações de diferença, de ordem ou de proporcionalidade entre os dados (VARGAS, 2011). Ela é aplicada a uma tabela de dados e procura atingir dois objetivos: tratar os dados para compreendê-los e revelar as informações que possam conter, bem como, comunicar essa informação, se for o caso, ou fazer um inventário de dados elementares (BERTIN, 1986). Há três técnicas de tratamento de dados gráficos, as matrizes ordenáveis, o fichário de imagens e os leques de curvas, cabendo ao pesquisador a escolha e a aplicação da técnica mais conveniente (VARGAS, 2011). Esse resumo visa apresentar os resultados obtidos através da técnica matriz ordenável no estudo do acesso a infraestrutura urbana da bacia hidrográfica do Rio Cascavel – Cascavel/PR. A aplicação dessa técnica é justificada pelo fato das tabelas de dados utilizadas possuírem diversidades tanto em eixo x (variáveis) como em y (setores censitários). Para tanto, fez-se um recorte dos 89 setores censitários localizados no interior da bacia hidrográfica do rio Cascavel e foram escolhidas sete variáveis do Censo demográfico de 2010: Domicílios com abastecimento de água da rede geral, Domicílios com esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial; Domicílios com lixo coletado; Domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora; Domicílios com iluminação pública; Domicílios com pavimentação; Rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade. No *Excel*, cada variável foi ordenada do maior para o menor valor, e recebeu um gráfico de barras que possibillitou a identificação de seis classes identificadas por tons de azul do mais claro (infraestrutura mais fraca) ao mais escuro (infraestrutura mais forte). As variáveis foram unidas em uma mesma tabela, em que fez-se a permuta de linhas e colunas, aproximando os semelhantes e distanciando os diferentes de forma a que os tons mais escuros ficassem na parte superior e mais claros na inferior. Isso permitiu identificar classes de síntese de rendimento *versus* infraestrutura urbana, que no *Arcgis 9.3* se converteram em uma carta. Neste resumo serão apresentados os seus principais resultados. A classe 5, com setores de Rendimento Nominal é medio-baixo a baixo e fracos em duas ou mais características de infraestrutura, apresenta-se com os piores indicadores e abrange 22% dos setores na parte central e leste da bacia. Sua infraestrutura é fraca, pois mais de 4 indicadores são classificados com o grau 1 e 2. Já a classe 6, com rendimento médio-alto a alto e forte em mais de três características de infraestrutura urbana, abrange os setores com melhor rendimento médio, entre as classes 3 e 6, encontram-se na parte central da bacia, região do lago municipal e borda nordeste da bacia, abrangendo 5% dos setores urbanos da Bacia Hidrográfica do Rio Cascavel. A aplicação da técnica matriz ordenável, permitiu verificar que, de uma forma geral, há uma correlação direta entre os maiores rendimento médios mensais e as melhores condições de acesso a infraestrutura urbana.

Palavras-chave: Infraestrutura urbana; Cascavel; técnica matriz ordenável.

Referências

BERTIN, Jacques. **A Neográfica e o Tratamento Gráfico da Informação**. Curitiba, Editora da UFPR, 1986. 273 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Sinopse/Agregados_por_Setores_Censitarios/. Acesso em: set. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010:** Resultados Preliminares do Universo Conceitos e Definições – Tabelas Adicionais. IBGE: Rio de Janeiro, 2011.

VARGAS, Karine Bueno. A neográfica como instrumento para o tratamento gráfico da informação. **II Encontro Estadual de Geografia e Ensino e XX Semana de Geografia. Maringá**, 24 a 27 de outubro de 2011 p. 0575-0589.

INCIDÊNCIA DE TORNADOS NO PARANÁ 2016-2018

Carolina Benegas Santin
Acadêmica do 2º ano do Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. E-mail: carolinabbs474@gmail.com

Karin Linete Hornes
Doutora em Geografia. Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon.
E-mail: karinhornes@yahoo.com.br

Resumo: Os tornados são eventos meteorológicos de pequena escala considerados como um dos mais violentos, em consequência da alta concentração de energia que envolvem. Eles se apresentam em forma de um redemoinho atmosférico em contato com o solo, girando de forma violenta, devastando as áreas que atingem. Os tornados se formam principalmente quando da ocorrência de frentes frias em regiões onde o ar está mais quente e instável. O encontro de massas de ar com características térmicas diferentes, principalmente em estações de transição, provocam tempestades severas, com alta incidência de chuva, aguaceiros, ventos fortes (microexplosão), raios, granizo e tornados (MARCELINO, FERREIRA, CONFORTE, 2003). Esse fenômeno, apesar de ser associado muitas vezes aos EUA, acontece também no Brasil. No entanto, não existe um órgão específico que registra e contabiliza a atuação destes. Os fenômenos registrados são os que provocam estragos de grande monta onde a defesa civil é chamada para atuar as demais ocorrências não são registradas. Deste modo a presente pesquisa tem como objetivo caracterizar a ocorrência de tornados no Estado do Paraná durante os anos de 2016 à 2018, elencando assim as áreas de ocorrência dos tornados e o nível de destruição (escala Fujita) dos mesmos no Paraná. A pesquisa foi elaborada utilizando estudos elaborados por Peruzzo (2013), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2018), Sutherland (2015) e outros autores. Objetiva-se a verificação de como ocorre a gênese dos tornados e posteriormente a classificação da força destrutiva do mesmo, utilizando-se da escala Fujita (NOOA, 2018). A busca de dados a respeito dos tornados no Paraná foi realizada através de vídeos amadores e notícias postadas na internet e de jornais locais. Durante o período estimado, foi possível identificar 5 tornados na região do Paraná, número que, provavelmente não representa o total de ocorrências, por conta da dificuldade de presenciar e registrar as suas ocorrências. De 2016 a 2018, foram verificadas atuações de tornados na região de Apucarana (25/01/2016), União da Vitória(15/05/2016), Rio Branco do Ivaí (06/07/2017), Toledo (06/01/18) e Itaperuçu (30/11/18). Porém, dentre as ocorrências identificadas por esta pesquisa, apenas o tornado de Itaperuçu foi registrado pela Defesa Civil, e teve uma maior divulgação e repercussão. A elaboração da pesquisa desempenha papel importante no que se diz respeito a sensibilização perante a ocorrência de tornados no Estado, confirmando a atuação do fenômeno no Paraná. É necessário assumir que o fenômeno atua no Estado bem como propor ações preventivas para a minimização dos impactos sociais e econômicos, colaborando com a resiliência das cidades.

Palavras chave: Tornado, Paraná, ocorrência.

Referências

INPE. **Glossários**. Disponível em: <http://www.cptec.inpe.br/glossario.shtml#18>. Acesso em: 25 jul. 2019.

MARCELINO, I.P.V. FERREIRA, N. J; CONFORTE J. C. Análise do episódio de tornado ocorrido no dia 07/02/98 no município de Abdon Batista, SC. In: **Simpósio Brasileiro de sensoriamento remoto**. Anais. Belo Horizonte: INPE, 2003, P 478-486.

NOAA. The Enhanced Fujita Scale (EF Scale). **National Weather Service.** Disponível em: <http://www.spc.noaa.gov/efscale/.> Acesso em: 5 jul. 2019.

Peruzzo, J. A. **Física Através de Experimentos, Física Moderna e Ciências Espaciais**. V. III. Irani (SC): 2013.

SIMEPAR. Disponível em: < http://www.simepar.br/ >. Acesso em: 21 jul. 2019.

SUTHERLAND, S.-Science Spotlight: Hot did Monday's deadly 'twin tornadoes' form? Disponível em: <http://www.theweathernetwork.com/news/articles/sciencespotlight-how-did-mondays-deadly-twin-tornadoes-form/29706/>. Acesso em :22 jul. 2019.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE ÍNDICES DE IDENTIFICAÇÃO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS A DADOS DE TEMPERATURA DO OESTE DO PARANÁ

Jonathan Klein Marquetti
Acadêmico, Discente do curso de Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná(UNIOESTE)
jonathankm1998@gmail.com

Leila Limberger
Doutora, Docente do curso de Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
leila.limberger@unioeste.br

Resumo: O tema do aquecimento global está sendo amplamente discutido pela sociedade e por setores acadêmicos, políticos e científicos. É um processo de aumento da temperatura média atmosfera causado por emissões de gases que intensificam o chamado efeito estufa. Esse aquecimento influencia a atmosfera, que pode ocasionar mudanças climáticas, ou seja, distúrbios dentro do sistema climático (MENDONÇA e DANNI-OLIVEIRA, 2007). Os principais efeitos diretos são: o degelo das regiões polares, que poderia acarretar no aumento do nível dos oceanos; a desestabilização de diversos ecossistemas sensíveis com a mudança de temperatura, como é o caso dos corais nos oceanos; mudanças nos padrões das precipitações e; aumento da frequência de eventos extremos tanto de chuva quanto de temperatura (BARRY e CHORLEY, 2013). Tal processo pode impactar a saúde humana, a produção de alimentos, a economia e o equilíbrio ambiental. Percebe-se que os efeitos das mudanças climáticas não devem ser estudados apenas globalmente, o que gera uma generalização nos dados, mas sim, deve-se regionalizar as análises, verificar os efeitos em escala local. A presente proposta objetiva analisar a evolução temporal das temperaturas máximas e mínimas, em escala diária, registradas nas estações meteorológicas de 07 cidades localizadas na região oeste do estado do Paraná, em um período temporal de 1998 a 2018. A definição do período se deu pela disponibilidade dos dados do Sistema Meteorológico do Paraná – SIMEPAR. Serão analisadas as estações meteorológicas de Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaíra, Palotina, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu e Toledo. Serão aplicados índices de identificação de mudanças climáticas previstos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), por meio dos pacotes RClimdex e RClimpact do software R. O RClimdex e RClimpact possuem 27 índices básicos recomendados pela equipe de técnicos do Climate Variability and Predictability (CCI/CLIVAR) definidos pelo "Climate Change Detection Monitoring and Indices" (ETCCDMI), incluindo índices de temperatura e precipitação com limites que podem ser definidos manualmente pelo usuário (KOGIMA, 2018). Também realiza controle de qualidade simples nos dados diários de entrada, gerando dados e gráficos para serem interpretados mais precisamente, diferenciando-o de outros métodos utilizados. Dentre os índices que serão utilizados nesta pesquisa destacam-se: Noites tropicais; Dias muito quentes; Dias quentes; Número de ondas de calor; Duração das ondas de calor; Frequência do dia da onda de calor; Amplitude da onda de calor; Magnitude média da onda de calor mais significativa; Dias de geada; Percentagem de dias quando TN<10°; Percentagem de dias quando TX<10°; Percentagem de dias em que TN>90; Percentagem de dias em que TX>90; Índice de duração de ondas de Frio, entre outras. Com os resultados obtidos será possível identificar os eventos extremos, tendências e frequência de acontecimentos, de temperatura nas estações analisadas e a identificação de padrões de mudanças climáticas nos dados. Espera-se que esta pesquisa identifique padrões

de mudanças climáticas que possam estar acontecendo na região, tais como a maior ocorrência de eventos extremos e tendência de aquecimento.

Palavras-chave: Aquecimento Global; RClimdex; RClimpact; Climatologia; Extremos Climáticos;

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio do grupo eixo clima/NIT, da fundação Parque Tecnológico Itaipu (PTI), ITAIPU.

Referências:

Livros
BARRY, Roger G.; CHORLEY, Richard J. **Atmosfera, tempo e clima**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 512 p.

MENDONCA, Francisco; DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. 206 p.

Dissertação
KOGIMA, Karitha Campos. **Anomalias de calor associadas à variabilidade térmica no Estado do Paraná. 2018.** 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

---------- Resumo simples

RELAÇÃO RELEVO/SOLO/VEGETAÇÃO NA ILHA 2 DO ARQUIPÉLAGO TRES ILHAS NO SETOR DO ALTO RIO PARANÁ

Anderson Habeck
Mestrando no Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Marechal Cândido Rondon.
E-mail: anderson.habeck@unioeste.br

Karin Linete Hornes
Prof. Dra. em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Marechal Cândido Rondon. E-mail: karinhornes@yahoo.com.br

Marcia Regina Calegari
Prof. Dra. em Agronomia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Marechal Cândido Rondon.
E-mail: marciareg_calegari@hotmail.com

Isabel Teresinha Leli
Pós Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* Marechal Cândido Rondon. E-mail: isabeltleli@gmail.com

Ericson Hideki Hayakawa
Prof. Dr. em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Marechal Cândido Rondon. E-mail: ericson_geo@yahoo.com.br

---

Resumo: A disposição e a densidade estrutural das plantas indicam o estado de conservação do meio ambiente e as condições dos ecossistemas envolvidos, sobretudo em uma ilha fluvial, onde as variáveis morfológicas estabelecem fatores, que podem ser favoráveis ou não ao desenvolvimento de uma vegetação. Este trabalho se propõe a correlacionar as feições morfológicas da ilha, a distribuição dos solos e da vegetação, a fim de compreender as relações fitomorfopedológicas expressas no atual estágio sucessional da vegetação da ilha 2, do arquipélago Três Ilhas, localizado no setor superior da bacia hidrográfica do Rio Paraná. Objetiva-se neste estudo: (i) caracterizar os aspectos geomorfológicos da ilha; (ii) estabelecer a arquitetura e geometria dos horizontes/camadas da cobertura pedológica e classificar os materiais (solos e sedimentos) ao longo dos transectos estrategicamente posicionados na ilha; (iii) estabelecer os estágios sucessionais da vegetação conforme resolução CONAMA nº 2, de 18 de março de 1994 e a relação entre a cota fluvial e o nível da água na ilha. Espera-se com os resultados desta pesquisa obter subsídios para o planejamento de outras áreas de conservação da região e propor um modelo de análise do processo de evolução da Floresta Estacional Semidecidual em ambiente fluvial. Esse tipo de estudo pode ser aplicado em outros espaços desprovidos de planejamento ambiental ou utilizado como comparativo de investigação em circunstâncias opostas. As etapas para realização da pesquisa iniciaram-se com a requisição da autorização, fornecida pelo ICMBio, para realizar a pesquisa no interior da Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná; levantamento bibliográfico e cartográfico em conjunto com a análise e delimitação dos transectos e parcelares a serem estudados (em andamento). Posteriormente serão realizados: o levantamento topográfico expedito dos transectos com clinômetro, régua, bússola e GPS localizados nos setores que melhor representem a topografia da ilha, a delimitação dos parcelares com estacas de madeira e fita zebrada de acordo com a metodologia proposta pela Embrapa (2005); aferição e contagem das espécies lenhosas utilizando o critério de aferição da Circunferência à Altura

do Peito (CAP) ≥ 15 cm e altura ≥1,67 conforme Moro e Martins (2011); realização das tradagens e coleta de amostras de solo conforme metodologias modificada de Boulet et al. (1982 a,b); descrição dos solos/sedimentos em eventuais trincheiras que possam ser abertas será conforme Santos et al. (2015); classificação dos solos conforme o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (EMBRAPA, 2018). A última etapa será dedicada a organização dos dados obtidos em campo e elaboração de mapas, gráficos e tabelas para demonstração e interpretação dos resultados. Com os dados coletados espera-se a apresentação de um perfil geoecológico demonstrando o arranjo vegetal no transecto, sua densidade e distribuição, de acordo com os limites impostos pela água (nível do rio) e pela pedomorfologia nos diferentes setores morfológicos da ilha.

Palavras-chave: Perfil geoecológico; morfologia de ilhas; pedomorfologia; arranjo vegetal.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

BOULET, R. et al. Analyse structurale et cartographie en pedologie II. Une méthode d'analyse prenant en compte l'órganisation tridimensionnelle des couvertures pédologiques. **Cahiers Orstom, Bondy**, v. 19, n. 4, p. 323-339, 1982b.

CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente). **Resolução Conama nº 002**, de 18 de março de 1994. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0002-180394.PDF. Acesso em 23/05/19.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). **Diretrizes para Instalação e Medição de Parcelas Permanentes em Florestas Naturais da Amazônia Brasileira**. Belém/PA, 2005, 68p. Disponível em <http://bommanejo.cpatu.embrapa.br/arquivos/6-Silvaetal2006.pdf> Acesso em: 22/Jan/2019.

MORO, M. F.; MARTINS, F.R. **Fitossociologia no Brasil**: métodos e estudos de caso. Comissão de Especialistas em Fitossociologia/Sociedade Botância do Brasil, v.1, UFV, 2011.

SANTOS, R. D. et al. **Manual de Descrição e Coleta de Solo no Campo**. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS) 7a ed. Viçosa, 2015.

SIBICS (Sistema Brasileiro de Classificação dos Solos). Humberto Gonçalves dos Santos... [et al.]. 5a ed. rer. ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

SISTEMAS PEDOLÓGICOS X SISTEMAS AGRÍCOLAS: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO USO E OCUPAÇÃO DAS TERRAS

Anderson Habeck
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia, *Campus* de Marechal C. Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: andersonhabeck123@gmail.com

Carla Alice Schimanko
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia, *Campus* de Marechal C. Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: carla.as.flores@gmail.com

José Edézio da Cunha
Doutor em Geografia. Docente do curso de Graduação e Pós-Graduação de Geografia, *campus* de Marechal C. Rondon, Unioeste. E-mail: edziocunha@hotmail.com

Nádia Mohr Dal' Acqua
Aluna especial no Programa de Pós-Graduação em Geografia, *Campus* de Marechal C. Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: nadiamohr@hotmail.com

Rodrigo Marcos Welter
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia, *Campus* de Marechal C. Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: digo_magrao@hotmail.com

Rosangela Aparecida Jacoby Barbosa
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia, *Campus* de Marechal C. Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: rosangelajacoby@hotmail.com

Resumo: Considerando a importância do Estado do Paraná no âmbito da produção agrícola brasileira, particularmente com referência à produção de soja para exportação, objetiva-se no presente trabalho discutir as causas e consequências das relações existentes entre os sistemas pedológicos e agrícolas de diferentes condições geológicas, pedológicas e agrícolas brasileiros. Este trabalho é um recorte da disciplina "Organização e espacialização dos sistemas pedológicos e agrícolas" ministrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia – nível mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon. Para atingir tais objetivos, posteriormente às discussões teóricas da disciplina, foi realizado um trabalho de campo, entre os dias 27 e 28 de julho de 2019, com recorte espacial nas regiões Oeste, Noroeste e Norte do Estado do Paraná. O Trabalho de campo abordou áreas representativas em termos pedológicos e agrícolas, constituídas geologicamente por Basalto e Arenito Caiuá complementando as discussões realizadas durante as aulas teóricas. Fundamentado em Cunha e Nóbrega (2000), discutiu-se os conteúdos: evolução do conceito de cobertura pedológica na ciência do solo, características macromorfológicas – sua importância para a gênese e evolução dos solos, estrutura e dinâmica das coberturas pedológicas, a cobertura pedológica e os sistemas de produção agrícola e o planejamento ambiental. Posterirmente desenvolveu-se uma análise sistêmica nos estudos de paisagem, realizados numa primeira etapa, seguido da segunda etapa, o trabalho de campo. Nesta etapa foram escolhidas áreas representativas em termos de sistemas pedológicos e agrícolas, para a continuidade das discussões. O trajeto do campo

compreendeu os municípios de Marechal Cândido Rondon – Palotina – Francisco Alves – Umuarama – Cianorte – Maringá – Campo Mourão, Mamborê – Nova Aurora – Cascavel – Toledo, com retorno para Marechal Cândido Rondon. Neste estudo foram selecionados os municípios de Marechal Cândido Rondon e Umuarama, por representarem sistemas bem diferenciados em termos pedológicos e agrícolas. Foram realizadas discussões acerca do processo de colonização, com as causas e consequências das diferentes frentes de ocupação. Avaliou-se também o processo de gênese e evolução das estruturas geológicas e das coberturas pedológicas, em particular dos processos de pedogênese e morfogênese, baseado em Espíndula (2008), processos estes que são atuantes diferentemente entre as coberturas areníticas e basálticas. O tamanho (alqueire) e o valor comercial das propriedades também foi analisado, já que aquelas com solos arenosos possuem características naturais desfavoráveis ao uso e ocupação agrícola para exportação, ficando restritas à produção de pastagem e cana de açúcar em pequena escala. Diferentemente daquelas com solos argilosos e de maior valor comercial, com produção da soja em grande escala, para exportação. Foi possível discutir questões sobre as formas de uso e ocupação e como elas podem interferir no ambiente, em especial, nos processos de degradação dos solos e das águas, tanto em termos agrícolas quanto urbanos (DOSSO, 2005). Tais discussões permitiram concluir que, infelizmente, o processo de colonização nem sempre respeita as características naturais dos ambientes e que, quando ocorre, validado pelo poder público, os ambientes naturalmente mais frágeis são os mais afetados em termos ambientais, sociais e econômicos.

Palavras-chave: degradação dos solos; relação solo- relevo; agricultura sustentável.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

CUNHA, J. E.; NOBREGA, M. T. **O solo: caminho, abrigo e pão.** In: JORGE ULISSES GUERRA VILLALOBOS. (Org.). Ambiente, geografia e natureza. Maringá: programa de pós-graduação em geografia-EDUEM, 2000, v. 01, p. 35-62.

DOSSO, M. et al. Agricultura ou pastagem? Papel das coberturas pedológicas na diferenciação e na transformação de sistemas agrários pioneiros no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.22, n. 1, p.185-206, jan./abr. 2005.

ESPÍNDOLA, C. R. **Retrospectiva crítica sobre a pedologia**: um repasse bibliográfico. 1. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008. v. 1. 397p

---------- Resumo simples

USO DE DADOS METEOROLÓGICOS DE GRADE REGULAR PARA MARECHAL CÂNDIDO RONDON: PROPOSTA METODOLÓGICA

Marcos Andre Podkowa
Acadêmico da Graduação do curso de Geografia - UNIOESTE/MCR,
E-mail: marcos.podkowa@gmail..

Leila Limberger
Doutora, UNIOESTE/MCR, E-mail: leila.limberger@unioeste.br.

Resumo: As pesquisas em Climatologia e Meteorologia dependem de dados meteorológicos. Para além dos dados obtidos em estações meteorológicas, os grandes institutos de pesquisa mundial desenvolvem projetos para disponibilizar conjuntos de dados para grades espaçados regularmente. Os dados interpolados para grades regulares podem se referir a conjuntos de reanálise, obtidos por sensoriamento remoto ou dados de previsão de tempo ou climática obtidos de modelagem numérica (FASULLO, 2012). Segundo Limberger e Silva (2018), os conjuntos de reanálises são constituídos por dados provenientes de modelagem numérica. Esses conjuntos constituem matrizes de dados referentes ao instante inicial usado em cada integração matemática realizada pelos modelos numéricos (obtidos principalmente através de estações meteorológicas convencionais, automáticas, sondagem vertical, boias em oceanos e sensoriamento remoto), com o objetivo de elaborar a previsão de tempo. Além dos dados de reanálise há projetos específicos (por sensoriamento remoto ou superfície) para coleta de dados de precipitação, já que esta variável é muito importante para estudos nas regiões tropicais, onde há pouca densidade de pluviômetros e, também, os modelos numéricos têm dificuldade em simular (FASULLO, 2012). Segundo Limberger e Silva (2018) essa utilização resolve o problema de obtenção de dados meteorológicos, já que muitas vezes os dados de estações meteorológicas são compostos por séries curtas, com muitas falhas e são pouco densas espacialmente. A presente pesquisa propõe analisar o comportamento dos dados de chuva, em formato de grade regular, para o município de Marechal Cândido Rondon, comparando-o com os dados da estação meteorológica do INMET (Instituto Nacional de Meteorologia), instalada em espaço cedido pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Serão utilizados dados diários de precipitação para o período de 2006 a 2018. Os conjuntos de dados interpolados para grades regulares a serem utilizados são os de Reanálise NCEP/NCAR, ECMWF e JMA, além dos dados dos projetos TRMM, CHIRPS, GPM, CRU, GPCC e GPCP. Esses dados são obtidos a partir de *downloads* gratuitos nos *sites* dos respectivos institutos de pesquisa. Para extrair os dados da coordenada geográfica correspondente a Marechal Cândido Rondon será utilizado o software *NCAR Command Language* (NCL), conforme metodologia proposta por Limberger e Silva (2018). Os dados diários serão organizados em planilhas de cálculos, onde será calculada a estatística descritiva básica para cada conjunto de dados, além da correlação linear entre os conjuntos de dados, a significância estatística, a variância e o desvio padrão. Esses parâmetros permitirão a comparação entre os conjuntos de dados. Espera-se, com esta pesquisa, definir qual conjunto de dados de grade melhor representa a variabilidade dos dados de chuva para a região de Marechal Cândido Rondon, para que o mesmo possa ser utilizado em pesquisas futuras, já que a estação meteorológica do município pelo INMET começou a operar em 2006. Assim, pesquisas que precisem de uma série temporal maior poderão utilizar dados de grade, o que aumentará a confiabilidade dos cálculos realizados.

Palavras-chave: dados observados, reanálise NCEP/NCAR, TRMM, CHIRPS.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Referências

DEE, D.; FASULLO, J.; SHEA, D.; WALSH, J. The climate data guide: atmospheric reanalysis: overview & comparison tables. Disponível em: <https://climatedataguide.ucar.edu/climate-data/atmospheric-reanalysis- overview-comparison-tables>. Acesso em: 09 ago. 2016.

FASULLO, J. (2012) A mechanism for land-ocean contrasts in global monsoon trends in a warming climate. **Climate Dynamics,** n. 39, p. 1137-1147.

LIMBERGER, L.; SILVA, M.E.S. (2018). Precipitação observada na Amazônia brasileira: comparação entre os dados das redes convencionais e dados da Reanálise I do NCEP/NCAR, CRU e GPCC. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 22, p. 20-37.

---------- Resumo simples

USO E COBERTURA DA TERRA A PARTIR DE IMAGENS DE ALTA RESOLUÇÃO DO PLUGIN QUICKMAPSERVICES

Anderson Alves Baltazar
Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon.
E-mail: anderbaltazar@hotmail.com

Dr. Ericson Hideki Hayakawa
Doutor em Sensoriamento Remoto, Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon.
E-mail: ericson_geo@yahoo.com.br

Resumo: As imagens de satélite de alta resolução espacial, embora forneçam informações com riqueza de detalhes, ainda são de grande dificuldade para sua obtenção de forma gratuita. Alguns softwares de Sistema de Informação Geográfica possuem ferramentas para a visualização de imagens de alta resolução espacial. Neste contexto, o objetivo desse trabalho é o de verificar a aplicabilidade do uso das imagens fornecidas pelo Google Earth através do plugin QuickMapServices no software QGIS (v. 2.14.2) para a realização do mapeamento do uso e cobertura da terra, correspondente a Folha Topográfica de Marechal Cândido Rondon (SG-21-X-B-VI-2). A área total possui aproximadamente 695 km² e localiza-se na Região Oeste do Estado do Paraná no qual abrange frações de sete municípios, sendo eles: Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Pato Bragado, Toledo, Santa Helena, Entre Rios do Oeste e Ouro Verde do Oeste. O procedimento metodológico aplicado baseou-se no mapeamento a partir de chaves de interpretação visual, considerando classe por classe, em imagens do Google Earth referente ao período de (12/06/2016), (15/10/2017) e (13/12/2017), considerando os seguintes elementos como chaves de interpretação: cor, textura, forma, sombra, tamanho, padrão e localização. O plugin QuickMapServices possibilitou a criação de uma camada web (dados online) das imagens fornecidas pelo Google Earth, deste modo elas puderam ser utilizadas como plano de fundo permitindo a interpretação e vetorização dos polígonos de cada classe. Foram geradas 6 classes temáticas: Corpos Hídricos, Malha Urbana, Eucalipto, Cultura Temporária, Pastagem e Vegetação. Inicialmente criou-se uma camada (layer) com um polígono delimitando a área total da carta topográfica, em seguida em uma nova camada iniciou-se a classificação pela classe dos corpos hídricos, seguida pela classe da vegetação, em virtude da facilidade de interpretação. Na sequência, a classe da pastagem, da malha urbana e por último a do cultivo temporário. Utilizando as ferramentas 'Diferença' e 'Recortar' presente no QGIS, nenhuma classe se sobrepôs à outra, assim como nenhuma área ficou sem ser classificada, uma vez que cada classe fazia um corte único no polígono correspondente a área total, de modo que a classe seguinte ocupasse uma área ainda não classificada. Embora seja uma proposta viável, a classificação por chaves de interpretação demanda tempo, especialmente quando aplicada em áreas extensas. Neste estudo, a classificação foi finalizada em aproximadamente 30 dias, com dedicação diária de aproximadamente 6 horas. Para áreas menores ou que seja possível maior tempo de dedicação, o mapeamento pode ser realizado com menos tempo. Os resultados obtidos foram satisfatórios, permitindo estimar a área ocupada por cada classe, sendo que área recoberta por cultivo temporário possui 447,2 km² representando 64,26% da área do estudo. A vegetação possui uma área de 152,84 km², o qual representa 21,97% da área total. As pastagens compreendem a 7,22 % da área total, a malha urbana 3,38%, os eucaliptos representam 1,24% e os corpos hídricos com 13,40Km² representam 1,93% da área.

Palavras-chave: Marechal Cândido Rondon; QGIS, Mapeamento.

Resumo simples

VARIAÇÃO DA SEÇÃO TRANSVERSAL DE BUEIROS E PONTILHÕES LOCALIZADOS NA ÁREA URBANA DE CAMPO BONITO (PR) E SUA POSSÍVEL RELAÇÃO COM AS INUNDAÇÕES NA CIDADE

Andressa Picolli
Acadêmica do curso de Geografia - *Campus* de Marechal C. Rondon- Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).
E-mail: andressa_picolli@hotmail.com

Oscar Vicente Quinonez Fernandez
Docente do curso de Geografia - *campus* de Marechal Cândido Rondon - Unioeste. E-mail: oscar.fernandez@unioeste.br

Resumo: As inundações nas áreas urbanas têm causado graves inconvenientes à população e os problemas decorrentes deste fenômeno se incrementam com o crescimento desordenado da urbanização. A cidade de Campo Bonito, situada na mesorregião geográfica Oeste Paranaense, vem sofrendo com inundações de maneira cíclica. Eventos de grande magnitude como os ocorridos em 26 de abril de 2007 e em 8 de junho 2014, ganharam destaque na mídia. Visando o estudo deste complexo problema, o presente trabalho analisa, preliminarmente, o papel da geometria das obras de transposição do talvegue (pontes e bueiros) nas inundações. Dentre as variáveis geométricas das obras que influenciam na capacidade de fluxo da estrutura, foi selecionada neste estudo, a área da seção transversal (**Ast**). O município de Campo Bonito possui uma área de 443,8 km^2, a população estimada para 2018 é de 3.905 habitantes (IBGE, 2019) e a economia é baseada na produção agrícola (soja e milho), pecuária e aves (IPARDES, 2018). A sede do município está localizada no fundo de vale, em ambas as margens do rio Bandeiras (afluente do rio Piquiri) e também nas margens dos afluentes Santa Maria e Campo Bonito. Até a área urbana da cidade, o rio Bandeiras drena uma área de 27,90 km^2, o Santa Maria 22,28 km^2 e o Campo Bonito 9,17 km^2. A localização da cidade no fundo de vale e o traçado dos três cursos d'água, torna necessária a construção de pontilhões e bueiros para comunicar os bairros da área urbana. Ao tudo, na área urbana foram construídos, nove estruturas de transposição do talvegue, classificadas nas seguintes categorias: uma ponte, dois bueiros celulares, dois bueiros circulares e quatro pontilhões. Para calcular a área da seção transversal (**Ast**) em cada estrutura, foram medidas com trena, a altura e a largura dos bueiros celulares e pontilhões e nos bueiros circulares foi medido o diâmetro dos tubos de concreto. Para escoar adequadamente a vazão liquida durante as cheias expressivas, a variável **Ast** das estruturas deve aumentar proporcionalmente à jusante conforme o acréscimo da área da bacia. Nas quatro estruturas construídas ao longo do rio Bandeiras, os valores de **Ast** decrescem para jusante (Nº 1 bueiro celular=17,68 m^2, Nº 2 pontilhão=41,71 m^2, Nº 3 pontilhão=22,88 m^2 e, Nº 4 ponte=39,45 m^2). No córrego Santa Maria, os valores de **Ast** também diminuem para jusante: os pontilhões Nº 5 e Nº 6 apresentam áreas iguais a 26,60 e 18,93 m^2 respectivamente. Somente nas estruturas instaladas no córrego Campo Bonito, os valores de **As**t aumentam para jusante (Nº 7 bueiro circular=1,77 m^2, Nº 8 bueiro circular=3,14 m^2 e Nº 9 bueiro celular= 9,90 m^2). A diminuição da capacidade de fluxo das estruturas em direção à jusante, observada nas estruturas instaladas no rio Bandeiras e córrego Santa Maria, dificulta o escoamento das águas durante as inundações e constitui mais um fator no incremento do fenômeno de remanso (*backwater effect*), umas das causas das inundações registradas na cidade.

Palavras-chave: Drenagem urbana; Inundações; Fundo de vale.

Referências

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) **Censo populacional**. Disponível em:<http://cidades.ibge.gov.br.> Acesso em: maio 2019.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social e Econômico) Caderno Estatístico - Município de Campo Bonito. Curitiba 45 p. Disponível em:<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85450> Acesso em: novembro/2018.

TRABALHO COMPLETO

CARACTERIZAÇÃO MORFOPEDOLÓGICA DO FUNDO DE VALE DO CANAL DE PRIMEIRA ORDEM EM TOLEDO - PR

Geovane Ricardo Calixto
Bacharel em Geografia, mestrando em Geografia da UNIOESTE, geovane.calixto@unioeste.br.

Marcia Regina Calegari
Doutora em Agronomia, professora doutora da UNIOESTE, marcia.calegari@unioeste.br.

Anderson Habeck
Licenciado em Geografia, mestrando em Geografia da UNIOESTE, andersonhabeck123@gmail.com.

Andrews Nataniel Raber
Licenciado em Geografia, mestrando em Geografia da UNIOESTE, andrews.raber7@gmail.com.

Bruno Aparecido da Silva
Licenciado em Geografia, doutorando em Geografia da UNIOESTE, bruno88166553@hotmail.com.

Ericson Hideki Hayakawa
Professor doutor, da UNIOESTE, ericson_geo@yahoo.com.br.

Resumo
O objetivo desse trabalho é espacializar a feições e os processos relacionados à dinâmica morfopedológica no setor de fundo de vale em uma bacia de baixa ordem no município de Toledo – PR. Este setor destaca-se por apresentar zonas de instabilidade e suscetibilidade aos processos erosivos e movimentos de massa. Foram realizados levantamento topográfico do setor de fundo de vale, o cadastramento das feições e dos processos erosivos lineares e de movimentos de massas e o levantamento pedológico. O setor de fundo de vale foi segmentado em três setores, descritos a declividade, hipsometria, a dissimetria dos taludes, os processos erosivos atuantes e o mapa morfopedológicos do setor de fundo de vale. As considerações finais foram indicadas zonas de instabilidade e suscetibilidade aos processos erosivos e movimentos de massa.

Palavras-chave: processos erosivos, movimento de massa, talude.

Introdução

O estado do Paraná apresenta histórico de problemas de erosão no solo, sobretudo a partir da expansão da fronteira agrícola (Maack, 1968). Na região Oeste do estado esses processos erosivos começaram a ser descritos a partir da década de 1960, após a chamada "Frente Gaúcha". Na década de 1970 e 1980, o governo federal juntamente com os governos estaduais criaram o Programa Integrado de Conservação do Solo. O Paraná foi referência mundial em conservação do solo (COSTA et al., 2006).

Com o incremento do plantio direto nas práticas agrícolas, idealizou que o manejo mecânico (terraços) não era mais necessário para a conservação do solo. Consecutiva e consequentemente os problemas de erosão ressurgiram, por vezes em maior proporção do

que ocorrido no passado, devido à falta de manejo adequado e o alto grau de compactação do solo (GLOBO RURAL, 2014; PROSOLOS, 2018).

Atualmente, soma-se a este cenário a recorrência de eventos pluviométricos de alta intensidade, chegando a proporções catastróficas para o sistema ambiental e econômico. Na encosta, os segmentos de baixa vertente e de fundo de vale naturalmente já sofrem com os efeitos erosivos de descarga hidrológica superficial de montante, e com a recorrência de eventos extremos, com alta precipitação em curto intervalo de tempo, o escoamento superficial tem se intensificado, sobretudo nestes segmentos. Desta forma a dinâmica de escoamento superficial tem potencializado o transporte de grande quantidade de materiais para o fundo de vale, resultando na degradação das encostas. Curcio (2018) identificou no fundo de vale na área de estudo recorrência de grande quantidade de pontos de erosão superficial no talude, advindo dos fluxos de enxurradas nas lavouras, caracterizando, assim, a insuficiência da mata ciliar (rala e de pequena espessura) na contenção de sedimentos e água transportadas para dentro do rio. Essa recorrência transforma o fundo de vale, em local propício para instabilidades e fragilidades de processos erosivos e movimentos de massa.

Diante dessa problemática o objetivo desse trabalho é espacializar e cadastrar as feições e processos erosivos no setor de fundo de vale, a fim de entender a dinâmica morfopedológica responsável pela formação de zonas de instabilidade e suscetibilidade nos taludes do canal fluvial, onde são frequentes os processos erosivos lineares e movimentos de massa.

A área do estudo está localizada na Bacia do Paraná 3 – BP3 (Figura 1), na cabeceira de drenagem (nascentes) da bacia hidrográfica do Rio Lopei, e corresponde a uma bacia de canal de Primeira Ordem, na localidade denominada Esquina Memória.

Geograficamente a área está situada no limite entre os municípios de Toledo e Cascavel, na região oeste do estado do Paraná, Latitude: 24°48'44.77" S e Longitude: 53°33'30.36" O. A área da bacia é de 189,90 hectares, e a área com remanescente de vegetação nativa no fundo do vale é de 6,88 hectares.

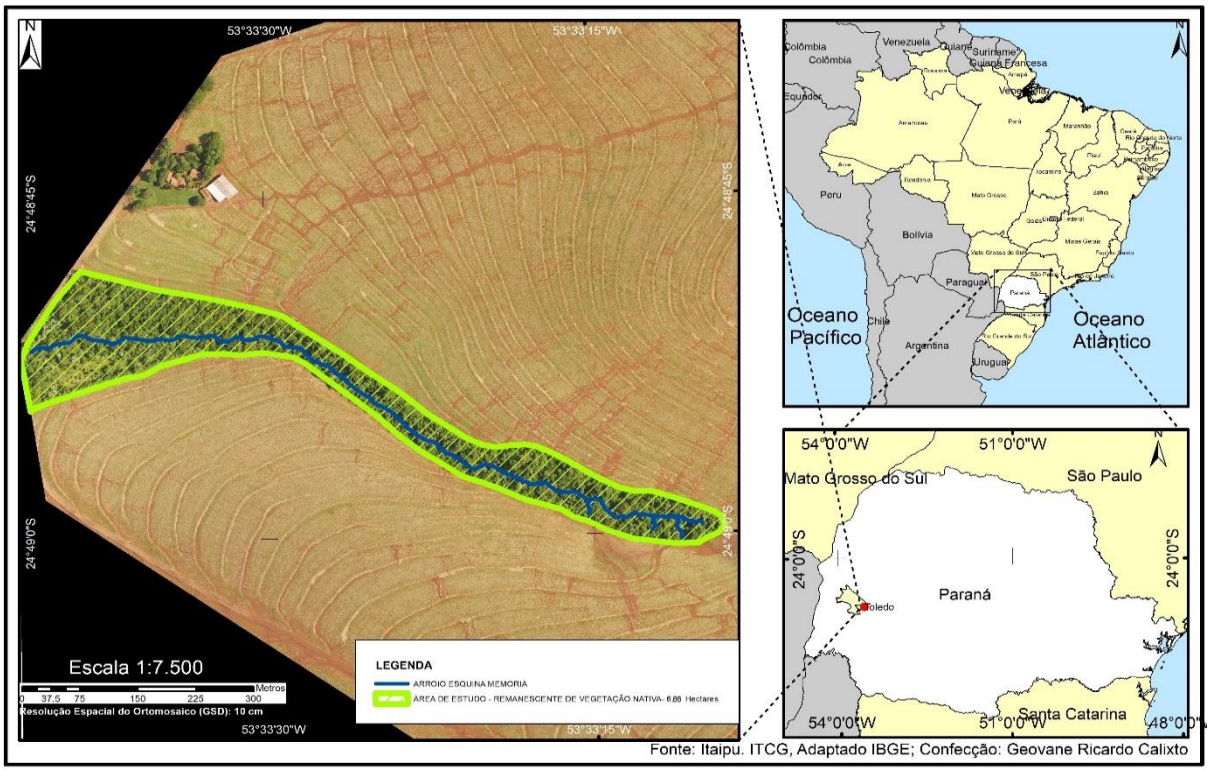


Figura 1: Mapa de localização da área do estudo.

Materiais e Métodos

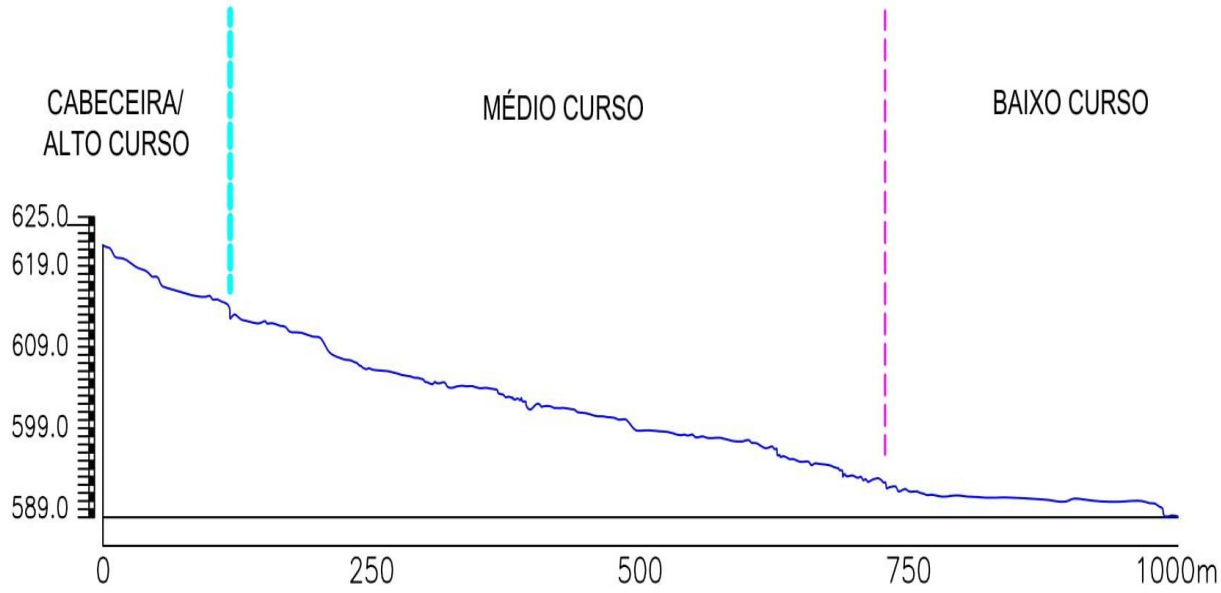
O estudo foi dividido em duas etapas, sendo elas:

Campo: O levantamento topográfico planialtimétrico cadastral do fundo de vale foram realizados com equipamento Estação Total (marca Leica Geosystems e modelo TCR série 1103, com prisma original do modelo da estação), no interior da área de remanescente de vegetação nativa, para espacializar a morfometria do talude e do canal fluvial. Foram catalogadas as feições dos processos erosivo e movimentos de massas atuantes, conforme as classificações de Guidicini e Nieble (1984); IBGE (2009); Gerscovich (2016). Para os processos erosivos foram adotadas as classificações do IPT (1990) e IBGE (2009). O levantamento dos solos foi realizado por meio de tradagens e descrição de perfis em barrancos. A descrição e coleta de amostras foram realizadas por horizonte pedogenético, conforme Santos et al. (2015), para realização das análises de rotina, com finalidade de classificar os solos do fundo do vale.

Gabinete/Laboratório: foram gerados os Modelo Digital do Terreno – MDT, o perfil longitudinal do canal fluvial e os perfis transversais do Talude do canal, foram especializados os dados em um SIG, e gerados os mapas da espacialização da dinâmica morfopedológica do fundo de vale. O mapa de solos foi elaborado a partir dos dados das toposequências de solos e da declividade conforme o EMBRAPA (1995). Os softwares usados foram QGis 2.18.11 La Palmas com interface com Saga Gis 2.3.2 – Licença Livre, ArcGis 10.5 – Licença acadêmica, AutoDesk Civil 3D 2018 – Licença Acadêmica, e o plugin usado na plataforma AutoDesk de automação topográfica TopoCad2000 – Licença Particular do autor.

Resultados

O arroio estudado tem extensão de um quilômetro, desde as cabeceiras das nascentes até a margem da estrada onde está delimitado a área dessa pesquisa. O curso do rio foi divido em três segmentos, sendo cabeceira/alto curso, médio curso e baixo curso (Figura 2). O gradiente de elevação do curso hídrico está entre 625 metros nas nascentes e 589 metros na canalização da estrada rural com variação de 36 metros e declividade média de 3,6%



w

Figura 2: Perfil longitudinal do canal fluvial, com a separação dos segmentos.

O setor de fundo de vale foi definido seguindo a ruptura de declividade convexa, que acompanha o limite da área de preservação permanente – APP do arroio, e apresenta forte ruptura de declividade em relação aos setores de média baixa vertente. O setor de fundo de vale corresponde a uma área de 6,9 hectares e corresponde a área ocupada com

remanescente de vegetação nativa. Apresenta gradiente hipsométrico de 40 metros, variando de 629 metros na cabeceira à 589 na margem da estrada rural, à jusante (Figura 3).

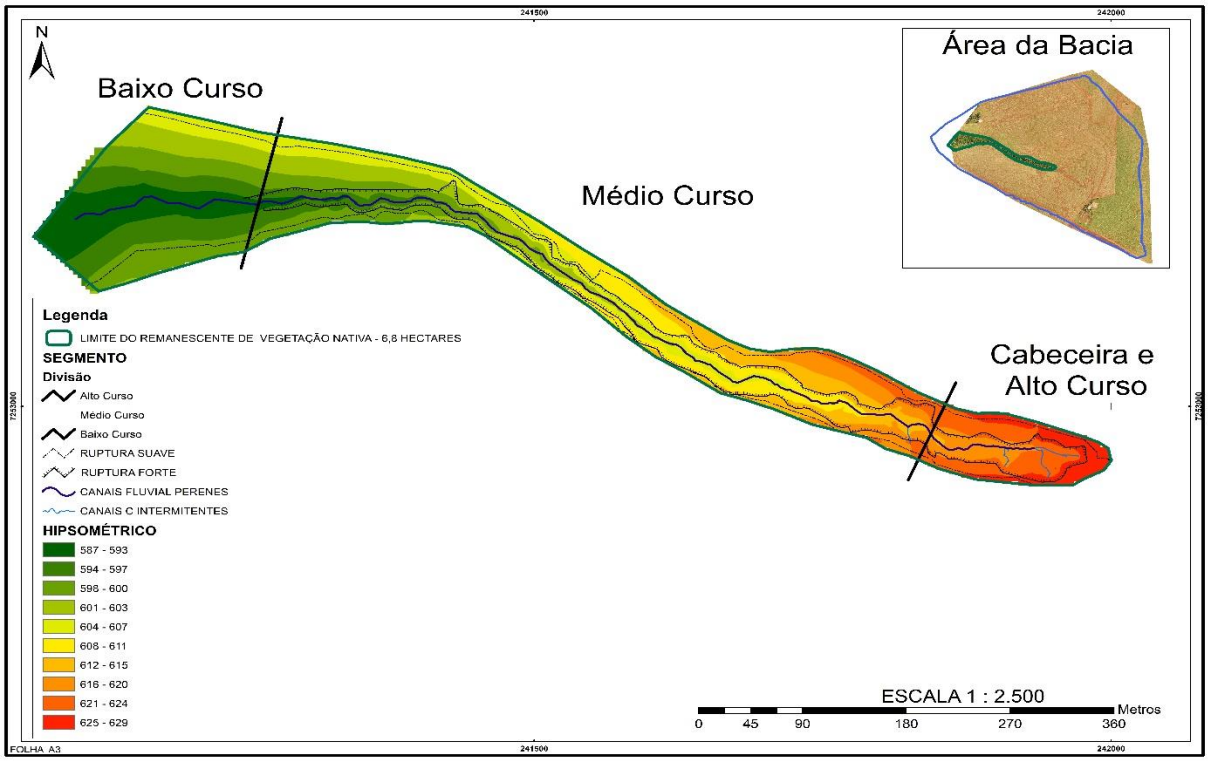


Figura 3: Mapa hipsométrico do fundo de vale.

O fundo de vale é profundo, encaixado e dissimétrico. Apresenta taludes com alturas entre o talvegue e a ruptura de declividade que limita o setor variando de 6 a 12 metros, conforme apresentado na Figura 4, na margem esquerda a altura média dos taludes é de 8 metros (Figura 4 - A), e na margem direita a altura média é de 6 metros (Figura 4 - B).

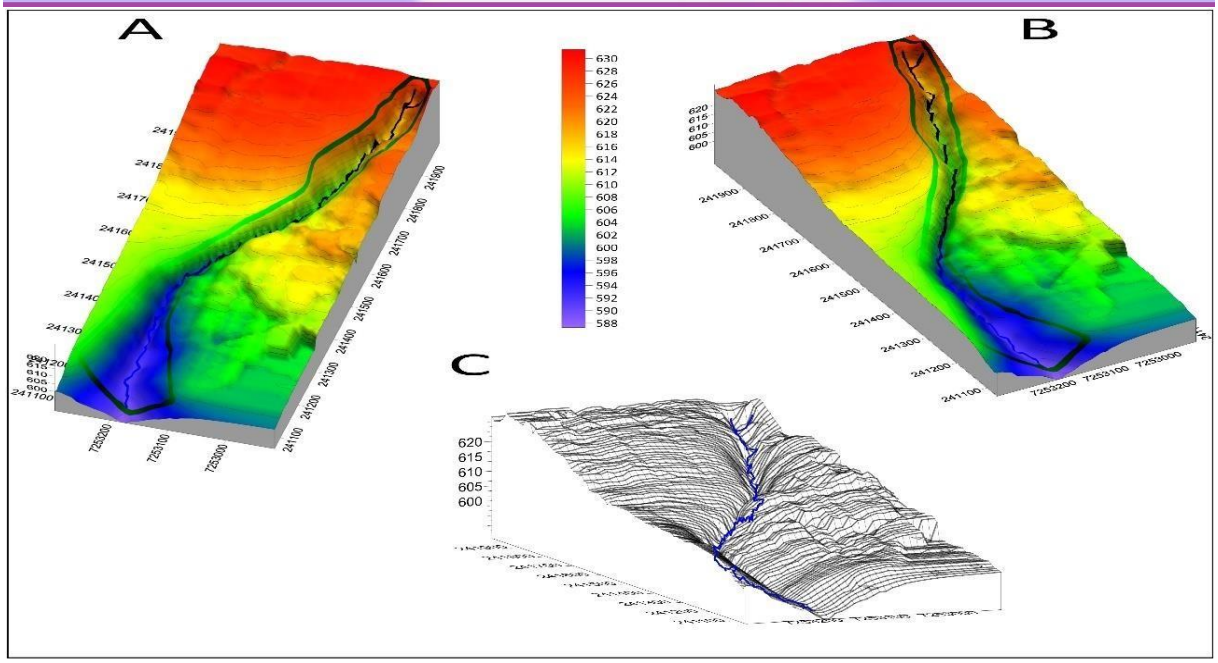


Figura 4: Diferença dos lados do talude – visão do lado esquerdo (A), lado direito (B) visão geral da encosta (C).

De modo geral o segmento de fundo de vale apresenta declividades variadas, com predomínio de declividade entre 12 % e 35 % (Figura 5). A ruptura convexa forte marca o limite entre a média baixa vertente e o fundo de vale e assinala mudança de declividade que passa de suave ondulada para ondulada no setor montante do canal e forte ondulados à montanhosa no setor médio. No setor jusante predominam as declividades entre 8% e 20%. Nas áreas com declividade acima de 35%, observa-se uma segunda linha de ruptura de declividade que se estende em ambas as margens desde o setor de montante até o limite com o setor jusante conforme a Figura 5.

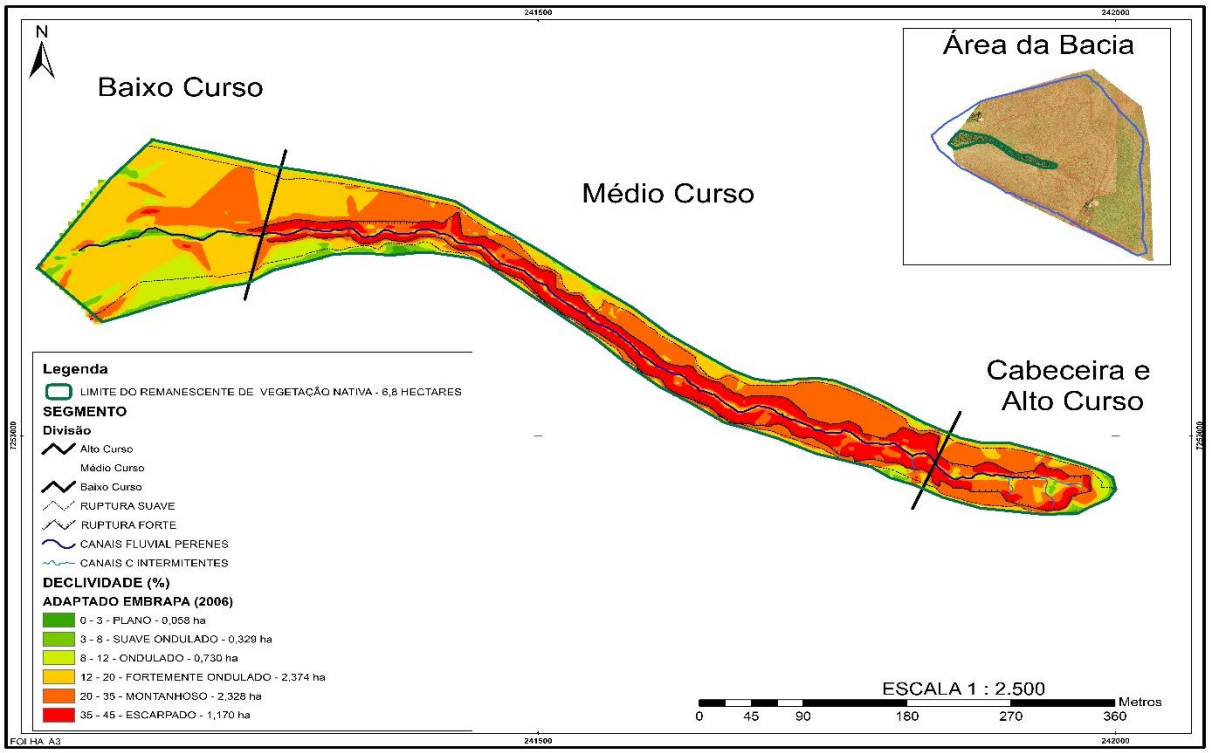


Figura 5: Mapa de declividade do fundo de vale.

A distribuição lateral e vertical dos solos na bacia foi realizada por meio de estudo detalhado em topossequência. Nesta etapa foram identificados dois sistemas pedológicos (com variações no fundo do vale e na baixa vertente) representativos da microbacia, e da região na qual a área do estudo se insere (OLIVEIRA, 2019). Nas vertentes mais longas de montante para jusante ocorre o sistema Latossolo Vermelho Eutroférrico – Nitossolo Vermelho Eutroférrico – Cambissolos Háplico e/ou associação Cambissolo Háplico + Neossolo Regolítico, nos fundos de vale em condição mais íngreme. Neste sistema, a área de Nitossolo varia conforme a convexidade da vertente. Na cabeceira de drenagem há gleização.

Estudos complementares no fundo do vale, por meio de caminhamento, permitiu a identificação de uma pequena área de Organossolo na margem da cabeceira de drenagem. Este solo está sendo destruído devido ao intenso voçorocamento. Por questão de escala esta classe de solo não foi representada no mapa de solos (Figura 6).

No setor de fundo de vale foram identificados seis tipos de solos: Nitossolos Vermelho Eutroférrico (na transição entre ao média baixa-vertente e o funde de vale; Cambissolo Háplico, Neossolos Regolítico nas áreas mais íngreme entre as rupturas de declividade, Organossolo e Gleissolo no alto curso e Neossolo Fluvial no baixo curso (Figura 6).

Tabela 1: Características morfopedológicas do fundo de vale da bacia de 1ª Ordem - Esquina Memória (Toledo, PR).

Segmentos do fundo de vale	***Nº. de toposs equências***	***Nº sondagem no Fundo de Vale***	***Processos erosivos***	***Relação solo:rocha****	***Altura* do afloramento do lençol freático (m)***	***Tipo do solo[1]***
Alto Curso	3	4	Voçorocas/Ravinas/*Pipings*>Escorregamentos (Rotacional, translacional e Misto)>Rastejo	3:1	3,15	Cambissolo Háplico>Nitossolo Vermelho Eutroférrico> Neossolo Regolítico
Médio Curso	4	11	Ravinas/Voçorocas/*Pipings*/Escorregamento (Rotacional>translacional e Misto)>Rastejo	1,5:1	1,30	Nitossolo Vermelho Eutroférrico> Cambissolo Háplico
Baixo Curso	2	6	Rastejo	-	-	Cambissolo Háplico> Nitossolo Vermelho Eutroférrico

* valor médio por segmento.

No levantamento geomórfico foram mapeados, descritos e espacializados 86 feições de processos erosivos classificados entre lineares e movimentos de massa (Tabela 1). A partir

[1] Somente aqueles observados nas tradagens.

dos dados dos levantamentos apresentados acima, pode ser realizado o mapa morfopedológicos do fundo de vale.

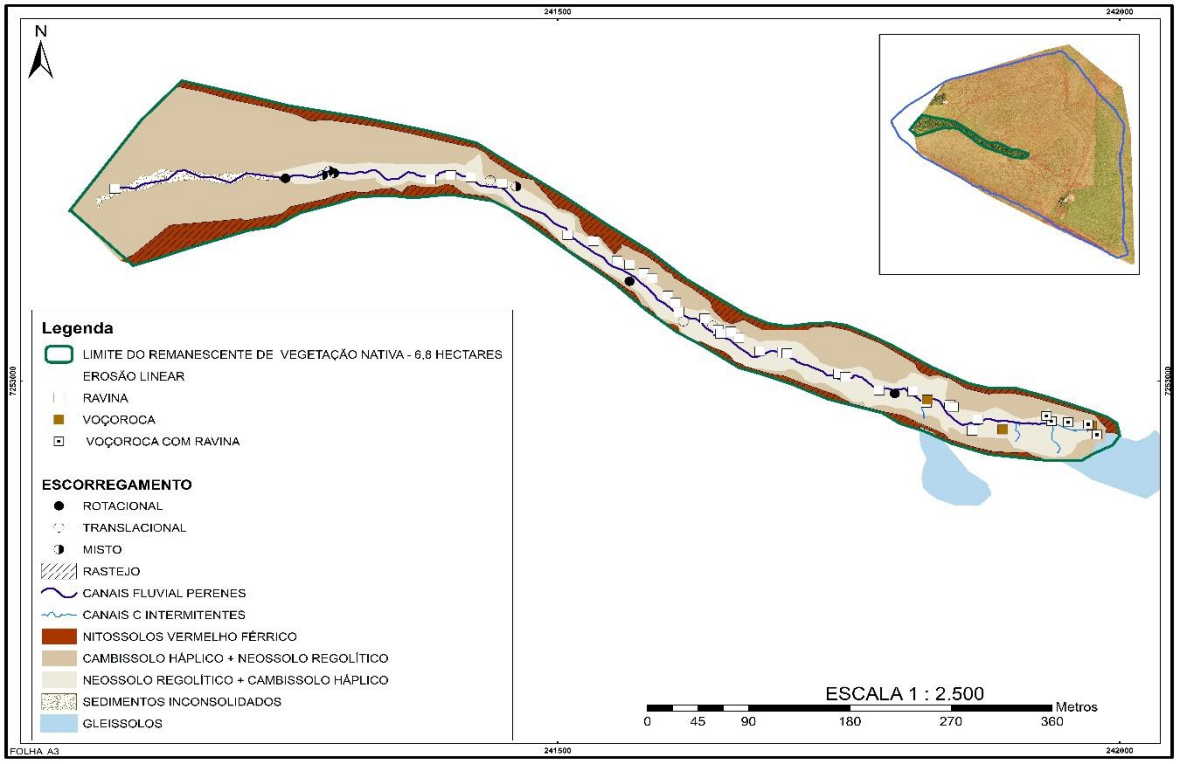


Figura 6: Mapa morfopedológicos do fundo de vale.

Conclusões

Os resultados obtidos até o momento demostram que os segmentos do fundo de vale, possuem características morfopedológicas distintas entre os segmentos de cabeceira/ alto curso, médio curso e baixo curso e apresenta-se com vários pontos de instabilidade, suscetíveis a processos de movimento de massa.

Os segmentos com maior instabilidade e suscetibilidade aos processos erosivos e movimento de massa rápidos são a cabeceira/alto curso, e o médio curso. Enquanto o baixo curso apresenta-se como uma área de deposição com predomínio de rastejo e menor índices de processos erosivos lineares.

Agradecimentos

Agradecemos a Itaipu, a Rede Paranaense de Apoio a Agropesquisa e Formação Aplicada FUNDAÇÃO/SETI-PR/ SENAR – PR (Projeto nº 48.374), IAPAR de Londrina e de Santa Tereza, a UNIOESTE-Campus Marechal Cândido Rondon e ao grupo de pesquisa GEDATE. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

COSTA, A., VIEIRA, M. J., & BRAGAGNOLO, N. (2006). **Programas de Conservação do Solo e da Água em Microbacias**. II SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE O USO DA ÁGUA NA AGRICULTURA, p. 1–12.

CURCIO, G. R. **Análise de erosão em nascentes e segmento de rio, município de Toledo, Paraná**. [recurso eletrônico] / Gustavo Ribas Curcio, Annete Bonnet. - Dados eletrônicos. - Colombo: Embrapa Florestas, 2018.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Procedimentos normativos de levantamentos pedológicos.** Brasília, Humberto Gonçalves dos Santos et al. SPI, 1995.

GERSCOVICH, Denise M. S. **Estabilidade de taludes**/ Denise M. S. Gerscovich. –2. Ed. – São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

GUIDICINI, G; NIEBLE, C.M. **Estabilidade de taludes naturais e de escavação.** São Paulo. Edgard Blücher; Ed. da Universidade de São Paulo, 1984. 194p.

Globo Rural. **Falta de conservação do solo causa erosão e perda de lavouras no PR**. Exibição em 21 Set 2014 Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3642071/> acesso em: 22 de fevereiro de 2019.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2009). **Manual técnico de geomorfologia** (2o ed; IBGE, Org.). Rio de Janeiro. Para Entender a Terra. ([s.d.]).

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SAO PAULO. 1990. **Orientações para o combate à erosão no estado de São Paulo**, Bacia do Pardo Grande. São Paulo, 3v. (IPT). Relatório, 28:184. Livro Guia, Curitiba, Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 1985.329 p.

MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**.BRDE/ IBPT/ UFPR, Editora Max Roesner, Curitiba, 350 p., 1968.

PROGRAMA INTEGRADO DE CONSERVAÇÃO DE SOLO E ÁGUA DO PARANÁ (PROSOLOS), 2018. Disponível em: <http://www.prosolo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3> Acesso em: 09 de julho de 2019.

SANTOS, H. G. et al. **Procedimentos normativos de levantamentos pedológicos.** Rio de Janeiro, RJ: EMBRAPA - Centro Nacional de Pesquisa de Solos. 2015.

GEOGRAFIA HUMANA

RESUMO SIMPLES

---------- Resumo simples

ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DOS REFÚGIOS E RESERVAS BIOLÓGICAS DE ITAIPU NA ZONA DE FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI

Nayra Caroline Steffen
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, e-mail:
E-mail: nayra.caroline.steffen@hotmail.com.

Edson dos Santos Dias
Doutor em Geografia, docente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, E-mail: edias88@yahoo.com.br.

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo proceder a análise socioambiental dos refúgios e reservas biológicas localizadas no entorno do reservatório de Itaipu, área de fronteira entre Brasil e Paraguai. Pretende-se identificar e analisar os impactos e conflitos provenientes da relação dessas unidades de conservação (sob responsabilidade direta de gestão pela Itaipu) com os agentes sociais localizados no entorno de suas áreas. A implantação de hidrelétricas altera profundamente a paisagem onde são instaladas. A usina de Itaipu compartilhada entre Brasil e Paraguai, causou durante sua construção e operação impactos sociais e ambientais para ambos os países. Com a intenção de mitigar as graves consequências geradas sobre a população atingida e ao meio ambiente, a Itaipu apresentou e procurou implementar ao longo dos últimos anos, programas e projetos socioambientais que são realizados nos municípios afetados. Além disso, a empresa implantou refúgios e reservas biológicas localizados na fronteira entre Brasil e Paraguai, com a finalidade de repovoar a fauna e flora local. Essas unidades de conservação fazem parte da categoria de proteção integral, configurando áreas com o objetivo de preservação da natureza, onde são realizadas atividades de proteção, pesquisa, monitoramento, educação ambiental e recreação em contato com a natureza, bem como é permitido nestes locais apenas o uso indireto dos recursos naturais. Conforme definição do ICMBIO; MMA (2018), os **refúgios** têm como objetivo proteger ambientes importantes para a reprodução de espécies e comunidades da flora local e fauna residente ou migratória e podem ser constituídos em áreas particulares, desde que estejam de acordo com os objetivos da unidade e da utilização da área pelo proprietário, caso contrário é realizado a desapropriação do local. No caso da definição de **reservas**, estas configuram uma forma de preservação da flora e fauna, bem como outros atributos naturais existentes em seus limites, onde executam-se medidas de recuperação dos ecossistemas alterados e ações de manejo para preservar a diversidade biológica e processos ecológicos (ICMBIO; MMA, 2018). É importante destacar que a criação dessas áreas protegidas geralmente resulta em conflitos com as populações residentes no entorno. Desta forma, a pesquisa contará com trabalhos de campo e entrevistas para realizar o levantamento sobre os impactos, conflitos e produzir a caracterização dos refúgios e reservas localizados na fronteira entre Brasil e Paraguai sob responsabilidade da usina de Itaipu e as particularidades decorrentes dessa condição. No lado brasileiro serão estudados o refúgio Bela Vista (1.920 ha) e refúgio Santa Helena (1.482 ha). No lado paraguaio, refúgio Carapá (3.250 ha), refúgio Tati Yupi (2.245 ha), reserva Itabó (15.208 ha), reserva Limoy (14.828), além do refúgio binacional Maracaju (1.356 ha) compartilhado entre Brasil e Paraguai. Pretende-se, assim, contribuir com informações sobre as questões ambientais e sociais que envolvem os refúgios e reservas biológicas do Brasil e Paraguai pertencentes a Itaipu, especialmente do lado paraguaio por não conter tantas referências que estejam disponíveis à sociedade. A análise integrada das questões ambientais, será fundamentada através da Ecologia Política e Geografia Ambiental para

compreender a relações e contradições entre a sociedade e a natureza no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Reservas e Refúgios biológicos; Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional; Fronteira Brasil/Paraguai.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

ICMBIO, Instituto Chico Mendes. MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Apostila de Ead: introdução aos planos de manejo de unidades de conservação**. 2018.

ITAIPU BINACIONAL. **Reservas e refúgios**. 2019. Disponível em: < https://www.itaipu.gov.br/meioambiente/reservas-e-refugios>. Acesso em abr. de 2019.

---------- Resumo simples

CONFLITO TERRITORIAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SÃO JOÃO E CHOPINZINHO, SUDOESTE DO PARANÁ

Roseli Teresinha Lorenzett Faria
Professora de Geografia. Secretaria de Estado da Educação do Paraná/ Núcleo Regional de Educação do Toledo.
E-mail: rosi_loren@yahoo.com.br

Resumo: A questão dos conflitos territoriais sempre esteve presente na história do mundo e do Brasil, foi através de disputas e conflitos que o Brasil forjou o território atual. No Paraná não foi diferente, diversos conflitos entre estados, países vizinhos e mesmo entre seus municípios, ocorrerem durante a consolidação do seu território (WACHOWICZ, 2002). Nesse sentido, esse trabalho se propõe desenvolver uma pesquisa sobre esse assunto, na comunidade de Alto Mirim, município de São João, sudoeste do Paraná. Refere-se de uma discordância sobre os limites do município de São João e Chopinzinho, envolvendo a comunidade de Alto Mirim. Depois de ter sido realizado um plebiscito na década de 60, onde os moradores da comunidade acreditavam que estava resolvida a questão de limites e que a referida comunidade, pertencia de fato ao município de São João, emerge em 2013 a mesma discussão: A comunidade de Alto Mirim pertence ao município de São João ou ao município de Chopinzinho?. Esse trabalho terá como objetivo investigar sobre em que contexto dirigentes dos dois municípios envolvidos sustentaram esse acordo desde a década de 60 até 2013, quando essa questão emergiu novamente. O que nos deixa intrigados é que, por quais motivos esses limites não foram respeitados até agora? O que poderia ter levado o prefeito da década de 60, de Chopinzinho a abrir mão de parte de seu território em favor de outro município? Que tipo de acordo foi firmado, por tantas décadas, que atualmente ninguém consegue explicar essa irregularidade? Segundo Scholz (2013), foi realizado um plebiscito em março de 1968, e a comunidade local votou pela desanexação dessa área de Alto Mirim, do município de Chopinzinho. Ato contínuo, esses documentos foram encaminhados, segundo o prefeito Aldino Scholz para a Assembleia Legislativa do Paraná em Curitiba. No entanto, essa documentação pode ter sido destruída em um incêndio, e a questão ficou sem solução até agora. Muito mais importante do que os problemas burocráticos de regularizar os limites entre os municípios, estão as pessoas. Pessoas essas, que nasceram e viveram uma vida, na comunidade de Alto Mirim, pertencente a São João. Pessoas essas, que criaram e mantiveram com esse município, laços, identidade e relações e de um momento para outro isto está em discussão. Para o desenvolvimento do trabalho, inicialmente será feita uma revisão bibliográfica acerca o tema, pesquisa em documentos oficiais das câmaras de vereadores que registraram em Atas reuniões sobre o assunto. Serão realizadas entrevistas com os moradores da comunidade á época da realização do plebiscito na década de 60, com os prefeitos dos dois municípios e também com a população atual da comunidade. Diante disso, essa pesquisa esse propõe a discutir esta problemática, buscando autores que dialoguem com esses temas e nos ajudem a compreender essas relações que permeiam esses fatos.

Palavras-chave: Conflitos; Território; Identidade.

REFERÊNCIAS

SCHOLZ, J. M. O caso Alto Mirim: Disputas e estratégias de poder. Revista do Centro de Documentação e Pesquisa em História Instituto de História. Uberlândia. nº 2. Julho. 2013.

WACHOWICZ, R. C. História do Paraná. 10ª ed, Curitiba. Ed. Imprensa Oficial do Paraná, 2002, 360p.

DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS EM CIDADES PEQUENAS: O CASO DE MERCEDES/PR

Elsa Iris Schmidt
Bolsista de Iniciação Científica
Graduanda da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste, membro do Grupo de Estudos sobre Fronteira, Território e Ambiente (GEFTA),schmidtelsa@outlook.com

Fabio de Oliveira Neves
Doutor em Geografia, Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Unioeste, Campus de Mal. Cândido Rondon, membro do Grupo de Estudos sobre Fronteira, Território e Ambiente (GEFTA), fabio.neves@unioeste.br.

Resumo: O Brasil é um país de grande dimensão territorial, porém a maioria dos municípios é de pequeno e médio porte, que não tem recursos para serviços mais complexos como a implantação de esgotamento sanitário e centros de tratamento de resíduos sólidos e líquidos. Há, nesse sentido, um problema generalizado nas cidades brasileiras: a destinação de resíduos. Para Ferreira, (2000; p.19-40) "a composição e a quantidade de resíduos produzidos estão diretamente relacionados ao modo de vida dos povos, e a sua condição socioeconômica e a facilidade de acesso aos bens de consumo." O destino dos resíduos urbanos produzidos no território municipal é, em geral, de responsabilidade do poder público local. Em Mercedes, não há rede de coleta de esgoto e não há estação de tratamento. As soluções para os domicílios particulares são fossas. Há coleta de resíduos sólidos, e unidade de destinação final no município, mas a triagem de materiais recicláveis é recente. Esta pesquisa objetivou levantar, atualizar e analisar dados e informações referentes aos problemas e dificuldades nos serviços urbano-ambientais relacionados à água e ao lixo no município de Mercedes. Considerando que os serviços urbanos, os de saneamento básico, compõe a área do planejamento urbano e ambiental das cidades, acredita-se que a aproximação a temas ambientais urbanos que fazem parte do cotidiano dos estudantes pode servir como aprendizado e da produção do conhecimento científico, incentivando a investigar a realidade vivenciada. A metodologia proposta para esta pesquisa foi de cunho quali-quantitavo, pois envolve o levantamento e tratamento de dados secundários, assim como a interpretação, informação e opinião de atores sociais sobre o assunto. A primeira etapa consistiu em revisão bibliográfica sobre autores que abordaram a temática da destinação de resíduos. Na segunda etapa, realizaram-se entrevistas com gestores públicos a fim de trazer uma aproximação mais atual sobre a situação da destinação das águas residuais e dos resíduos sólidos na cidade. A terceira etapa foi de levantamento de dados sobre serviços de água e esgoto na cidade e sobre a gestão dos resíduos sólidos junto aos órgãos responsáveis. Com relação ao aterro, está esgotando sua capacidade limite, e deve durar a cerca de um ano. Esse aterro, na verdade, pelas características "impróprias de disposição, pois os resíduos são depositados a céu aberto, sem controle e sem tratamento, provocando danos ao meio ambiente" (IKUTA;2010), é um lixão. Em aterros, é preciso ter um manto impermeabilizante por causa dos agentes químicos que podem contaminar o solo. Atualmente o município de Mercedes em convênio com mais 4 empresas, conta com um barracão para fazer a triagem de materiais recicláveis. Com relação ao abastecimento de água, um dos problemas, a captação fica dentro de uma pastagem, assim podendo ocorrer contaminações por parte de microrganismos. Ainda no sistema de abastecimento de água ainda possui hidrômetros antigos fazendo com que se desperdice muita água. Mercedes não possui rede de esgoto e a população faz uso de fossas sépticas e caixas de gorduras individuais, essas fossas não são fiscalizadas por parte do poder público.

Palavras-chave: geografia urbano-ambiental; serviços públicos; cidades pequenas.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com o apoio do órgão que me proporcionou a bolsa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste.

Referência bibliográfica

FERREIRA, J. A. Resíduos Sólidos: Perspectivas Atuais. In: SISINO, C. L. S.; 2000. P. 19-40.

OLIVEIRA, R. M. **Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplina**r. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. p. 19-40.

IKUTA, F. A**.** Resíduos Sólidos Urbanos no portal de Paranapanema: coleta seletiva e organização dos catadores. **Caderno Prudentino de Geografia,** Presidente Prudente, v.2, n. 32, p. 235-260, ago/ dez. 2010.

Resumo simples

O OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ COMO FERRAMENTA DE DEBATE EM TEMPOS SOMBRIOS

Caroline Ester Moellmann
Acadêmica do 4º ano do curso de Licenciatura em Geografia, UNIOESTE-MCR. E-mail: carolineester16@outlook.com

Edson Luiz Zanchetti da Luz
Acadêmico do 4º ano do curso de Licenciatura em Geografia, UNIOESTE-MCR. E-mail: zanchetti0701@gmail.com.

Djoni Roos
Doutor em Geografia, docente do curso de Licenciatura em Geografia, UNIOESTE-MCR. E-mail: djoni_roos@yahoo.com.br.

Resumo: Criado em 2013 o projeto de extensão "Observatório da Questão Agrária no Paraná" é desenvolvido de forma conjunta por pesquisadores de 07 grupos de pesquisa de Universidades Públicas do Paraná. Inicialmente a ideia de desenvolver uma ferramenta de divulgação e debate, materializa-se no formato de um blog, que através de notícias e informações de forma qualificada e direta, mapeia e publica acerca da questão agrária no Paraná. Na Unioeste, o Observatório foi oficializado como projeto de extensão no ano de 2016, sendo desenvolvido no Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS), contando com a participação de professores e alunos da graduação e pós-graduação dos *campus* de Marechal Cândido Rondon e Francisco Beltrão. A metodologia do projeto busca de forma articulada contemplar ensino, pesquisa e extensão. Afim de descentralizar e aumentar o dinamismo deste meio, as postagens são realizadas periodicamente, em rodízio entre os grupos de pesquisa participantes e a cada 05 dias são adicionadas novas notícias ao site. Além do site, o projeto também trabalha diretamente com os indígenas, quilombolas, camponeses e demais movimentos sociais, seja através de reuniões, aulas de campo e eventos organizados dentro e fora das universidades. Destaca-se a realização da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, na sua 6ª edição, sendo realizada em Instituições de Ensino Superior de todo o Brasil, tendo como bandeira a democratização do acesso à terra e que traz para o debate dentro das universidades os sujeitos sociais do campo. Ao longo dos anos o projeto vem coletando e divulgando de dados sobre a questão agrária paranaense, assim podemos ver que em 2018, haviam cerca de 11.000 famílias em acampamentos e ocupações de terra no Paraná. Além das ocupações, também foram realizadas pelos movimentos camponeses e de povos originários 30 manifestações, com ocupações de espaços públicos, fechamento de rodovias, audiências públicas, atos e encontros, entre outros. Nessas manifestações participaram cerca de 10.000 pessoas. Sabe-se também da violência estrutural que permeia o Paraná agrário, em que ao longo da história os sujeitos sociais do campo, organizados ou não têm sido alvos frequentes de ações dos grandes proprietários de terra e do Estado. No entanto, diante do momento político atual, após o Golpe político/parlamentar/jurídico/midiático de 2016 (MITIDIERO, 2017), estamos todos imersos em tempos sombrios na constante iminência de ataques, que buscam de todas as formas coibir o pensamento crítico, sucateando universidades inviabilizando e desacreditando a pesquisa científica. Contudo é neste cenário que cresce de importância o papel do pesquisador, que pautado em dados confiáveis, buscará desvelar os conflitos existentes, a fim de construir uma ciência geografia crítica e produzir conhecimento de relevância social. A partir do Observatório da Questão Agrária no Paraná e do DATALUTA/PR é possível compreender que tais conflitos decorrem de formas distintas de uso e ocupação da terra. De um lado os que veem a terra como mercadoria e de outro, há

aqueles que entendem a terra como espaço de trabalho fundamental para reprodução de seu modo de vida.

Palavras-chave: Questão agrária; Paraná; resistência; conflitos no campo.

Referências

MITIDIERO Jr, Marco Antônio. Violência no campo brasileiro em tempos de golpe. Boletim DATALUTA, nº 114. Junho/2017.

Resumo simples

O PROCESSO DE EMPODERAMENTO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Tainara Ianka Maas
Mestranda pela PPGG/Unioeste, membro do Grupo de Estudos sobre Fronteira, Território e Ambiente (GEFTA), tainaramaas@hotmail.com

Fábio de Oliveira Neves
Doutor em Geografia, Prof. do PPGG/Unioeste, membro do Grupo de Estudos sobre Fronteira, Território e Ambiente (GEFTA), fabio.neves@unioeste.br

Resumo: O termo gerenciamento de resíduos sólidos refere-se aos aspectos tecnológicos e operacionais, envolvendo fatores administrativos, gerenciais, econômicos, ambientais e de desempenho, ou seja, relaciona-se à prevenção, redução, segregação, reutilização, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento, recuperação de energia e destinação final de resíduos sólidos (SCHALCH *et. al.,* 2002). No Brasil, as ações nesta área são regulamentadas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (lei 12.305/2010), que visa alcançar resultados significativos para o desenvolvimento sustentável e socialmente justo. Ela atribui a gestão desses resíduos a uma pluralidade de atores sociais que possuem responsabilidades individuais e coletivas, devendo agir harmoniosamente na busca dos objetivos da política (BRASIL, 2010). Nesta pesquisa, busca-se responder se o termo empoderamento se aplica ao que vem acontecendo com os catadores no Brasil a partir do final da década de 1980, quando estes começam a se organizar e ser reconhecidos como agentes da gestão dos resíduos sólidos urbanos. Busca investigar a participação dos catadores no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Existe estratégias de valorização profissional dos catadores nesta organização? Além disso, tenta-se reconhecer o empoderamento como um processo e se, através deste processo, os catadores têm conseguido o seu reconhecimento enquanto trabalhador. O termo chave na pesquisa é o empoderamento que é originário da palavra *empowerment* de origem inglesa e vem sendo utilizado no idioma espanhol como *empoderamiento* (MARTINS, 2003). No Brasil, Caldas Aulete (1958) traz "empoderar-se" como sinônimo de "apoderar-se". Baquero (2001) coloca que o empoderamento possui raízes nas lutas pelos direitos civis, assumindo significações que se referem ao desenvolvimento de potencialidades, ao aumento de informação e percepção, buscando uma participação real que possibilite a democracia. Este termo possui significado multifacetado que se apresenta como um processo dinâmico, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos e de condutas. Esse processo é apresentado a partir de dimensões da vida social em três níveis: psicológica ou individual; grupal ou organizacional; e estrutural ou política (KLEBA; WENDAUSEN, 2009). O empoderamento tem como meta a saída das pessoas de uma situação de resignação e impotência e sua reapropriação de poder, visando uma abordagem voltada para melhorar a situação e a posição dos grupos mais vulneráveis, a exemplo dos catadores (STOTZ; ARAÚJO, 2004). Com finalidade de auxiliar a obtenção dos objetivos será realizado primeiramente revisão bibliográfica, buscando esclarecer o conceito de empoderamento e assim verificar como ocorre o processo de empoderamento com os catadores. Será realizado, no referencial bibliográfico, um histórico dos catadores enquanto atores sociais integrados ao setor de reciclagem de resíduos sólidos urbanos. A escolha da temática decorreu da necessidade de desenvolver estudos mais específicos nesta área, na tentativa de questionar o suposto empoderamento dos catadores, contribuindo para compreender um agente da gestão dos resíduos sólidos nas cidades.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Palavras-chave: Catadores; Empoderamento; Geografia.

Referências

AULETE, C. **Aulete Digital – dicionário contemporâneo da língua portuguesa:** Dicionario Caldas Aulete, vs online, acessada em 05 de jun de 2019.

BAQUERO, M. **Reinventando a sociedade na América Latina**: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre: Ed. da UFRGS / Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001.

BRASIL. **Lei n° 12.305 de 2 de agosto de 2010**. Casa Civil. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http:// www.planalto.gov.br/ ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em 10 jan. de 2019.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde Soc.** São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

MARTINS, C. H. B. **Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, sócio-ambientais e políticas na perspectiva do empoderamento.** 2003. 211 f. Tese (doutorado sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

SCHALCH, V., *et. al.* **Gestão e gerenciamento de resíduos sólidos.** São Carlos/SP: Universidade de São Paulo, 2002.

STOTZ, E. N; ARAÚJO, J. W. G. Promoção da saúde e cultura política: a reconstrução do consenso. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 5-19, maio/ago. 2004.

---------- Resumo simples

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS: AS ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO BAIRRO CASCAVEL VELHO EM CASCAVEL/PR

Franciele Moreira Grande
Geógrafa, mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia, francielemgrande@gmail.com.

Fábio de Oliveira Neves
Doutor em Geografia, Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia, fabio.neves@unioeste.br

---

Resumo: A segregação socioespacial é um fenômeno recorrente que se manifesta na organização interna das cidades. Com o crescimento da população e a falta de planejamento das cidades, ocorre a segregação, tanto espacial (distância entre moradias de diferentes grupos), como social (distância de condições no que diz respeito ao acesso, elaboração e execução de políticas públicas) (SILVA, 2007). As duas formas de segregação são extremamente ligadas e concentradas nos grupos com menores rendas. Destarte, grupos sociais com maior poder aquisitivo tendem a habitar áreas bem estruturadas, enquanto a população empobrecida ocupa as periferias, onde comumente o acesso a vida urbana é precário, o que muitas vezes culmina em um cotidiano socialmente vulnerável. A vulnerabilidade social refere-se à "fragilização da cidadania, entendida como perda ou ausência de direitos e como precarização de serviços coletivos que garantiam uma gama mínima de proteção pública para grupos carentes de recursos privados" (KOWARIKI 2002, p.15). A relação entre a segregação socioespacial a vulnerabilidade social é tênue, tendo maior incidência nas cidades. A segregação socioespacial não é exclusividade das metrópoles, ocorrem também em cidades médias. Estas exerceram a função de absorver parte dos fluxos migratórios com destino às metrópoles, evitando a ampliação dos graves problemas sociais existentes nesses grandes centros urbanos (AMORIM FILHO; SERRA, 2001). Os problemas das metrópoles também migraram para as médias cidades (NEGRI, 1996). Nesse sentido, a presente pesquisa busca discutir a segregação socioespacial em cidades médias, tendo como objeto de estudo áreas socialmente vulneráveis do bairro Cascavel Velho em Cascavel/PR. Têm-se como objetivos específicos: descrever o processo de formação do bairro Cascavel Velho e das áreas de ocupação sob estudo; analisar as representações dos habitantes sobre o bairro e sua vivência cotidiana; caracterizar as dificuldades de infraestrutura, mobilidade, emprego e outras enfrentadas pelos habitantes. Tal discussão tem sua gênese a partir do seguinte problema: como os moradores de áreas com vulnerabilidade social do bairro Cascavel Velho em Cascavel/PR vivenciam a segregação socioespacial? Propõem-se um método qualiquantitativo, de modo que contribua para a entendimento do fenômeno, bem como à organização dos dados a serem coletados. Com base no método qualitativo, a entrevista semiestruturada será considerada, a fim de compreender como os moradores das áreas socialmente vulneráveis vivenciam a segregação socioespacial em seu cotidiano, ou seja, as representações que as pessoas têm sobre o lugar. Paralelamente às etapas qualitativas, acontecerão as quantitativas. Pretende-se tratar e tabular informações censitárias sobre o bairro, usando o SIDRA/IBGE, para realizar a construção de perfil de população no bairro de Cascavel Velho, com base nas seguintes variáveis: cor ou raça, renda, grau de instrução, ocupação e características de domicílios. Os dados obtidos na plataforma do SIDRA, propiciarão a composição de gráficos, tabelas e mapas, para assim analisar o perfil do bairro. Espera-se que a pesquisa contribua para compreender a formação das duas áreas segregadas, assim como a vida cotidiana nesses

espaços segregados e socialmente vulneráveis característicos da organização interna das cidades brasileiras.

Palavras-chave: Segregação socioespacial; Cidades médias; Vulnerabilidade social

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

AMORIM FILHO, O. e SERRA, R. V. (2001). "Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional". In: ANDRADE, T. e SERRA, R. V. (orgs.). Cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro, Ipea.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.63, p.9-30, jul.2002.

NEGRI, B. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: Unicamp, 1996.

SILVA, Keli de Oliveira, A periferização causada pela desigual urbanização brasileira. Maringá: Revista Urutaguá – Revista acadêmica multidisciplinar (DCS/UEM), Nº 11-dez./jan./fev./mar./2017 - disponível em: http://www.urutagua.uem.br/011/11silva.htm JAN, 2007. Acesso em: 24/06/2019.

TRABALHOS COMPLETOS

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL E O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO PERFIL DE ORIGEM DOS ACADÊMICOS

Éliton Paulo Novais
Mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, Relações Públicas na Universidade Federal da Fronteira Sul, eliton.nvais@gmail.com.

Janete Stoffel
Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz, Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul, janete.stoffel@uffs.edu.br.

Vanderleia Dezingrini
Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, Técnica-administrativa na Universidade Federal da Fronteira Sul, vanderleia@gmail.com.

Resumo – As instituições de ensino superior possuem em suas mãos, através do ensino, pesquisa e extensão, elementos essenciais para promoverem o desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento econômico e social dos lugares pode ser analisado a partir da implantação destas instituições de ensino. A Universidade Federal da Fronteira Sul, desde sua criação em 2009, tem como propósito promover o desenvolvimento regional integrado, trazendo em sua missão e metas, a preocupação em atender as necessidades da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul. Então, o que propomos com este trabalho é uma análise do impacto da implantação do Campus Laranjeiras do Sul – Paraná, no desenvolvimento regional a partir da verificação sobre o perfil dos estudantes matriculados nos cursos de graduação, observando características destes alunos, os quais compõem este quadro de discentes da UFFS. Para isso, em um primeiro momento foi elaborada uma contextualização da UFFS frente ao Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso), bem como ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Em seguida são disponibilizados dados gerais a respeito da UFFS e do Campus Laranjeiras do Sul e por fim, são apresentadas características dos acadêmicos deste Campus.

Palavras-chave: UFFS; Campus Laranjeiras do Sul; Desenvolvimento Regional; Promeso; REUNI.

Introdução

Entre os anos de 2003 a 2011, durante o Governo Lula, importantes políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento no país foram criadas. Dentre elas políticas educacionais visando à expansão do Ensino Superior em todo território nacional, destacamos a importância do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) para a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

A princípio, cada estado federativo da região sul tinha uma proposta individual de implantação de uma universidade federal, e em 2006 a reivindicação unificada por uma universidade pública para toda a mesorregião fez com que a proposta ganhasse força. Partindo do pressuposto de que a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, possui em seu entorno características específicas, como por exemplo, a forte presença da agricultura familiar e camponesa, foi possível visualizar a formulação de um projeto comum de universidade.

Neste sentido, surge um projeto de universidade preocupada com a presença das classes populares dentro de sua composição. E assim, apostando na construção de uma universidade baseada em um projeto de "desenvolvimento sustentável e solidário para a região, tendo como seu eixo estruturador a agricultura familiar e camponesa. Buscando,

portanto, servir à transformação da realidade, opondo-se à reprodução das desigualdades que provocaram o empobrecimento da região" (BRASIL, 2010, p.7).

Assim, a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, desde sua criação, em 2009, tem como propósito promover o desenvolvimento regional integrado, e traz em sua missão e metas, a preocupação em atender as necessidades da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul.

Acerca do papel que as instituições de ensino superior possuem em contribuir com o desenvolvimento econômico e social, Goebel e Miura (2004) destacam que, de diferentes formas elas encontram-se vinculadas ao setor produtivo, e que há de se destacar sua função em contribuir com esse desenvolvimento econômico-social por meio da disponibilização de suporte científico e tecnológico. Estas instituições possuem em suas mãos, através do ensino, pesquisa e extensão, elementos essenciais para promoverem este desenvolvimento.

Onde este desenvolvimento econômico e social dos lugares pode ser analisado a partir da implantação destas instituições de ensino, as quais são responsáveis não somente pela formação de mão de obra qualificada, mas também pela geração de um conjunto de novos fatores que agregam às regiões onde são instaladas (JUNIOR, 2014).

Sobre os fatores favoráveis ao desenvolvimento de onde se instala uma Instituição de Ensino Superior pública, Brune (2015, p.28) elenca alguns deles:

> i) formação de pessoal qualificado, acúmulo de capital humano e difusão de cultura; ii) geração de ambiente de produção, disseminação e captação de conhecimentos e inovações, fator indispensável ao desenvolvimento tecnológico; iii) com suas pesquisas e projetos de extensão, as ações de uma universidade vão ao encontro as demandas da sociedade e da economia, ao oferecer novos métodos e técnicas para o setor produtivo e assistência a comunidade local; iv) garantia de empregos diretos e indiretos (novas oportunidades de negócios) e atração de discentes, docentes, demais servidores e investidores; v) pilar para o desenvolvimento endógeno, através do ensino, pesquisa e extensão; vi) dinamiza toda a economia, em especial os setores de alimentação, imobiliário, lazer, transporte e material didático.

Neste sentido, o que propomos com este trabalho é uma análise dos efeitos da implantação do Campus Laranjeiras do Sul – Paraná, no desenvolvimento regional a partir da verificação do perfil dos estudantes, observando quais são as características dos alunos que compõem o quadro de discentes deste campus da UFFS. Assim, em um primeiro momento é elaborada uma contextualização da UFFS na perspectiva do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso) e também, no contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Em seguida, apresentaremos dados gerais a respeito da UFFS e do Campus Laranjeiras do Sul e por fim, características dos acadêmicos deste Campus.

A criação da UFFS no contexto do Promeso e do REUNI

Durante o Governo Lula, de 2003 a 2011, foram criadas importantes políticas públicas afim de promover o desenvolvimento do país, entre elas o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Buscando reduzir as desigualdades regionais como forma de estratégia de desenvolvimento para o Brasil, é dado ao Ministério da Integração Nacional (MI) a responsabilidade de coordenar e articular os programas e ações voltados ao desenvolvimento regional, enfatizando a participação de atores regionais, sub-regionais, locais e até internacionais, bem como valorizar as diversidades do território brasileiro. Neste contexto, a Secretaria de Programas Regionais (SPR), órgão ligado ao MI, implementa três programas

voltados a reversão do quadro de desigualdade e de exclusão das regiões brasileiras e de suas populações, um deles então, o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais, o Promeso (BRASIL, 2009).

Segundo dados do Promeso existem no território brasileiro, 13 Mesorregiões Diferenciadas, as quais distinguem-se das mesorregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo fato de configurar-se por um espaço contínuo, podendo compreender territórios formados por uma ou mais Unidades da Federação. Estas mesorregiões são formadas por

> […] territórios e municípios que apresentam identidades físicas, econômicas, sociais e culturais e permitem a configuração de um arranjo político-institucional com participação da sociedade civil, num processo de busca de coordenação e efetividade das ações territoriais das políticas públicas de diferentes esferas de poder. Com o intuito de contribuir para a redução das desigualdades regionais e para a promoção de dinâmicas mais inclusivas de desenvolvimento, esse arranjo político-institucional tem o papel de definir de forma participativa os objetivos específicos e identificar as potencialidades a serem fortalecidas e as vulnerabilidades a serem mitigadas (BRASIL, 2009, p.8).

Dentre as Mesorregiões Diferenciadas, encontra-se a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (Figura 1), a qual compreende 396 Municípios, sendo 42 no Sudoeste do Paraná, 131 no Oeste de Santa Catarina e 223 no Noroeste do Rio Grande do Sul. A região possui uma área total de 120.763 km² e população de 3.815.791 habitantes (estimativa de 2007 – IBGE).

Figura 1 – Localização da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.
Fonte: Brasil, 2009.

O ensino superior chega à região compreendida pela Fronteira Sul, de certa forma, atrasado, e exequível a poucos. No Rio Grande do Sul chega a partir da década de 1950, e no Paraná e em Santa Catarina a partir da segunda metade da década de 1960 (RADIN, VALENTINI e ZARTH, 2015).

Além da exclusão em relação ao ensino superior, podemos destacar outros fatores marcantes que caracterizam esta mesorregião, tais como:

> […] o empobrecimento relativo, pressão dos sistemas produtivos sobre os recursos naturais; crescente perda de dinamismo da economia regional ante o contexto de globalização e empobrecimento social, decorrente da

> dificuldade de inserção das pequenas propriedades rurais no mercado e das precárias condições de moradia de parcela significativa da população, caracterizadas pelas deficiências de saneamento básico e falta de acesso à saúde e à educação. Como consequência dos fatores elencados, advém a baixa capacidade de absorção de mão de obra e retenção da população, que leva ao êxodo rural e à emigração regional (BRASIL, 2009, p.31).

Esse conjunto de exclusões relacionadas "ao direito de acesso ao ensino superior público e gratuito e outros problemas que tanto afetam a Mesorregião Fronteira Sul foram alguns dos fatores que alimentaram e orientaram o processo de implantação" de uma instituição de ensino superior pública na região (RADIN, VALENTINI e ZARTH, 2015, p.343).

Esse processo de luta por uma instituição de ensino superior público e gratuito para a região vai ao encontro de outro desafio a ser vencido para alcançar o desenvolvimento e reduzir as desigualdades regionais do país: a promoção do fortalecimento e interiorização do sistema de educação superior, dada a sua importância frente ao sistema produtivo. A respeito dessas desigualdades, importantes avanços já foram alcançados por meio de políticas e ações afirmativas ligadas ao Ministério da Educação (MEC), como por exemplo, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, 2012).

Por meio do REUNI, começa a se vislumbrar a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Como dito anteriormente, a princípio, cada Estado tinha uma proposta individual de implantação de uma universidade federal, e após unificarem este desejo, a proposta ganha força e projeção.

Então, em 2008, no Terceiro Ciclo do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, "Expansão com integração regional e internacional", é apresentado o Projeto de Lei 3374/2008, o qual propõe a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Este é sancionado pelo Presidente do Brasil, Lula, em 15 de setembro de 2009, e transformado na Lei Ordinária 12029/2009.

E é deste contexto que se constitui a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, trazendo em sua missão e metas, desde sua criação, a preocupação em atender as necessidades da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, por meio da promoção do desenvolvimento regional integrado. Desde seu princípio a Universidade foi planejada como multicampi e para a escolha dos campi foram levados em conta vários fatores, entre eles as fortes características dos três Estados quanto a

> presença da agricultura familiar e camponesa e de movimentos sociais populares, a distância das universidades federais da região sul, e a carência de instituições federais de ensino, a localização, o maior número de estudantes no Ensino Médio, o menor IDH, a infraestrutura mínima para as atividades e a centralidade na Mesorregião. (BRASIL, 2010, p.9)

Em 2019, a Universidade Federal da Fronteira Sul completa dez anos e pode ser considerada, de certa forma, uma Instituição ainda jovem, possui atualmente seis Campi. Estes instalados nas seguintes cidades e estados: Laranjeiras do Sul e Realeza no Paraná, Chapecó em Santa Catarina, Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo no Rio Grande do Sul, conta com mais de 40 cursos de Graduação, voltados às especificidades regionais, além de cursos de Pós-graduação Lato e Stricto Sensu.

Desde seu primeiro processo seletivo a UFFS tem se preocupado em garantir o acesso ao ensino superior, de alunos oriundos das redes públicas, para isto, reserva em torno de 90% das vagas na graduação aos estudantes que cursaram o Ensino Médio exclusivamente em escolas públicas. Seu processo seletivo é feito por meio do Sistema Unificado de Seleção – SiSU, que, hoje, é a principal forma de oferta de vagas autorizadas pelo Ministério de Educação – MEC.

A UFFS e o Campus Laranjeiras do Sul – fatos e características

No tocante à localização do Campus Laranjeiras do Sul, este se encontra instalado no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, conectando 20 municípios localizados no Médio Centro-Oeste do Paraná, entre os vales dos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu, conforme pode ser visto na Figura 2.

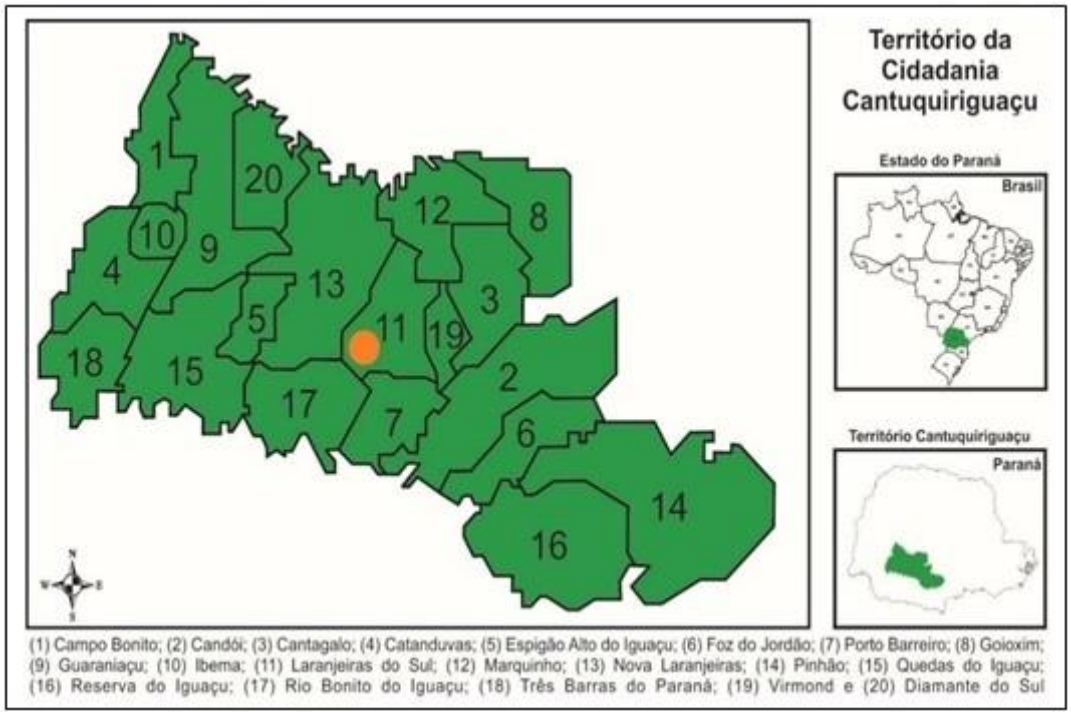


Figura 2 – Localização da UFFS dentro do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.
Fonte: NEDET/UFFS, 2016.

Dentre todas as regiões localizadas no Estado do Paraná, esta é a região "com maior número de assentados da reforma agrária da América Latina, a área de maior reserva indígena do estado e de presença de quatro comunidades quilombolas, [...] os municípios que compõe o território possuem índices de IDH abaixo das médias estadual e brasileira" (BRASIL, 2013, p. 26).

Neste contexto, genericamente falando, a escolha de Laranjeiras do Sul, bem como das outras cidades para a implantação dos Campi da UFFS, busca suprir a demanda existente e formar profissionais que atuem na amenização das desigualdades sociais, contribuindo para promover o desenvolvimento local/regional das regiões onde se encontram instalados seus Campi.

As atividades no Campus Laranjeiras do Sul tiveram início em uma estrutura provisória no ano de 2010 e, em abril de 2013, passaram a acontecer no Campus definitivo, localizado na BR 158, Km 405.

Atualmente, o Campus conta com, aproximadamente, 1.300 estudantes matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação. Em relação à sua equipe técnica, conta com 90 servidores docentes, 73 servidores técnico-administrativos educacionais, e com cerca de 40 outros servidores que são estagiários, anistiados e terceirizados.

Em relação aos cursos ofertados em 2018, data da coleta dos dados, eram sete cursos de graduação: Agronomia com ênfase em Agroecologia, Ciências Econômicas com Linha de Formação em Desenvolvimento e Cooperativismo, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura, Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias, Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Humanas

e Sociais, e Pedagogia. Além de quatro cursos de pós-graduação, duas do tipo Lato Sensu – Realidade Brasileira e Economia Empresarial e Gestão de Pequenos Negócios; e dois Programas de pós-graduação Stricto Sensu – Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e Ciência e Tecnologia de Alimentos.

O perfil dos acadêmicos matriculados nos cursos de graduação do Campus Laranjeiras do Sul

A partir daqui passaremos a tratar dos dados referentes aos acadêmicos matriculados no primeiro semestre de 2018, nos cursos de graduação. Vale ressaltar que os dados foram acessados por meio do Sistema de Gestão Acadêmica, o qual funciona de forma uniforme em todos os Campi da Instituição.

No primeiro semestre de 2018 foi totalizada a quantia de 1031 matrículas nos cursos de graduação. Deste total, 254 referentes ao curso de Agronomia, 222 ao curso de Ciências Econômicas, 140 ao curso de Engenharia de Alimentos, 133 ao curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Humanas e Sociais (IEDOC:CSH), 123 ao curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias (IEDOC:CNMCA), 109 no curso de Engenharia de Aquicultura, e 50 ao curso de Pedagogia, que destes, é o curso mais recente do Campus.

Em uma região marcada pela presença de povos indígenas e quilombolas, consideramos importante apresentar os dados em relação à autodeclaração dos acadêmicos quanto à sua raça. O que podemos ver é que, a maioria dos acadêmicos matriculados se declararam brancos, em seguida, pardos, indígenas, pretos e amarelos. Na Quadro 1, podemos observar os números referentes a estes dados.

Raça	Quantidade de respostas
Branca	614
Parda	299
Indígena	50
Preta	49
Amarela	11
Não declarada	8

Quadro 1 – Autodeclaração de raça dos acadêmicos.
Fonte: Sistema de Gestão Acadêmica – SGA, 2018.
Organização: Os autores.

Como ressaltado anteriormente, desde seu primeiro processo seletivo a UFFS privilegia o ingresso de alunos oriundos da rede pública de ensino, reservando em torno de 90% das vagas disponíveis nos cursos de Graduação para estes estudantes.

No Campus Laranjeiras do Sul, por meio da análise dos dados referentes às matrículas em 2018, constatamos que este número é ainda maior, demonstrando que o Campus tem superado as expectativas em relação ao acesso de estudantes provenientes do ensino público, atingindo assim, um dos propósitos de sua criação. Estes dados podem ser visualizados na Figura 3.

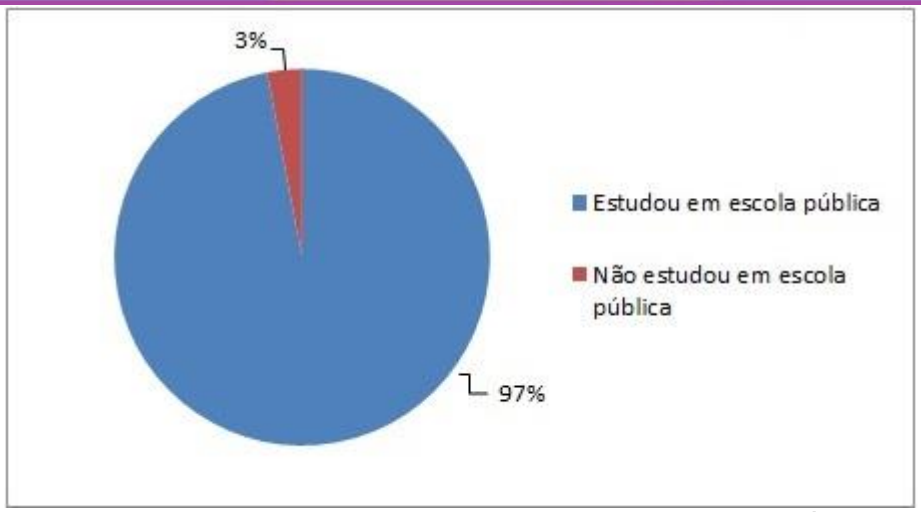


Figura 3 – Proporção de Acadêmicos oriundos de escolas públicas.
Fonte: Sistema de Gestão Acadêmica – SGA, 2018.
Organização: Os autores.

Em relação ao endereço informado, no ato da matrícula, a maioria dos estudantes declarou residir no Estado do Paraná (938), seguido pelo Estado de São Paulo (63), Santa Catarina (11) e demais Estados, conforme detalhamento apresentado no Quadro 2. Cabe ressaltar, que este é o endereço que consta no cadastro do acadêmico na Secretaria Acadêmica. Assim, não se tem certeza de sua origem, mas sim de sua residência atual.

Unidade Federativa	Quantidade de respostas
Paraná (PR)	938
São Paulo (SP)	63
Santa Catarina (SC)	11
Rio Grande do Sul (RS)	5
Minas Gerais (MG)	4
Pará (PA)	3
Distrito Federal (DF)	2
Rio de Janeiro (RJ)	2
Goiás (GO)	1
Mato Grosso (MT)	1
Rio Grande do Norte (RN)	1

Quadro 2 – Origem geográfica dos estudantes.
Fonte: Sistema de Gestão Acadêmica – SGA, 2018.
Organização: Os autores.

Ao analisar os municípios do Estado do Paraná, indicados pelos estudantes no ato da matrícula, como local de residência, verifica-se que a maioria destes indicou residir em municípios situados no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, região onde se encontra instalado o Campus, como exposto anteriormente.

No Figura 4, é possível verificar o percentual de acadêmicos residentes nos municípios localizados na Cantuquiriguaçu em relação aos acadêmicos oriundos de outras regiões do Paraná.

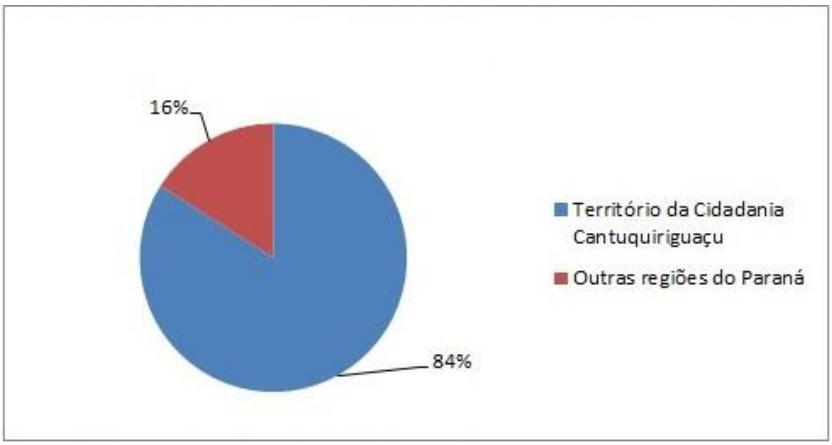


Figura 4 – Percentual de acadêmicos oriundos de municípios localizados no Território da Cidadania Catuquiriguaçu em relação a outras regiões do Estado do Paraná.
Fonte: Sistema de Gestão Acadêmica – SGA, 2018.
Organização: Os autores.

Dos 938 acadêmicos que declararam residir no Paraná, 786 são provenientes do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. No Quadro 3, é possível visualizar as informações referentes à origem da localidade de cada acadêmico, no que diz respeito a estes municípios localizados na Cantuquiriguaçu. Vale ressaltar que dos 20 Municípios que, hoje, compõem o Território, apenas Goioxim e Ibema não aparecem na tabela, ou seja, não apresentam alunos matriculados.

Municípios	Quantitativo	Percentual em relação ao total de matriculados no Campus (1031)
Laranjeiras do Sul	487	47,23%
Rio Bonito do Iguaçu	95	9,21%
Nova Laranjeiras	70	6,78%
Cantagalo	30	2,90%
Quedas do Iguaçu	25	2,42%
Porto Barreiro	17	1,64%
Marquinho	13	1,26%
Reserva do Iguaçu	10	0,96%
Virmond	9	0,87%
Candói	6	0,58%
Espigão Alto do Iguaçu	5	0,48%
Guaraniaçu	5	0,48%
Diamante do Sul	4	0,38%
Três Barras do Paraná	3	0,29%
Foz do Jordão	2	0,19%

Campo Bonito	1	0,09%
Catanduvas	1	0,09%
Pinhão	1	0,09%
Total	**786**	

Quadro 3 – Percentual de alunos provenientes de municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu em relação ao total de matriculados no Campus.
Fonte: Sistema de Gestão Acadêmica – SGA, 2018.
Organização: Os autores.

Sobre os dados acima, cabe ressaltar que no ato da matrícula, estudantes provenientes de outros municípios e Estados, e que tenham se mudado para Laranjeiras do Sul, podem ter indicado o novo endereço para a matrícula, aumentando assim o número de estudantes com residência em Laranjeiras do Sul.

Considerações Finais

É certo que a UFFS, uma Instituição ainda jovem, tem muito a construir e a fazer pela região, mas vem buscando e conquistando resultados positivos. Um exemplo é o resultado da avaliação do curso de Agronomia no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), em 2017, no qual o curso do Campus Laranjeiras do Sul ficou classificado entre os dez melhores cursos de Agronomia do Brasil, para se ter uma ideia, são ofertados 288 cursos de Agronomia no país, isso com certeza reflete a qualidade do trabalho que vem sendo desenvolvido, bem como a qualidade dos estudantes que estão sendo preparados para atuarem profissionalmente. Esse é apenas um dos exemplos de como a UFFS vem trabalhando para o desenvolvimento da região.

A intenção ao abordar o perfil dos acadêmicos dos Cursos de Graduação do Campus, além de conhecer melhor quem compõe esse público, é poder, em números, identificar de onde vêm estes estudantes, e o que podemos apontar, baseados nos resultado, é que grande parte destes acadêmicos, são oriundos dos municípios da Cantuquiriguaçu, onde ainda estudantes oriundos de outras regiões fixam moradia em Laranjeiras do Sul ou em algum município próximo, para que possam estudar o que, contribuindo assim para o aumento da demanda por bens e serviços na região. Este aspecto, somado à riqueza da diversidade da comunidade acadêmica, é relevante e contribui para um maior dinamismo econômico, social, cultural da região.

E, observando ainda, que 84% dos estudantes se declaram como sendo originários de municípios localizados na Cantuquiriguaçu, podemos apontar que a UFFS, e neste caso o Campus Laranjeiras do Sul, vem alcançando o objetivo de oportunizar espaço de ensino, pesquisa, extensão e cultura para a população da região. Um desafio a ser enfrentado é a ampliação da inserção da universidade em municípios dos quais ainda se tem poucos estudantes.

Constata-se ainda, que a UFFS, enquanto uma universidade pública de nível federal tem cumprido importante papel ao oportunizar espaço de formação para aqueles estudantes oriundos das escolas públicas, que em sua maioria, da região ou mesmo de todo o país. Consideramos que o primeiro avanço trazido à região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com a instalação da Universidade Federal da Fronteira Sul, foi a possibilidade proporcionada a população de poder cursar ensino superior, gratuito, e em uma instituição federal.

A este respeito, recentemente foram divulgados resultados de uma pesquisa realizada com os egressos dos cursos de graduação do Campus Laranjeiras do Sul, onde mais da metade dos profissionais que responderam ao questionário, afirmaram residir no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

Além do Ensino, visto como um dos pontos de atuação para a melhoria da região, as atividades de Extensão são consideradas os "braços" da Universidade, na qual há inúmeros projetos que atendem a comunidade e a realidade regional, em ações relacionadas ao meio urbano e rural, levando o conhecimento proporcionado pela Instituição a ajudar de forma prática os problemas reais, gerando melhorias e maior renda para os envolvidos. Junto às prefeituras da região, e também junto ao Governo do Estado, há projetos de formação continuada para os professores, os quais contribuem para a melhoria do ensino ofertado para os estudantes das escolas públicas. A Pesquisa é outro eixo de atuação que contribui para o desenvolvimento regional, uma vez que são realizados estudos qualificados que trazem avanços importantes para a região. Assim, acreditamos que o Ensino, a Pesquisa e Extensão, são meios importantes de se alavancar e proporcionar este desenvolvimento regional.

Referências

BRASIL. Ministério da Integração Nacional – Secretaria de Programas Regionais. **Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços.** Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/documents/10157/123374/cartilha_promeso.pdf/55ad7cc0-c050-4a56-af51-52f638f47b08?version=1.0>. Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

_____ Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR. **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional.** Documento de Referência. Brasília: jul/2012. Disponível em: < http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=54bce099-503a-4076-8613d90dd6107c79&groupId=10157>. Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

_____ Universidade Federal da Fronteira Sul. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação no Campo – Licenciatura. Chapecó**, 2010. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/ppc/cclecls/2015-0001> Acesso em: 12 de agosto de 2017.

_____ Universidade Federal da Fronteira Sul. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura**. Laranjeiras do Sul, 2013. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/ppc/cccshls/2013-0001>. Acesso em: 10 de nov. de 2017.

BRÜNE, Sabrina**. Instituições de ensino superior e desenvolvimento: o caso do programa REUNI**. 2015, 164 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Disponível em: < http://tede.unioeste.br:8080/tede/handle/tede/2191>. Acesso em: 14 de janeiro de 2018.

GOEBEL, M. A. MIURA, M. N. **A Universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo/PR**. Revisa Expectativa, 2004, v. 3, n. 3. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/viewFile/743/628&gt>. Acesso em: 14 de janeiro de 2018.

JUNIOR, A. O. **A universidade como polo de desenvolvimento local/regional.** Revista Caderno de Geografia, 2014, v.24, número especial 1. Disponível em: < http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/7581>. Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

RADIN, José Carlos, VALENTINI, Delmir José e ZARTH, Paulo A. (Orgs) **História da Fronteira Sul.** Porto Alegre: Letra&Vida: Chapecó: UFFS, 2015.

DO NOME AO TERRITÓRIO, DO TERRITÓRIO AO NOME: REAÇÕES À NOMEAÇÃO DA PRAÇA PUSHKIN SITUADA NOS LIMITES DA AV.ZELINA NA CIDADE DE SÃO PAULO.

Márcia Sipavicius Seide
Doutora em Letras, Unioeste,marciaseda4@hotmail.com.

Resumo – A pesquisa que se apresenta está inserida na Toponomástica a qual é a parte da Onomástica que estuda os nomes próprios de lugares. Os topônimos,enquanto parte do sistema linguístico de uma língua, são foco de atenção.de estudiosos da linguagem, mas não apenas, historiadores, geógrafos e antropólogos também os estudam. Trata-se de "uma disciplina que se volta para a História, a Geografia, a Linguística, a Antropologia, a Psicologia Social e, até mesmo, à Zoologia, à Botânica, à Arqueologia, de acordo com a formação intelectual do pesquisador" (DICK, 1992, p.II). Adota-se um ponto de vista interdisciplinar para se chegar à comprensão da nomeação toponímica como estratégia de territorialização e das reações e os posicionamentos dos moradores perante a disputa simbólica pelos espaços intraurbanos instaurada pela nomeação de um espaço entre visas localizado nos limites da Av.Zelina, a via principal da Vila Zelina na região leste da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Topônimo; território; paisagem, identidade.

Introdução

Se, para o urbanista, o bairro apresenta "características físicas e sócio-econômicas bem definidas" (TUAN, 1983, p.188), para os moradores, o bairro é conceptualizado a partir de sua experiências e vivências do lugar onde moram e transitam.Os moradores elaboram uma visão subjetiva do local onde videm que transcende o nível meramente empírico.Tuan explica que há a "um esforço da mente" que possibilite a conceituação.Surge, nesta etapa do processo, o conceito de lugar, que ainda não envolvem as emoções.envolver. "Elas começam a dar cor ao bairro inteiro (...)quando se percebe que o bairro tem rivais e que está sendo ameaçado de alguma maneira, real ou imaginária. (TUAN, 1983, p.189).

As vivências dos moradores se associam também ao nome do lugar, criando conotações sociais para os topônimos (SEIDE, 2010), cujo estudo,como defende Seemann, não deve se restringir à recuperação do significado etimológico dos topônimos, mas incluir "uma pesquisa histórica contextualizada dos nomes dos lugares para revelar a dinâmica da sua nominação e renominação no tempo e no espaço e os motivos e agentes político-culturais atrás desse processo" (2005, p.207) e à concepção segundo a qual a . nomeação dos lugares é um " batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns aos outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço (2001, p.189)".

Cumpre informar, a Vila Zelina é parte de uma região maior formada por várias outras "vilas".Toda essa região, no século XVIII, era propriedade de um comerciante português chamado João Pedroso que usava a propriedade para pasto de gado e criação de frutasL união de outras.

> A Vila Zelina é um bairro que faz parte de uma região maior, a Vila Prudente, da qual também faz parte a Vila Bela e a Vila Alpina. No século XVIII, a região utilizada para pasto de gado e criação de frutas,era propriedade de João Pedroso, um comerciante português. Esse terreno compreendia as áreas conhecidas hoje como Vila Ema, Vila Diva, Vila Guarani, Vila Zelina, Vila Bela, Jardim Independência,Vila Alpina, Parque São Lucas, Parque Santa Madalena, Fazenda da Juta, Vila Industrial e Jardim Guairaca.Após a morte desse comerciante, um de seus parentes vendeu estas terras que eram conhecidas como Campo Grande, aos irmãos Emídio, Panfílio e Bernardino

> Falchi, sendo estes imigrantes italianos, no dia 04 de outubro de 1890.(...) mais tarde a região recebeu o nome do então presidente do Brasil, Prudente de Moraes pois este apoiava a iniciativa da expansão urbana iniciadas pelos Falchi sendo chamada assim de "Vila Prudente de Morais" (DE MEDEIROS, 2010, p.2)

Os irmãos Falchi, por sua vez, instalaram, na região, uma fábrica de doces, uma vila Operária, além de criarem "loteamentos para a moradia de operários (...) na sua grande maioria recém-imigrados de países como Itália, Espanha, Portugal, Lituânia e Rússia, sendo estes dois últimos fundadores de grandes comunidades sociais e religiosas no bairro (MEDEIROS, 2010, p.2)

Segundo Zen (2012,p.93) o empreendimento imobiliário que deu origem à Vila Zelina foi motivado pelo desejo que os lituanos tinham pela construção de uma igreja católica:
:

> A idéia de um empreendimento imobiliário na região de Vila Zelina combinou com a busca dos lituanos católicos por construir uma igreja.Cláudio Monteiro Soares Filho doou para a Comunidade Lituana Católica Romana de São José um terreno no centro da região, em 1934.De posse do terreno, o próximo passo foi buscar recursos (...) foram conseguidos(...)Em apenas dois anos a igreja (...) foi erguida sendo consagrada em 16 de fevereiro de 1936, rememorando o dia da independência da Lituânia.(ZEN, 2012, p.93)

Em 1931,cinco anos antes do término da construção da Igreja Católica de São José, foi a primeira igreja ortodoxa russa de São Paulo num terreno doado pela família Giacolini na Vila Alpina.Em 1962, foi inaugurada a sede da comunidade da Nossa Senhora da Proteção da Vila Zelina que começara suas atividades em 1940,

> pela comunidade paroquial, que naquele momento, era composta por russos e um grande número de iusgolavos ortodoxos, que passaram a frequentar a paróquia. Os iugoslavos, por não possuir uma igreja própria, foram acolhidos como povo irmão. O padre Nicolai Predaievitch, foi um dos primeiros (...) Ele sempre foi morador da Vila Zelina, servindo a comunidade ortodoxa até até o último dos seus dias (VOROBIEFF, 2006, p.76).

A maioria dos lituanos que comprou terreno na região se concentrou na Vila Zelina onde ainda vivem muitos descendentes de lituanos.Cumpre informar que migrantes lituanos e migrante russos chegaram ao Brasil na mesma época e por motivos semelhantes: antes da I Guerra Mundial,em busca de melhores condições econômicas e após a II Guerra Mundial por questões políticas e religiosas (SEIDE, 2018, ZEN, 2012,VOROBIEFF, 2006). Não obstante estas semelhanças, a convivência entre eles não foi insenta de conflitos e dispustas simbólicas, como se verá a seguir. Este artigo está organizado em duas seções: na primeira seção, apresenta-se uma análise de topônimos que remetem à origem lituana no bairro e criam uma paisagem linguística que é alterada pela nomeação da praça Pushkin, na segunda, analisam-se comentários postados sobre esta nomeação por moradores do bairro num grupo fechado de Facebook.

1.O território como construção da paisagem linguística

Esta seção analisa como a construção da paisagem linguística da Av.Zelina e arredores caracteriza a região como um território lituano, para o que se retoma e sintetiza resultados de uma pesquisa anterior (TEIS, LUCAS, SEIDE, 2018) na qual a análise toponímica é integrada à análise da paisagem linguística.

O termo paisagem linguística é usado por estudiosos da política linguística e se relaciona com a noção de território.De acordo com Silva, Pires-Santos e Jung (2016), há políticas ascendentes ou de baixo para cima e políticas descentendes, ou seja, de cima para baixo. No primeirio caso, a política parte de agentes que são autoridades públicas, como é o

caso dos nomes de ruas e das placas de localização, no segundo, a nomeação se faz por iniciativa privada, como é o caso dos textos que aparecem nas fachadas e dos nomes comerciais. Conforme explicam as autores, o termo "surgiu com a necessidade de demarcar os limites linguísticos de determinado território através da regulação do uso da linguagem em espaços públicos" (SILVA, PIRES-SANTOS, JUNG, 2016).

Importa ressaltar os aspecto semióticos da paisagem linguística, tendo em vista que , "a paisagem linguística de uma região, além de evidenciar como o multilinguismo é semiotizado no espaço público, pode funcionar como um marcador 'informativo' e 'simbólico' do poder e do *status* das comunidades linguísticas que habitam o território". (SILVA, PIRES-SANTOS e JUNG 2016, p. 1262). Conformem esclarecem as pesquisadoras, enquanto a função informativa está relacionadaà delimitação das "fronteiras territoriais de um grupo linguístico ao indicar que uma ou várias línguas podem ser utilizadas na comunicação" (SILVA, PIRES-SANTOS, JUNG, 2016, p. 1262), a função simbólica "se refere ao valor e *status* das línguas [...] e como um grupo as percebem em comparação com outros grupos" (SILVA, PIRES-SANTOS, JUNG, 2016, p. 1262).

Nota-se, também, que a noção semiótica da paisagem é muito próxima da noção de paisagem postulada por Cabral para quem a paisagem é um campo de visibilidade, "um texto que serve a uma multiplicidade de leituras" (2007, p.150) de modo que se pode considerar a paisagem como " tudo aquilo que o olhar abrange, o conjunto de imagens que um indíviduo capta e decodifica como o seu olhar.Contudo, não há nada de neutro, objetivo ou passivo nesta análise da realidade semiótica circundante"(TEIS, SEIDE, LUCAS, 2018, p.22); Cabral adverte que a criação da paisagem é resultado da percepção subjetiva do espaço feita de acordo com a cultura e as expectativas de quem a vê. Além de ser necessário que os dados sensoriais sejam organizados, é imprescindível que a esta organização seja atribuído um sentido

Considerando as definições de paisagem adotadas, retoma-se a análise de nomes comerciais e nomes de rua encontrado ao longo da Av.Zelina feita por Teis, Seide e Lucas (2018). Cumpre informar que as fotos reproduzidas a seguir foram tiradas em dezembro de 2016 a partir de um trajeto que iniciou no começo da Avenida e foi finalizado ao seu término, foram selecionados todos os topônimos que fazem referência à cultura lituana.

Figura 1. Fachada de uma imobiliária
Fonte: arquivo pessoal de Bruno Kestutis Sipavicius Seide

Figura 2. Fachada de uma imobiliária
Fonte: arquivo pessoal de Bruno Kestutis de Alvarenga Sipavicius

Figura 3. Fachada de uma ótica
Fonte: arquivo pessoal de Bruno Kestutis de Alvarenga Sipavicius

Figura 4 Placa de rua
Fonte: arquivo pessoal de Bruno Kestutis de Alvarenga Sipavicius

As figuras 1 a 4 registram topônimos que fazem referência à Lituânia.O nome na fachada da figura 1 é o nome de uma importante cidade lituana.Já a figura 2, que também registra um imobiliária, deriva do nome do país dos lituanos e apresenta as cores da bandeira lituana, se bem tenha havido uma inversão, pois, na bandeira, a faixa superior é amarela e não verde.É possível que esta alteração se deva à tentativa de aproximação semiótica à representação da faixa verde-amarela que simboliza a bandeira nacional. A figura 3, por sua vez, registra a fachada de uma ótiCa que, semioticamente também enaltece a Llituânia por fazer referência e usar as cores daquela nação nas cores dos riscos colocados nas três últimas letras do nome Lituania e seguindo-se a ordenação das cores:, primeiro amarelo, segundo verde e terceiro, vermelho representando, respectivamente, o sol, a vegetação e a terra.. A figura 4, por fim é a única que está no idioma lituano, **Meru** (palavra cuja pronúncia original é oxítona, mas que, na língua portuguesa, tende a ser pronunciada com paroxítona) é o nome de um importante rio lituano.Os topônimos selecionados formam um texto semiótico que simboliza a presença de lituanos na região, padrão rompido pela nomeação da praça ao final da avenida.

Conforme ressaltam, Coulmas (2009),quando se analisa uma paisagem linguística, é preciso indagar quem é o interpretante dos sinais (isto é os textos que fazem parte das fachadas, das placas e dos topônimos), cumpre então questionar para quem os topônimos representados nas figuras 1 a 4 representam os lituanos. Há duas respostas para esta pergunta: de um lado, os próprios lituanos e descendentes que lá moram e, de outro, os moradores e transeuntes que conhecem a história do bairro. A seção seguinte traz uma análise enunciativa dos comentários postados por moradores da Vila Zelina sobre a nomeação de um espaço no limite da Av.Zelina como Praça Pushin.

2.O território enunciado

Ao longo desta seção, utiliza-se a noção de território enquanto uma extensão de terra significativa para os seu habitantes, produto de uma relação subjetiva de pertencimento formado pela identificação de um conjunto de pessoas a um determinado lugar, em outras palavras,. o território como o lugar com o qual um conjunto de pessoas de identifica. Os comentários, por sua vez, são análise como enunciados, conforme a Semântica do Acontecimento de Guimarães (2002)

Apresenta-se a seguir, uma análise enunciativa de comentários publicados num grupo fechado do *Facebook* a partir da postagem da figura 1 num grupo fechado no *Facebook* "Comunidade Lituano-Brasileira" no dia 21 de junho de 2017 publicados como resposta à seguinte mensagem:

> Boa tarde! Achei muito interessante o nome desta praça na Vila Zelina. Alguém saberia dizer quando a praça foi inaugurada, quem escolheu o nome e também o que os lituanos e descendentes da Vila Zelina acharam de a praça se chamar Pushkin? Agradeço antecipadamente e de coração toda contribuição que vocês possam me dar.

Figura 5. Placa da praça Pushkin.
Fonte: Facebook.

No mesmo dia e no dia seguinte, foram postados 15 comentários dos quais 12 serão foco de análise. Em respeito à privacidade dos participantes da pesquisa, seus nomes não serão divulgados.Os comentários foram mencionados conforme ordem de postagem e seus autores mencionados apenas por um número. Os sujeitos foram informados de que os comentários seriam utilizados para fins científicos e foi lhes dado o direito de não querer participar da pesquisa, caso em que o comentário não seria utilizado. Todos os comentadores quiseram participar da pesquisa.

Antes de começar a análise, é importante tecer algumas reflexões sobre este ambiente virtual de interação. Surgido em 2004 como um meio de comunicação para alunos universitários de Harvard, o *Facebook* logo se tornou popular dentro e fora dos Estados Unidos por possibilitar a Comunicação Mediada por Computador (CMC) de duas formas: síncrona ou assíncrona (BARTON; LEE, 2015, p.58).

Na primeira modalidade, estão as conversar *inbox* que são privadas, as mensagens, fotos, vídeos ou *links* publicadas no espaço dedicado à "atualização de estado" e os comentários às mensagens postadas, nas quais também pode haver fotos, vídeos ou *links*, além de desenhos de rostos que representam emoções os chamados emojis e,na segunda modalidade, a postagem de mensagens em grupos fechados. (BARTON; LEE, 2015, p.58).

Nos grupos fechados, a comunicação é assíncrona, isto é, o envio e a publicação da mensagem não ocorre ao mesmo tempo, há um lapso decorrente de a publicação precisar ser aprovada pelo administrador do grupo para, então, ser publicada. O administrador cria o grupo e seu perfil, convida usuários do Facebook para serem membros e aceita ou não o pedido de outros usuários para serem membros e também os pedidos de adesão de novos membros feitos por pessoas que já fazem parte do grupo. Estas informações são importantes, pois ajudam a entender a construção e a manutenção de uma identidade *on line* e pública dos membros.

Como no mundo *off line*, a identidade não é algo essencial e imutável, mas dependente, de um lado, do contexto de interação e dos aspectos da personalidade que o

falante quer revelar a seu interlocutor, e, de outro, com o modo pelo qual o interlocutor identifica o falante atribuindo-lhe determinada classificação e características. Assim

> Alguns aspectos da identidade são relativamente estáticos e difíceis de alterar, como idade,gênero e nacionalidade alguns podem ser definidos por domínios culturais e relações com os outros, como a condição de amigo, membro da família , estudantes, ou por ocupações como médico, operário, etc. Outras partes do eu podem ser mais dinâmicas e mudar com o tempo, como *hobbies*, interesses e redes sociais. (BARTON; LEE, 2015, p.94).

No caso específico da identidade de membros de grupos fechados do *Facebook,* pode-se afirmar que ela está pré-determinada pelo perfil do grupo, pois todos se identificam com as características ali descritas. De fato, são elas que definem a identificação dos membros, não sendo levadas em conta as demais características de eles possam apresentar. Assim, por exemplo, se há um grupo de amantes da culinária, eles se identificarão por terem esta característica não importando onde moram, que profissão ou que idade os membros tenham, etc.

Ressalte-se, contudo, que não se pode desconsiderar as diferenças existentes entre o relacionamento presencial e aquele propiciado pela CMC.Para Bauman, este tipo de comunicação possibilita que as pessoas entre em contato entre si mantendo certa distância pelo fato de não haver a proximidade física entre elas nem proximidade visual (não se enxerga o que o outro faz , apenas o que se posta).Estas circunstâncias caracteriza a interlocução via CMC como

> um diálogo (...), felizmente livre do contato visual, aquela ilusão de intimidade portadora de todos os perigos de traição involuntária (por gestos, mímica, expressão do olhar) que os interlocutores prefeririam manter excluída do "relacionamento".Esse modo reduzido de relacionar-se, "menos importuno", se ajusta a todo o resto – o líquido mundo moderno das identidades fluidas (BAUMAN, 2005,p.76).

O grupo onde foi postada a mensagem sobre a nomeação contava, quando foi postada a mensagem, com 2.205 membros. Ele foi criado, em 11 de março de 2015, com o objetivo de congregar "brasileiros descendentes de lituanos, lituanos e simpatizantes da cultura e tradições lituanas, pessoas interessadas e comprometidas com a preservação da cultura e folclore lituanos e da história da imigração lituana no Brasil, incluindo a história da Vila Zelina – bairro lituano em São Paulo –" (RAGAZI; TUMAS, s/p,2015).

Uma das características desse grupo é parte de seus membros ser composta por lituanos e de brasileiros de origem lituana o que faz este grupo pertencer ao que Braton e Lee chamam de comunidades diaspóricas, nas quais cria-se um espaço para a utilização de línguas minoritárias e manutenção da cultura a elas associadas. Nesses espaços, são mais frequentes a alternância de código e o uso de tradutores automáticos, motivo pelo qual há mais práticas multilíngues *online*. (BARTON; LEE, 2015, p.92).

Chama a atenção o topônimo "Vila Zelina" ser caracterizado como um "bairro lituano". Essa caracterização instaura uma identificação pautada por duas relações de pertencimento: a que afirma a identificação pelo lugar onde se vive e a que afirma a etnia de seus moradores. Nessa descrição do grupo, a Vila Zelina está sendo caracterizada como um lugar onde vivem os lituanos, caracterização que exclui aqueles que moram lá e não são lituanos, bem como os lituanos que não moram lá.Este modo de descrever o grupo é , por si só, uma estratégia clara de territorialização. É neste espaço que a postagem e os comentários foram feitos.

.Cumpre esclarecer, de antemão, que os membros que postaram os comentários não foram considerados enquanto sujeitos empíricos, mas sim como locutores, ou seja " o ser do discurso. distinto do sujeito falante (ser empírico)"(FLORES, et.al.,2009 p.158) Trata-se daquele que enuncia a partir de um lugar social.Este locutor é o responsável pelo enunciado

considerado como "uma unidade entendido como "uma unidade argumentativa de sentido, composta de um segmento-argumento e um segmento-conclusão" (FLORES, et.al.,2009 p.106).Com se verá ao longo da análise, os comentários expressam enunciados nos quais se expressa, em sua materialidade linguística, somente o segmento-argumento deixando-se a cargo do leitor a recuperação do segmento-conclusão que lhe corresponde.A noção de argumento, por sua vez, pode ser explicada a tendo por base o exemplo a seguir

No exemplo **Faz calor lá fora, vamos passear**, há um enunciado constituído por dois segmentos, sendo que o primeiro **Faz calor lá fora** é argumento para o segundo **vamos passear**.Note-se que o sentido de calor só pode ser apreendido na relação entre os dois segmentos.Assim, calor, nesse enunciado, é favorável ao passeio.Se tivéssemos **Faz calor lá fora, não vamos passear**, calor seria desfavorável a um passeio. (FLORES et. al., 2009, p.51).(grifos meus).

O primeiro comentário postado foi o do membro 1, uma pessoa que escreveu em lituano.Acrescenta-se, ao seu comentário, a tradução automática para a língua portuguesa feita pelo *Google translate*:

> Comentário 1 Membro 1 Aleksandras Puškinas – XIXa.Rusijos poetas.Buvo sužeitas dvikovoje ir mirė, turėdamas 36 metus.
> Tradução automática do comentário para a língua portuguesa: Alexandre Pushkin – século XIX.O poeta russo.Foi ferido em um duelo, e morreu há 36 anos atrás.

O fato de o comentário ter sido feito na língua lituana indica que o grupo do *Facebook* é um espaço de enunciação que inclui esse idioma no espaço enunciativo da língua portuguesa, língua oficial do Brasil. Conforme esclarece Guimarães, esses espaços "são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços "habitados" por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer." (GUIMARÃES, 2002, p. 18).Afirmar, então, que, nesse grupo, há a inclusão da língua lituana no espaço enunciativo significa que esse espaço pode ser habitado por locutores que são falantes deste idioma ao qual é dado o direito de se expressar e de interagir.

Esse comentário informa quem foi a pessoa homenageada pela nomeação. As informações enciclopédicas informadas, aos olhos do membro 1, são suficientes para justificar a homenagem feita pela nomeação.Não é da mesma opinião o membro 2 cujo comentário foi o seguinte:

> Comentário 2 Membro 2: Provocação

A avaliação da nomeação como sendo uma provocação se reveste de uma nítida conotação política, pois o dito exclui aqueles para quem a homenagem a uma personagem literária da história russa para a "praça" é aceitável. Cumpre informar que a concepção de política adotada é a proposta por Guimarães que assim a define:

> O Político está (...) sempre dividido pela desmontagem da contradição que o constitui.De tal modo que o estabelecimento da desigualdade se apresenta como necessária à vida social e a afirmação de pertencimento, e de igualdade, é significada como abuso, impropriedade". (GUIMARÃES, 2002, p.16).

Pode-se inferir, pelo exposto e pelo significado da palavra "provocação", que os responsáveis pela nomeação "praça" sabiam a quem estavam excluíndo e fizeram a exclusão conscientemente.São também colocados em posições opostas aqueles que fizeram a homenagem e aqueles que se sentem por elas provocados.

A postagem seguinte e a próxima relacionam-se ao que foi afirmado pelo comentário 2 , ela confirma a existência desta divisão:

> Comentário 3 Membro 3 *link* para uma matéria jornalística de "A gazeta russa"
>
> Comentário 4 Membro 2 Gazeta....russa

No comentário 3, o membro 3 inclui, na discussão, uma matéria jornalística publicada por um jornal chamado "Gazeta Russa" em 18 de junho de 2013. O título da matéria é "Praça em São Paulo homenageia Pushkin" e o subtítulo é "Espaço público na Vila Prudente leva o nome do famoso escritor e poeta russo". Ao longo da matéria, há mais informações enciclopédicas sobre o poeta, entre elas, a de que ele é "considerado o maior poeta e fundador da literatura moderna nacional" (aqui o termo "nacional" refere-se à Rússia e não ao Brasil). Na notícia, há uma foto do espaço e a legenda que explica: "Bairro que recebeu praça em homenagem a Pushkin reúne uma grande comunidade de russos" (GOLUB, 2013, s/p).

Além de as informações sobre o homenageado serem mais detalhadas do que aquelas informadas pelo comentário 01, elas atribuem conotações mais positivas ao nome escolhido, levando a crer que o membro 3 defende sua legitimidade. Esta defesa da nomeção passa pela re-significação do lugar nomeado como pertencendo à Vila Prudente, bairro onde há moradores russos.

Há aqui uma dupla caracterização do lugar: os nomeadores da "praça" são identificados como moradores de "Vila Prudente" e "russos". Importante observar que essa caracterização é simetricamente oposta àquela pela qual a Vila Zelina é um "bairro lituano" e é igualmente política e exclusivista, pois exclui aqueles que, vivendo na Vila Prudente, não são russos e também os russos que não moram da Vila Prudente.[2]

Nessa notícia, há também informação sobre quando e como houve a atribuição "De acordo com o prefeito Fernando Haddad, o projeto da lei correspondente foi aprovado pela Câmara Municipal na sessão de 21 de maio" (GOLUB, 2013, s/p). Recupera-se aqui o processo administrativo de atribuição do nome ao lugar.

Tendo em vista esta matéria, o membro 2 posta o comentário 4 no qual percebe-se , pelo uso das reticências, a intenção de desqualificar o jornal e, metonimicamente, a matéria, por ser russa.

Mais adiante, a existência destes dois territórios é retomada e reafirmada pelo comentário posterior, o comentário 13, do membro 10 reproduzido a seguir

> Comentário 13 do Membro 10 Invasão russa na Vila Zelina...Por isso..rs.Bom...Embora eu seja um grande admirador de Puschkin...Essa praça está no lugar errado..rs, se é pra nomear um poeta, q fosse um lituano ao menos.

O comentário 13 do Membro 10 atribui à nomeação uma propriedade inadequada. Há aqui a defesa de que o espaço em que há a "praça" pertence à Vila Zelina, pertencimento que torna a nomeação inadequada. Esse comentário reafirma a existência da disputa por território "o russo" e o "lituano"[3].

O comentário 5 que se seguiu ao comentário 4 retoma as informações sobre o processo administrativo, dando mais detalhes sobre ele.Importante ressaltar que o trecho do documento legal reproduzido situa o lugar no Distrito de Vila Prudente que é a macroregião do qual o bairro Vila Zelina faz parte

[2] A Vila Prudente é um bairro dentro do qual está a Vila Zelina, a Vila Bela e a Vila Ápia, contudo aos olhos dos moradores se tratam de bairros contíguos desmembramentos de Vila Prudente.

[3] Ao longo do artigo os adjetivos "lituano" e "russo" são usados para se referirem aos conjuntos formados pelas pessoas destas nacionalidades e seus descendentes, independentemente da geração (que pode ser primeira, segunda, terceira ou quarta).

> Comentário 5 Membro 4 PL 502/2012 da Vereadora Edir Sales (PSD).Denomina "Praça Pushkin" o espaço público livre e inominado, localizado na confluência da Avenida Zelina com a Rua Inhangapi no Distrito de Vila Prudente, e dá outras providências.
>
> Comentário 6 Membro 5 Que tal um abaixo assinado com direito a manifestação na praça (tá muito em voga nos dias atuais!) pela troca do nome? Sugestões
>
> Comentário 7 Membro 6 Já foi feita uma reunião diretamente com a vereadora e ela não fez nada.Acho q poderia deixar quieto, porque daria vergonha de nomear esse espaço com alguém importante e que realmente fez algo pelo bairro...Não é uma praça! É tipo uma ilhazinha suja com matagal e que virou um ponto de assalto atualmente. Precisa de segurança lá!

O comentário 6 enfatiza a inadequação da nomeação e sugere que ela seja desfeita, sugestão que funciona como como uma reivindicação de território..O comentário 7, contudo, informa que uma tentativa havia sido feita, porém sem sucesso.Não sendo possível desfazer a nomeação, ela é desqualificada no decorrer do comentário: as características físicas do lugar o tornam inadequado para homenagear alguém importante para a Vila Zelina – bairro lituano. Por esse comentário, conotações negativas são atribuídas ao topônimo.

O comentário 8 do membro 7 atribui a nomeação à associação do bairro e critica seus objetivos e estratégias

> Comentário 8 Membro 7 Isso é coisa da Amovisa que quer ganhar espaço na Vila Zelina

Cumpre informar que a Amovisa é a "Associação dos Moradores,Comerciantes, Empresários e Amigos do Bairro de Vila Zelina e Adjacências (doravante Amovisa).No *site da associação* há a informação de que a associação foi fundada em 2008 e sua área de atuação abrange, além da Vila Zelina, a Vila Bela, a Vila Alpina, o Jardim Avelino, a Quinta dasPaineira, a Vila Lucia e a Vila Alois, bairros que são descritos como"adjacentes" à Vila Zelina e "contidos no subdistrito de Vila Prudente "(AMOVIZA, 2009, s/p).

A inadequação da nomeação da praça é reforçada no comentário 10 do membro 9, o qual adota uma atitude de defesa do território:

> Comentário 10 Membro 9 Pushkin é um escritor russo e nada tem a ver com a comunidade lituana ou com nadinha de nada com a história do bairro !!! E isso não é só se tratando dos lituanos do bairro, mas não tem relação com nenhum dos imigrantes que vieram morar no bairro ! Foi colocada essa placa a uns anos atrás por um "fulano" que acha que o bairro tem tradição Russa e quer fazer uma polêmica no bairro. O bairro tem é uma forte e destacada tradição lituana desde o princípio de sua formação e sempre teve uma comunidade lituana ativa, embora existam, no bairro, desde a sua formação, imigrantes de outras nacionalidades que ajudaram o bairro a crescer. Os lituanos nunca gostaram disso, dessa placa que vai contra a história do bairro, até pra quem não é lituano.

O comentário seguinte reforça a argumentação segundo a qual a nomeação não é legítima por não representar os moradores do bairro e também faz uma defesa de território ao reforçar a atribuição de conotações negativas ao lugar nomeado. O viés político tanto no comentário anterior como neste é acentuado, pois se trata de enunciações dos não incluídos na nomeação:

> Comentário 12 do Membro 6 Resumindo a história, foi um "presente" de uma vereadora da região que na gestão anterior o que mais fez foi nomear praças, ruas, datas comemorativas.Acredito que no decreto falava que foi um pedido

> de todos os moradores do bairro, o que é uma mentira, pois ninguém do bairro sabe nem ao menos quem foi esse cara...É muito provável foi a associação do bairro que deve ter só 2 pessoas na diretoria e fingem ser a "voz" da Vila Zelina.E não da pra ver na foto, mas essa praça tá mais pra canteiro sujo do que praça.

Finalizando a discussão, o comentário 14 do membro 8 atribui a "praça" à Vila Prudente, colocando a questão da nomeação e a polêmica daí advinda como um problema que está fora das fronteira da Vila Zelina, além da qual não caberia aos moradores da Vila Zelina qualquer posicionamento. O lugar nomeado pelo topônimo foi excluído do território, num espaço que está fora das fronteiras da Vila Zelina. Esta exclusão soluciona o impasse e causa alívio e alegria como mostram os *emojis* acrescentados ao comentário:

> Comentário 14 do Membro 8 A tal praça fica na Vila Prudente, 😂 😂 😂, nos livramos 😂 😂 😂 😂 😂 💃.

A análise dos comentários postados como resposta à observação sobre a nomeação de um espaço verde entre vias como ***Praça* Pushkin** revela como a nomeação toponímica pode servir como estratégia de territorialização. A homenagem feita a um poeta russo pode ser interpretada pelo transeunte como indicador de um espaço que homenageia os russos ou que também homenageia os russos, o que pode alterar a interpretação anterior à sua nomeação em que a paisagem estava povoada de topônimos relacionados aos moradores de origem lituana. Trata-se de uma mudança de paisagem que indica uma mudança de território. De fato, como mostra o comentário que encerrou a discussão, a nomeação funcionou como um marco divisório, limitando territórios. Conclui-se, então, que, da perspectiva desses moradores, a nomeação de praça não foi aceita, nem aprovada. Eles consideraram preferível perder o território a conviverem com o enaltecimento da cultura russa em seu *habitat*.

Todos os comentários analisados nessa seção apontam para a inadequação da nomeação da praça à região: os membros do grupo foram unânimes, todos concordaram que o enaltecimento da cultura russa não estaria adequado ao bairro da Vila Zelina, considerado um território lituano. A análise enunciativa dos comentários converge com a análise da paisagem linguística apresentada na seção anterior e mostra que a territorialização do espaço também se faz discursivamente, especialmente nos casos em que a identidade de um grupo é desafiada. Nas palavras de Bauman, em certas ocasiões, a identidade" Parece um grito de guerra usado numa luta *defensiva*: um indivíduo contra o ataque de um grupo, um grupo menor e mais fraco (e por isso ameaçado) contra uma totalidade maior dotada de mais recursos (BAUMAN, 2015,p.83).

Referências

AMOVIZA, 2009 Quem somos. Acesso em 29/06/2017, disp. Em http://www.amoviza.org.br/quemsomos.asp.

BARTON David, LEE Carmen. **Linguagem online**: textos e práticas digitais. MOTA, M.C.(trad). São Paulo: Parábola, 2015. 270p.

BAUMAN, Zygmunt.**Identidade**.Entrevista a Benedetto Vecchi. MEDEIROS, C.A. (trad.) Rio de Janeiro: Zahar, 2005.105p.

CABRAL, Luiz Otavio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**.Florianopolis, EDUFSC,v.41, n.1 e 2, 2007, p.141-155.

COULMANS, F. Linguistic Landscaping and the seed of the public sphere. In: E. SHOHAMY; D. GORTER (org.), **Linguistic Landscape: expanding the scenery**. New York, Routledge, 2009, p. 13-14.

DE MEDEIROS,Marcos Vinicíus Gomes de.**O crescimento urbano industrial do bairro da Vila Prudente através dos clubes desportivos locais**. (Trabalho final da disciplina Uma História para a cidade de São Paulo: um desfio pedagógico, ministrada pela prof.Antonia Terra Calazans).FFLCH, USP, 2010.8p.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço deArtes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

FLORES, Valdir do Nascimento, etl. al. (Orgs).**Dicionário de Linguística da Enunciação**.São Paulo:Ed. Contexto, 2009.288p.

GOLUB, Dmítri. Praça em SP homenangeia Pushkin. Gazeta Russa. 18 de jun de 2013.Disp.https://gazetarussa.com.br/arte/2013/06/18/praca_em_sp_homenageia_aleksandr_pushkin_19915.Acesso em 13 de jul de 2017.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.96p;

RAGAZZI, Elaine Rimša; TUMAS, Rosana.Descrição.Disp.em https://www.facebook.com/groups/1424061324559940/. Acesso em 14 jul, 2017.

SEEMANN, Jörn A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará .**Vivências**,n.29,2005,p.207-224.
Disp.em<https://www.academia.edu/647642/A_TOPON%C3%8DMIA_COMO_CONSTRU%C3%87%C3%83O_HIST%C3%93RICO-CULTURAL_o_exemplo_dos_munic%C3%ADpios_do_estado_do_Cear%C3%A1
> Acesso em10 out 2017.

SEIDE, Márcia Sipavicius. "Nomes de lugares: O viés enunciativo e o viés onomástico". In: **As ciências do léxico**.Lexicologia, lexicografia, terminologia, v.5.ISQUERDO, A.N, BARROS, A.B. (orgs.), 2010,p. 117 - 133

SEIDE, Márcia Sipavicius. Nomeação e territorialização no Bairro Vila Zelina em São Paulo, no Brasil.. **Revista Fórum Identidades** Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 26, p. 161-178, jan.-abr. de 2018.

SILVA, Izabel da; SANTOS, Maria Elena Pires; JUNG, Neiva Maria. Multilinguismo e política linguística: análise de uma paisagem linguística transfronteiriça. **Revista Domínios da Lingu@gem**. Uberlândia, vol. 10 nº 4 out/dez.2016, p. 1257-1277.

TEIS, Denize Terezinha; SEIDE, Márcia Sipavicius; LUCAS, Patrícia. Os topônimos na paisagem linguística da Av. Zelina em São Paulo: um encontro na interdisciplinaridade. **Revista do GELNE**, v. 20, n. 2, p. 16-29, 2018.

TUAN,Yi Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência.Trad.Lívia de Oliveira, São Paulo:Difel, 1983.249p.

ZEN, Erick Reis Godlauskas. **Identidade em conflito**. Os imigrantes lituanos na Argentina, Brasil e Uruguai *(1920-1955)*.Tese de doutorado, em História Social no Departamento de História da FFCH ,USP, 2012.184p.

O E-COMMERCE DE DELIVERY E PLATAFORMAS VIRTUAIS EM CAMPO GRANDE-MS.

Victor Dantas Siqueira Pequeno
Graduando do curso de Geografia, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul,
victor99dantas99@gmail.com.

Resumo – No cenário da sociedade pós-moderna, o consumo ganhou novas formas, assumiu outros valores e importância perante a sociedade. Diante disso, o presente trabalho objetivo discutir as dinâmicas do e-commerce no que se refere ao consumo de alimentos por aplicativos de serviço delivery, tendo como recorte espacial a cidade de Campo Grande-MS. O trabalha pretende discutir a importância da internet para as novas alternativas de consumo, a inserção do E-commerce no cenário de produção global, o surgimento de aplicativos de delivery e sua demanda no mercado atual, identificando os novos hábitos alimentares da sociedade contemporânea. O percurso metodológico se deu por meio de levantamento bibliográfico em trabalhos de autores como Castells, Mattos, Ortigoza, Santos, entre outros; coletas de dados em sites do IBGE, IBOPE e outros; e aplicação de 100 questionários in locus, em dois pontos da cidade, Praça Ary Coelho (Centro), e na UFMS (Cidade Universitária). Por ser fruto de um projeto de iniciação científica, o trabalho traz resultados preliminares, tendo em vista que precisaria de mais aprofundamento sobre a temática vigente, no entanto, se apresentam relevantes, para entender a expansão do serviço delivery nas cidades e os hábitos de consumo da sociedade moderna, que compreende a realidade dos grandes centros urbanos.

Palavras-chave: Consumo; E-commerce; Delivery.

1. Introdução

No que tange o mercado alimentício de Campo Grande, há uma ampla variedade de empreendimentos que utilizam aplicativos e sistemas online para pedidos. Dentre os aplicativos, o que tem ganhado maior destaque nas redes sociais é o iFood, consorciado, obviamente, por outras formas de articulação online para solicitação de pedidos e fechamento de negócios.

Diante dessa situação, percebemos a importância de se debruçar sobre tal assunto que de certa forma, em Campo Grande-MS, não há produções suficiente tanto sobre o consumo no ambiente eletrônico, quanto sobre os serviços de delivery que atuam na cidade.

Em pesquisa realizada pelo IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) no ano de 2016, constatou-se que 56% dos brasileiros, consomem comida de delivery semanalmente. Os horários de maior pedido são o jantar no final de semana que representa 67% dos pedidos feitos. Na pesquisa observa-se também que a região de maior demanda é a sudeste, seguida pelo nordeste, centro oeste, norte e sul.

Como já havia sido mencionado por Mattos (1992, p. 149), as novas tecnologias impulsionaram a mundialização de todas as formas. Dessa maneira, a inter-relação entre o comércio eletrônico com o setor alimentício representa assim uma estratégia de acumulação de capital, gerando uma dinamização dentro do espaço no qual ocorre a atividade de serviço delivery.

> [...] O aumento do consumo foi um fato marcante na sociedade atual. Os novos hábitos de consumo foram estimulando e sendo estimulados pelo aparecimento de várias formas de comércio renovadas, cujas estratégias foram sistematicamente aperfeiçoadas. Diversas formas de comércio foram surgindo no Brasil ao decorrer da história, com o objetivo de expandir as redes

> de distribuição, aumentando as vendas e, consequentemente, o lucro. (ORTIGOZA; RAMOS, 2003, p. 2).

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa tem a premissa de responder como ocorre, em termos geográficos, a solicitação de pedidos da rede delivery através dos aplicativos, tais como iFood, Uber Eats e outras plataformas similares de serviços delivery em Campo Grande-MS. Tal encaminhamento analítico possibilitará, então, a leitura bastante acurada desta realidade que faz parte do cotidiano das pessoas, bem como do mundo dos negócios.

2. Objetivo

Compreender as formas eletrônicas de consumo do segmento gastronômico em Campo Grande, tendo em vista, as múltiplas relações estabelecidas em um contexto em que a informação ganha destaque, na articulação da produção do espaço geográfico e da reprodução do capital.

3. Metodologia

a) Levantamento, revisão bibliográfica e pesquisas em empresas ligadas ao tema do trabalho;
b) Coleta de dados em sites, como do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) e outros com vistas a compreender o cenário de delivery e afins, no contexto do segmento eletrônico;
c) Aplicação de questionários de cunho amostral na Praça Ary Coelho, localizada no centro de Campo Grande (MS);
d) Aplicação de questionários de cunho amostral na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, localizada em Campo Grande (MS);
e) Tabulação dos dados estatísticos e qualitativos obtidos por meio da construção da pesquisa;
f) Organização dos dados e informações obtidas, ao longo do trabalho na forma de texto científico;

4. Resultados

Para o estudo foi definido um total de 100 questionários, para serem aplicados em dois pontos da cidade, na praça Ary Coelho, localizada no centro da cidade, e na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), localizada no bairro Pioneiros, ficou, portanto, 50 questionários para cada ponto.

A intenção foi comparar os dois públicos, que no primeiro caso, seria a população em geral, que circulam no centro da cidade, já no segundo caso, temos um público específico, que são os universitários. Para realizar a comparação, analisamos se há uma diferença de faixa etária, e se isso implica ou não no uso dos aplicativos de delivery, também analisamos a renda, para saber se isso interfere ou não, no uso dos aplicativos de delivery, e por fim, analisamos se o uso de internet garante ou não, em sua maioria, que os usuários também visitem aplicativos de delivery.

Nos questionários, foi inserido também, uma questão que diz respeito aos pedidos de delivery que são dirigidos aos estabelecimentos do corredor gastronômico da Avenida Bom Pastor, com vistas, a identificar se os estabelecimentos presentes ali têm ou não demanda por delivery.

Os tópicos a seguir, irão trazer os resultados obtidos dos questionários, apresentando gráficos, quadros e as conclusões tiradas em ambas situações. Foram destacadas no presente artigo as questões principais.

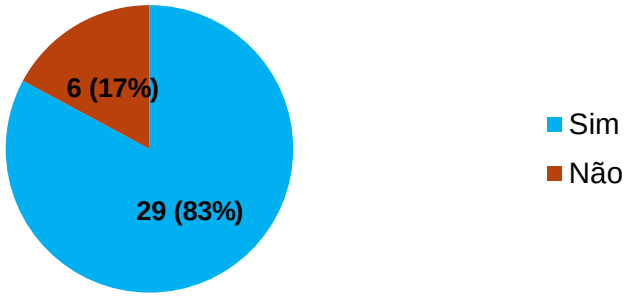
4.1 Praça Ary Coelho

Dos 50 questionários, 35 foram respondidos, sendo 23 do sexo feminino e 12 do sexo masculino, e 15 ficaram na margem de erro, ou seja, os entrevistados não quiseram ou não souberam responder. A média de idade obtida foi de 36 anos.

Os questionários foram aplicados nos dias 9, 10, 14 e 28 de janeiro de 2019, no período da manhã e da tarde. Cabe ressaltar que não foi definido um número de questionários por sexo, porém, faremos uma análise comparando os resultados entre os gêneros.

A seguir, serão apresentados gráficos e quadros com os resultados verificados nos questionários.

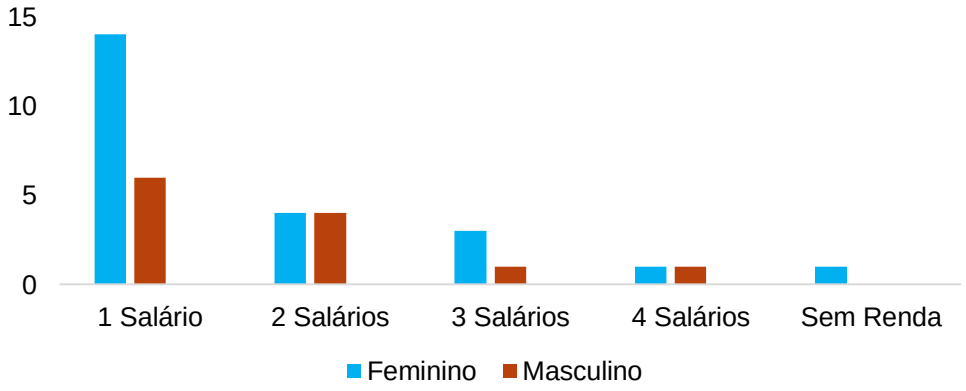
Gráfico 1 – Consome comida fora de casa?



Elaboração: Dantas (2019).

A primeira pergunta do relatório, como é mostrada acima, foi sobre o hábito de se alimentar fora do lar, e mais da metade dos entrevistados disseram que comiam pelo menos uma vez na semana, fora de casa. Questionados sobre o motivo as respostas mais recorrentes, foi em razão do expediente de trabalho, onde durante o almoço, os entrevistados que trabalhavam no centro, almoçavam em algum restaurante próximo por conta de terem apenas uma hora de intervalo.

Gráfico 2 – Renda



Elaboração: Dantas (2019).

Sobre a renda dos entrevistados, a maioria possui um salário mínimo, sendo que grande parte disse trabalhar no centro de Campo Grande, em lojas de varejo e departamento. Podemos observar ainda, que apenas 2 pessoas não possuem renda, o que pode estar

relacionado com a idade média dos entrevistados que foi de 36 anos, onde nessa faixa etária, muitos se encontram em atividade.

Quadro 1 – Usuários de aplicativos de delivery

Sexo	iFood	Rappi	Uber Eats	Não utiliza
Feminino	4	0	0	19
Masculino	0	0	0	12

Elaboração: Dantas (2019).

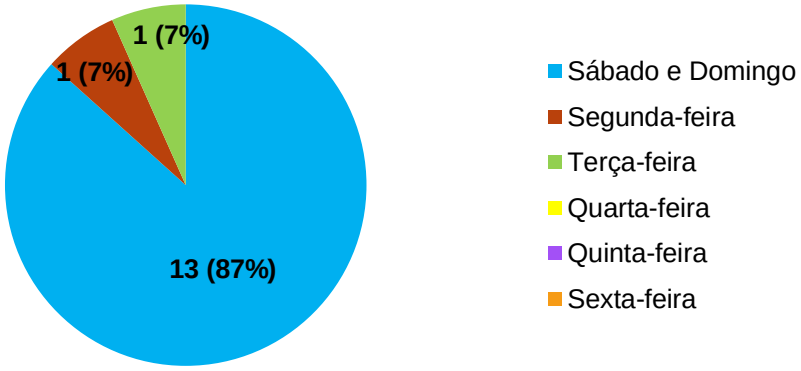
Quadro 2 – Uso de rede social para pedir comida em casa

Sexo	Utiliza rede social	Não utiliza rede social
Feminino	10	13
Masculino	4	8

Elaboração: Dantas (2019).

O quadro 1 e 2, nos faz considerar que, existe um público específico em termos de idade, que costumam utilizar os aplicativos de *delivery*, e por isso, os mais adultos que consomem o serviço *delivery*, acabam optando pelas redes sociais, por estarem familiarizados com a interface das plataformas, por exemplo, do whatsapp e facebook. Alguns ainda alegaram, que nas redes sociais, encontravam o alimento que desejava, por um bom custo benefício, superior ao dos aplicativos de *delivery*.

Gráfico 8 – Dia de uso mais frequente do serviço *delivery*



Elaboração: Dantas (2019).

Sobre os dados acima, verifica-se uma tendência de frequência durante os finais de semana. A maioria dos entrevistados trabalhavam durante semana em horário comercial, e isso era um dos motivos que o levavam a utilizar o delivery apenas nos finais de semana. Outro aspecto que diz respeito à frequência, é o período de uso. A maioria disse utilizar os aplicativos durante a noite para solicitar o serviço, e isso, tem muito a ver com o tipo de alimento pedido, que veremos no quadro 3.

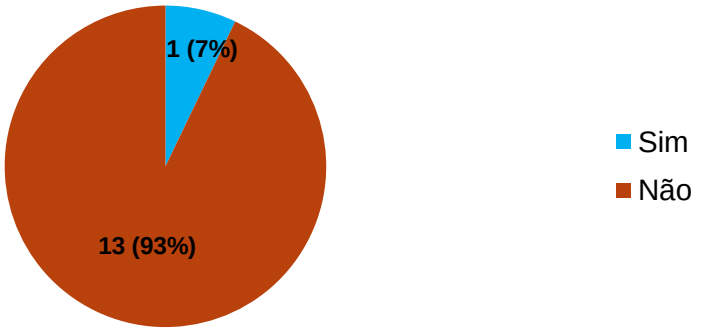
Quadro 3 – Tipo de alimento solicitado por *delivery*

Sexo	Doces	Massas	Petiscos	Salgados
Feminino	0	9	0	1
Masculino	0	4	0	0

Elaboração: Dantas (2019).

A respeito dos tipos de alimentos solicitados, os entrevistados, em sua maioria, disseram consumir massas, em especial pizzas, onde alguns afirmaram, que é um prato mais rápido de se preparar, e que o custo benefício varia muito, pois, grande parte dos estabelecimentos que oferecem *delivery*, são geralmente, pizzarias.

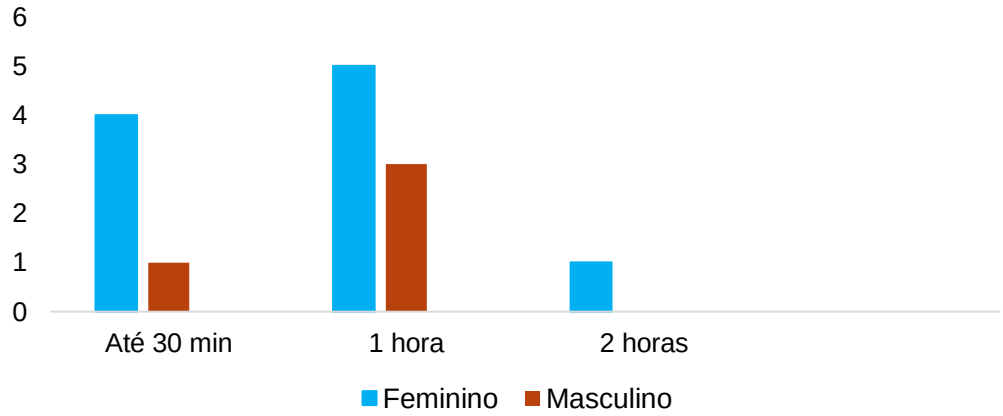
Gráfico 3 – Você já solicitou *delivery* de algum estabelecimento da Avenida Bom Pastor?



Elaboração: Dantas (2019).

Ao mencionarmos sobre o corredor gastronômico da Avenida Bom Pastor, a maioria dos entrevistados, disseram não consumir alimentos do local, em razão da maioria dos estabelecimentos não oferecerem serviço de delivery.

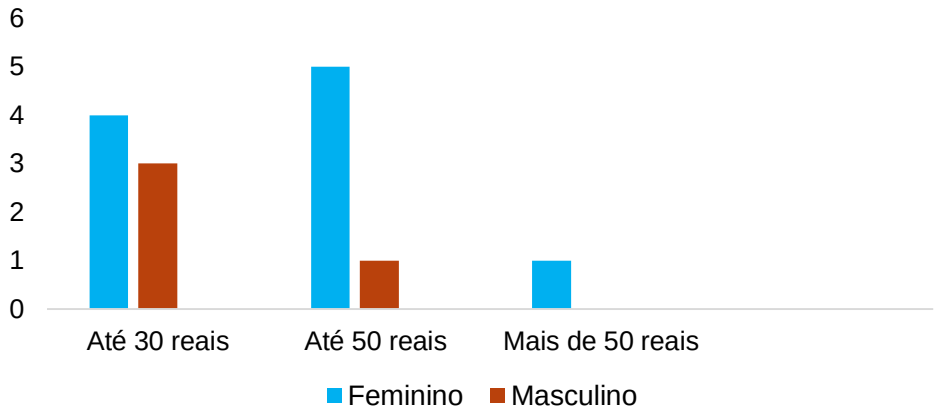
Gráfico 4 – Tempo de espera até o pedido ser entregue



Elaboração: Dantas (2019).

A logística de entrega dos estabelecimentos que oferecem o serviço delivery em Campo Grande, consegue ser efetiva em um curto prazo de tempo, como é mostrado no gráfico acima, onde, em média o tempo de espera, segundo os entrevistados, varia de 30 minutos a 1 hora, no máximo. Um dos aspectos que contribui para isso, é a localização dos estabelecimentos, que segundo os entrevistados, há preferência pelos locais mais próximos de suas residências.

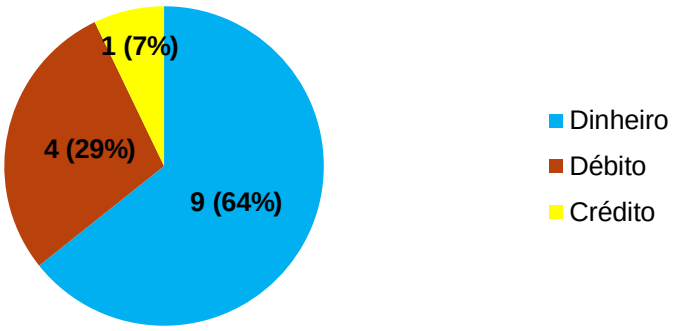
Gráfico 5 – Valor gasto por pedido



Elaboração: Dantas (2019).

Em relação ao valor médio por pedido, podemos concluir que os serviços de delivery apresentam um preço razoável, o que garantem uma boa demanda por pedidos. O fato também, dos estabelecimentos serem em sua grande maioria, lanchonetes ou pizzarias, com cardápios, onde preços são não tão altos, também contribuem para isso.

Gráfico 6 – Forma de pagamento



Elaboração: Dantas (2019).

Sobre o gráfico acima, podemos notar, que o pagamento por dinheiro é mais recorrente por esse público, o que pode ser justificado segundo os comentários dos entrevistados, que ao dizerem utilizar as redes sociais solicitar o *delivery*, acabam realizando o pagamento à vista, enquanto os que disseram utilizar os aplicativos, acabam optando pela forma de pagamento em crédito, tendo em vista que, os aplicativos de *delivery* apresentam ambas alternativas em sua *interface*.

Por fim, com os resultados acima, podemos observar que nesse primeiro público, ainda é comum o comportamento de se deslocar até o local, apesar de que, mais de 90% consomem alimento fora de casa, no entanto, só 14 pessoas disseram utilizar aplicativo ou rede social para solicitar *delivery*.

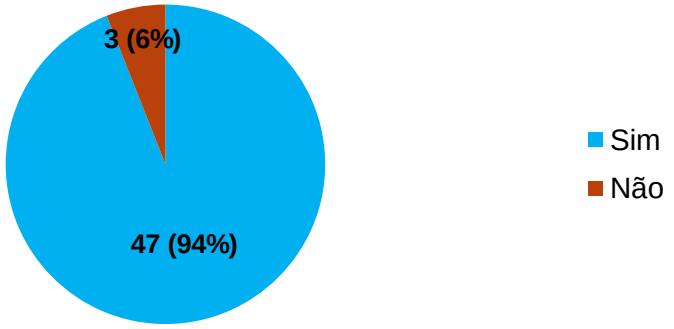
O próximo item, irá trazer os resultados dos questionários aplicados com os estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

4.2 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Os questionários foram aplicados nos dias 24, 25 de junho de 2019, no período da manhã, e, no dia 27 de junho de 2019, no período da tarde. Todos os 50 questionários foram respondidos, sendo que 39 foram do sexo feminino e 11 do sexo feminino. Cabe ressaltar que não houve divisão de questionários de acordo com o gênero, apenas, foi definida a quantidade. A média de idade foi de 21 anos.

Os dados foram organizados em gráficos e quadros e serão apresentados a seguir.

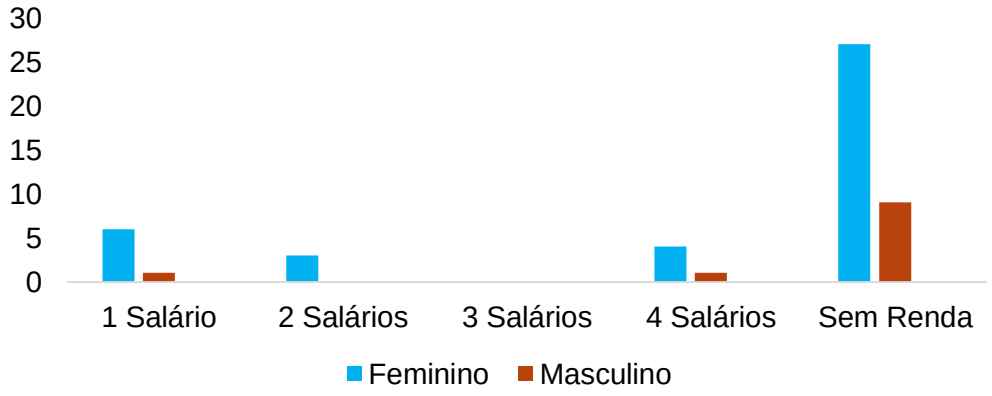
Gráfico 7 – Consome alimento fora de casa?



Elaboração: Dantas (2019).

Assim como no primeiro grupo, observamos que o alimentar-se fora de casa é uma prática que já faz parte da realidade da sociedade moderna, principalmente, nos centros urbanos. Considerando as respostas dos universitários, um grande número de entrevistados, disseram que durante a semana de aula, só comiam em casa no período da manhã, e, como justificativa mencionaram a rotina de estudos na universidade.

Gráfico 8 – Renda



Elaboração: Dantas (2019).

Ao contrário do primeiro grupo, aproximadamente 70% dos universitários que responderam os questionários, afirmaram não possuir renda fixa. No entanto, as maiorias disseram receber recursos de auxílios de permanência e alimentação, bolsas de iniciação científica ou bolsas de pós-graduação.

Quadro 4 – Usuários de aplicativos de *delivery*

Sexo	iFood	Rappi	Uber Eats	Não utiliza
Feminino	30	0	11	9
Masculino	7	0	3	1

Elaboração: Dantas (2019).

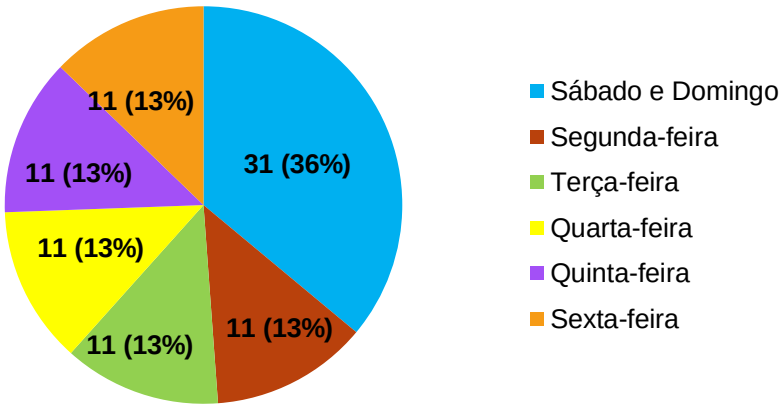
Quadro 5 – Usuários de redes sociais para serviço *delivery*

Sexo	Utiliza	Não utiliza
Feminino	24	15
Masculino	3	8

Elaboração: Dantas (2019).

Ao analisarmos os quadros 4 e 5, iremos perceber que o uso de aplicativos de delivery nesse grupo, é superior ao uso de redes sociais para solicitação do serviço, o que foi justificado pela maioria dos universitários, a variedade de pratos, promoções, entrega grátis e o custo benefício por cada pedido. Ao serem perguntados sobre a interface dos aplicativos, afirmaram que não havia dificuldade de manuseá-los, e ainda, sobre os aplicativos mais utilizados, tivemos uma variação de repostas entre iFood e Uber Eats, mas ainda assim, o iFood manteve a maior demanda.

Gráfico 17 – Dia de uso mais frequente do serviço *delivery*



Elaboração: Dantas (2019).

Não há dúvidas que a rotina de universitário é muito diferente dos trabalhadores de comércio e outras áreas, principalmente, quando se trata de um público jovem, em que a média de idade como foi citada acima, é 21 anos, onde a maioria, não possuem filhos, moram em repúblicas ou pensionato, não gostam de cozinhar, etc. Esses são alguns fatores, que acabam influenciando e criando novos hábitos, como por exemplo, o uso de aplicativos de *delivery*.

Em razão disso, notamos no gráfico acima, uma constante de frequência de uso do serviço *delivery* nos dias úteis, apesar de ainda, sábado e domingo, serem os dias de maior demanda. Em relação aos universitários que afirmaram solicitarem *delivery* durante toda semana, ao serem perguntados sobre os motivos de tal comportamento, disseram que, moravam em república, onde cada estudante fazia sua própria alimentação; chegavam em casa muito tarde depois da aula; moravam sozinhos e não sabiam ou não gostavam de cozinhar.

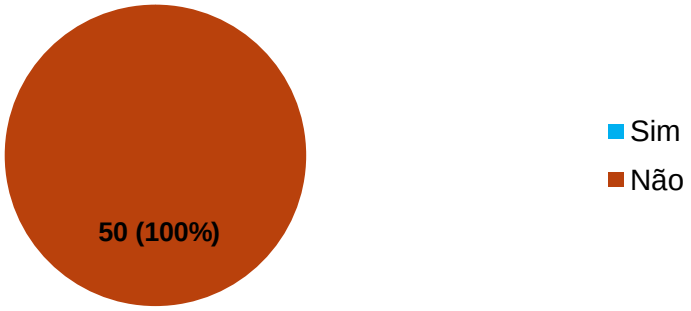
Quadro 6 – Tipo de alimento solicitado por *delivery*

Sexo	Doces	Massas	Petiscos	Salgados
Feminino	8	19	5	16
Masculino	0	10	0	8

Elaboração: Dantas (2019).

Diferente do primeiro grupo, os universitários, possuem preferências por diferentes tipos de alimentos como é mostrado acima, principalmente, o público feminino. Por terem uma frequência de uso superior ao primeiro grupo, isso pode ser um dos fatores que levam a consumir pratos diferentes. No entanto, pratos mais elaborados como massas e salgados, garantem a maior demanda, pois são alimentos que acabam substituindo as refeições, principalmente o jantar.

Gráfico 9 – Você já solicitou *delivery* de algum estabelecimento da Avenida Bom Pastor?

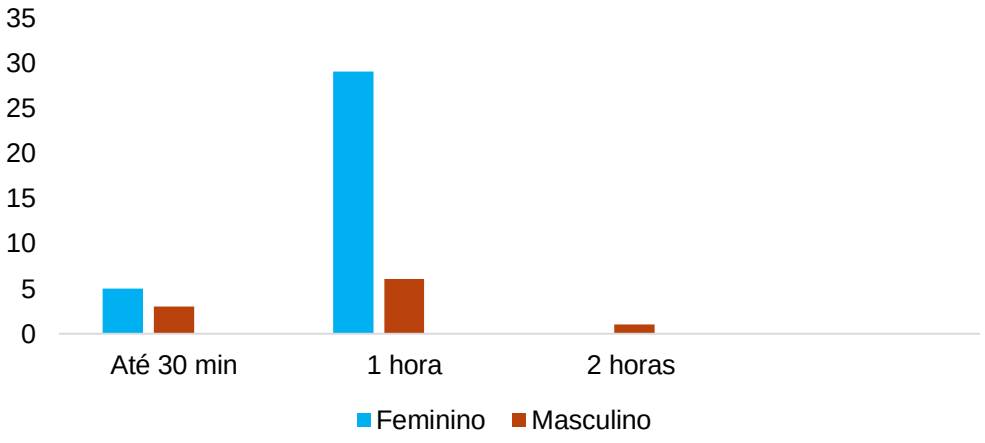


Elaboração: Dantas (2019).

Assim como foi visto no primeiro grupo, os universitários também não costumam solicitar delivery dos estabelecimentos do corredor gastronômico da Bom Pastor. Todos disseram que não conheciam nenhum estabelecimento do local que oferecia serviço delivery.

Fazendo uma busca no aplicativo iFood e Uber Eats, notamos que de fato, grande parte dos estabelecimentos da Avenida Bom Pastor, são restaurantes especializados em rodízios, o que faz com que se voltem para o público que se deslocam até o local, apenas.

Gráfico 10 – Tempo de espera para o pedido ser entregue

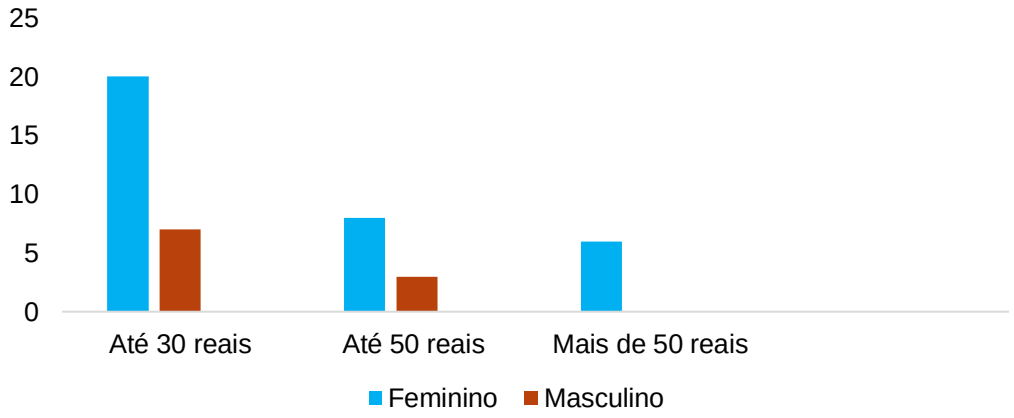


Elaboração: Dantas (2019).

O tempo de espera comum entre os universitários foi de 1 hora no máximo. Alguns disseram que por morarem em bairros onde não havia estabelecimentos próximos, chegavam a ultrapassar de 1 hora, mas que no geral, os entregadores eram pontuais.

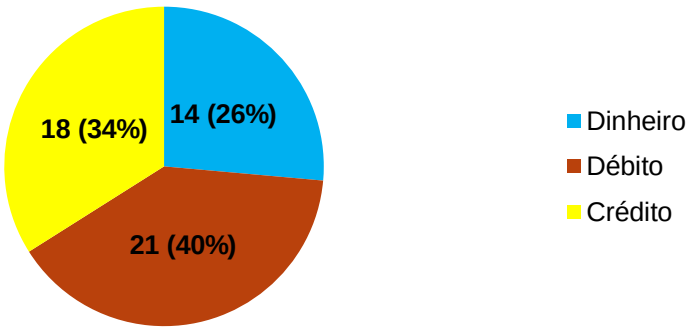
Sobre o custo médio por pedidos, os entrevistados em sua maioria, disseram gastar em torno de 30 reais, pois, consumiam alimentos mais em contas (pizzas, salgados) e pratos individuais, outro aspecto importante comentado, foi que a maioria buscava solicitar delivery de estabelecimentos que oferecessem entrega gratuita. Os resultados podem ser observados no gráfico a seguir.

Gráfico 11 – Valor gasto por pedido



Elaboração: Dantas (2019)

Gráfico 12 – Forma de pagamento



Elaboração: Dantas (2019).

Referente a forma de pagamento, tivemos respostas dos universitários bem variadas, no entanto, diferente do primeiro grupo, o pagamento na forma de crédito e débito foi superior ao pagamento a vista. Ao utilizarem os aplicativos de delivery, os entrevistados disseram que preferiam já deixar os dados do cartão de crédito ou débito salvos, do que pagar em dinheiro.

Finalizando aqui a discussão sobre os dados obtidos, o próximo item irá trazer as considerações finais de todo desenvolvimento da pesquisa, e o que encontramos de padrões sobre o e-commerce de delivery em Campo Grande-MS a partir dos questionários aplicados com a população.

5. Conclusões

Os dados nos mostram que a inserção dessas tecnologias e o seu uso se tornam muito mais constantes no dia a dia da sociedade, no entanto, tal comportamento não é homogêneo, e tende a se restringir a um grupo específico.

A respeito do panorama dos serviços delivery em Campo Grande, identificamos que o consumo e o uso de aplicativos de delivery pela população, apresenta-se mais recorrente com o público entre 18 e 25 anos, onde não só, são eles que mais utilizam, como também, consomem os mais diferentes produtos. O fato de grande parte serem estudantes, também contribuem para que a frequência de uso dos aplicativos seja maior, já que muitos têm uma rotina diferente da população mais adulta, que já são pais, ou são idosos, o que acaba influenciando também nos hábitos alimentares.

Notamos ainda, que não há uma concorrência entre os aplicativos que atuam nos estabelecimentos da cidade, já que foi visto, que o iFood concentra a maior demanda, o que pode ser justificado, pela inserção tardia dos outros aplicativos, como é o caso do Uber Eats e Rappi.

Outro aspecto que merece atenção, são os locais que não fornecem o serviço delivery, como é o caso da Avenida Bom Pastor, onde tornou-se um espaço de circulação e lazer, fato que acabou contribuindo para garantir o status de corredor gastronômico na cidade.

Por fim, a pesquisa se mostra efetiva, no que se refere a análise comportamental e comparativa entre públicos, já que nas pesquisas bibliográficas, grande parte se volta para o estudo das tecnologias ou do consumo em si, e algumas lacunas não são preenchidas ou não têm um aprofundamento esperado.

Por ser uma pesquisa da ciência geográfica, a ideia foi mostrar como a Geografia, que tem a missão de estudar o espaço e suas dinâmicas, pode estar trazendo debates como esses, para justamente, entender as inovações tecnológicas que têm interferindo nas relações sociais, econômicas, no consumo e como o espaço geográfico reage a estes fenômenos.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FRANCHISING. **Pesquisa food service**: ABF indica avanço da integração tecnológica. Disponível em: <https://www.abf.com.br/pesquisa-food-service-abf-indica-avanco-da-integracao-tecnologica/>. Acesso em: 13 dez. 2018.

CARVALHO, K. Informação e Comunicação: novas fronteiras, novas estratégias. In: LUBISCO, N. M. L.; BRANDÃO, L. M. B. **Informação & Informática**. Salvador: EDUFBA, 2000. p. 119-142. Disponível em: < https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/129/3/Informacao%20e%20Informatica.pdf >. Acesso em: 08 jan, 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venâncio Majer. 8 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.

E-BIT. **Relatório WebShoppers 2018**. 38 ed. Disponível em: <https://www.ebit.com.br/webshoppers>. Acesso em: 20 ago, 2018.

FORBES BRASIL. **Mesmo com crise o setor de alimentação continua a crescer no Brasil**. Disponível em: <https://forbes.uol.com.br/negocios/2015/06/mesmo-com-crise-setor-de-alimentacao-continua-a-crescer-no-brasil/>. Acesso em: 15 dez. 2018.

IBGE. **Informações sobre o município de Campo Grande**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/panorama.> Acesso em: 20 set. 2018.

MATTOS, C. A. **Nuevas estrategias empresariales y mutaciones territoriales en los processos de reestructuración en América Latina**. Revista Paraguaya de Sociología, Ano 29, n. 84, p. 145-170, 1992.

NEGROPONTE, N. **A vida digital.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ORTIGOZA, S. A. G.; RAMOS, C. S. **A geografia do comércio eletrônico (e-commerce) no Brasil**: o exemplo do varejo. Geografia, Rio Claro, v. 28, n.1, p.63-81, abr. 2003.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção/Milton Santos. - 4. ed. 7. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SERRANO, F. **Perto de faturar R$ 1 bilhão, a Movile quer mais**. In: Exame. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/perto-de-faturar-r-1-bilhao-a-movile-quer-mais/>. Acesso em: 20 mar. 2018.

TOLEDO, P. E. R. **Análise geográfica do comércio eletrônico:** notas preliminares, Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, Uberlândia, v.5, n.15, p. 107-121, dez. 2013.

TRIBUNA DE JUNDIAÍ. **Eleita uma das melhores empresas para trabalhar, iFood tem vagas em Jundiaí**. Disponível em: <http://tribunadejundiai.com.br/noticias/cidades/jundiai/2115-eleita-uma-das-melhores-empresas-para-trabalhar-ifood-tem-vagas-em-jundiai>. Acesso em: 19 mar. 2018

TURBAIN, E.; KING, D. **Comércio eletrônico:** estratégia e gestão. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ZANCHETTA, J. **Os supermercados virtuais e a produção do espaço urbano em São Paulo**. 2016. 152f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita de Filho", Rio Claro.

O ESTABELECIMENTO DE REDES DE INTERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇAS, ENTRE OS MUNICÍPIOS DE PATO BRAGADO E *NUEVA ESPERANZA*, ZONA DE FRONTEIRA BRASIL-*PARAGUAY* NO PÓS FORMAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA USINA HIDRELÉTRICA DA ITAIPU (1982)[4]

Aline Kammer
Graduada em Geografia. Mestranda do PPG em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus Marechal Cândido Rondon. Bolsista da CAPES. E-mail: alinealinekammer@outlook.com;

Maristela Ferrari
Doutora em Geografia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIOESTE - Campus Marechal Cândido Rondon E-mail: maristela7ferrari@gmail.com.

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar as redes de interação transfronteiriças num segmento da zona da fronteira brasileiro-paraguaia, formado pelos municípios de Pato Bragado (Paraná - BR) e *Nueva Esperanza- (Dept. de Canindeyú - PY*). A análise, parte do ano de 1982, notadamente ano da formação do Reservatório da Usina Hidrelétrica da Itaipu. O método de pesquisa adotado foi o qualitativo e a metodologia consistiu em leituras teóricas sobre zona de fronteira, redes e fluxos, além de pesquisa de campo com entrevistas aos moradores de Pato Bragado e *Nueva Esperanza*. Nele evidenciamos que as redes de interação transfronteiriças são recentes e se deve, sobretudo, as profundas mudanças ocorridas na região, com a formação do reservatório da Hidrelétrica de Itaipu sobre o rio Paraná. Tal fato, modificou inclusive a característica do limite internacional, de limite obstáculo tornou-se permeável e contribuiu para o desenvolvimento de práticas sócio espaciais transfronteiriças cotidianas que lá ocorrem à revelia dos dois Estados nacionais, pois o ponto de passagem entre os dois territórios não foi legalizado entre Brasil e *Paraguay.*

Palavras-chave: Zona de fronteira, redes de interações transfronteiriças, Pato Bragado, *Nueva Esperanza*.

Introdução

Os municípios de Pato Bragado (Paraná) e *Nueva Esperanza- (Dept. de Canindeyú - PY*) **(Figura 1)** estão localizados num segmento da zona de fronteira brasileiro-paraguaia. O limite internacional é antigo, datando de 1872, e foi traçado sob o Rio Paraná. Desde sua demarcação, o limite fora considerado obstáculo para a travessia entre Brasil e *Paraguay*, pois o rio Paraná apresentava desníveis em suas margens e fortes correntezas dificultando a navegação. Entretanto, tal característica foi alterada, notadamente após a construção do reservatório de água da Usina Hidrelétrica de da Itaipu (1982) o que favoreceu a navegação e como efeito contribuiu para o desenvolvimento de práticas sócio espaciais transfronteiriças. Neste sentido, pode-se questionar: as redes de interação transfronteiriças entre os habitantes de Pato Bragado e *Nueva Esperanza* são cotidianas ou esporádicas? Quais os motivos para o estabelecimento de redes de interação transfronteiriças (compras, lazer, serviços especializados)? Existem assimetrias sócio espaciais entre os dois lados do limite internacional? Como os Estados nacionais regulam ali os fluxos transfronteiriços? Essas questões estabelecem um guia para o desenvolvimento do presente trabalho.

As redes de interação estabelecidas nesse segmento fronteiriço, ocorrem sem nenhuma fiscalização por parte dos Estados nacionais, pois não há nesse local, nenhum

[4] Esse trabalho faz parte de pesquisa de mestrado em andamento, financiada pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) no PPGG da UNIOESTE campus Marechal Cândido Rondon (PR), sob Orientação da Prof.ª Drª Maristela Ferrari. O mesmo está vinculado ao Grupo de Estudos sobre Fronteira, Território e Ambiente (GEFTA).

ponto de fiscalização aduaneira. Os fluxos e redes de interação transfronteiriças, ocorrem ligando os municípios através de *Puerto Marangatú-Nueva Esperanza* e o Porto Britânia-Pato Bragado **(Figura 2).**

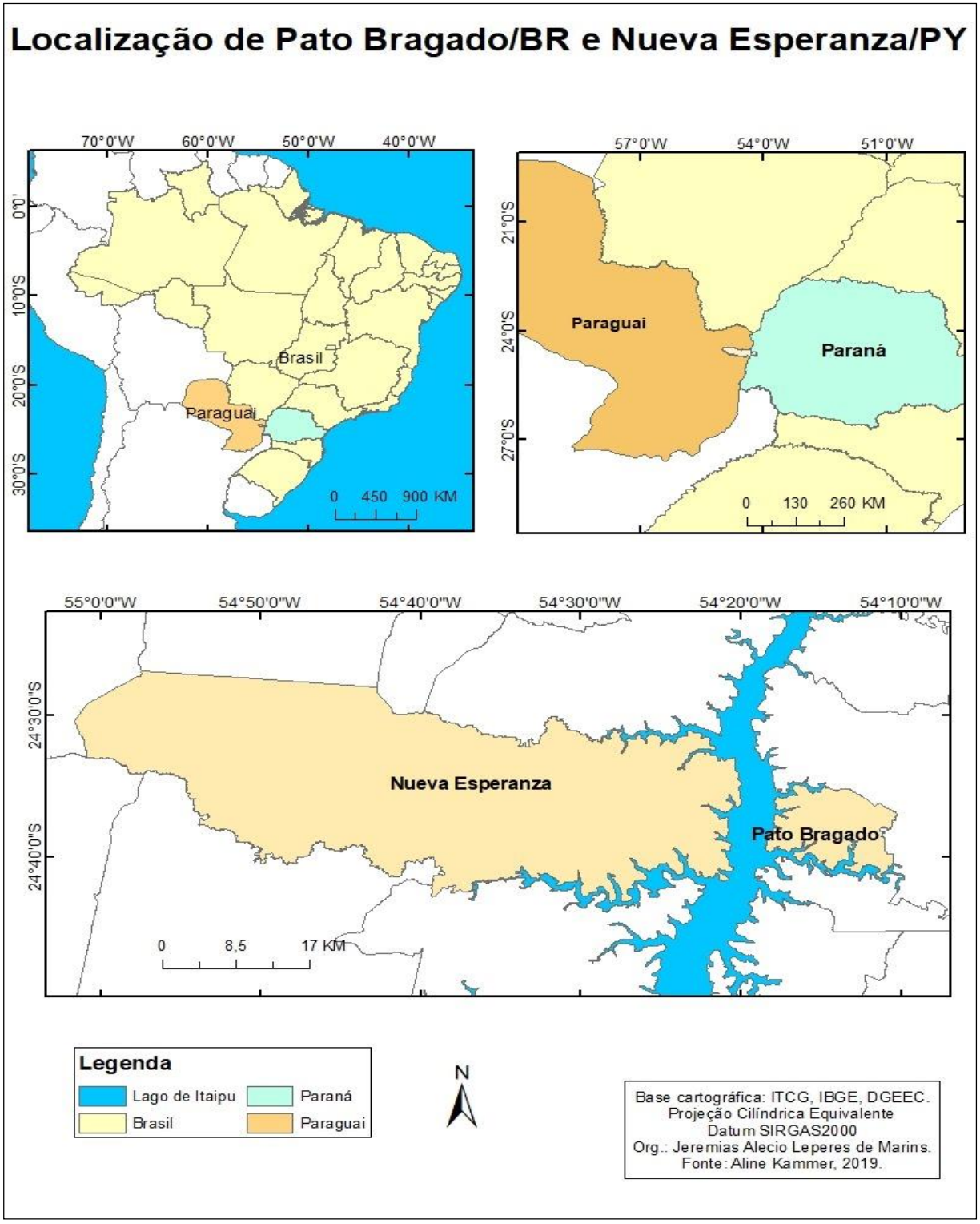


Figura 1. Localização dos municípios de Pato Bragado e *Nueva Esperanza*.

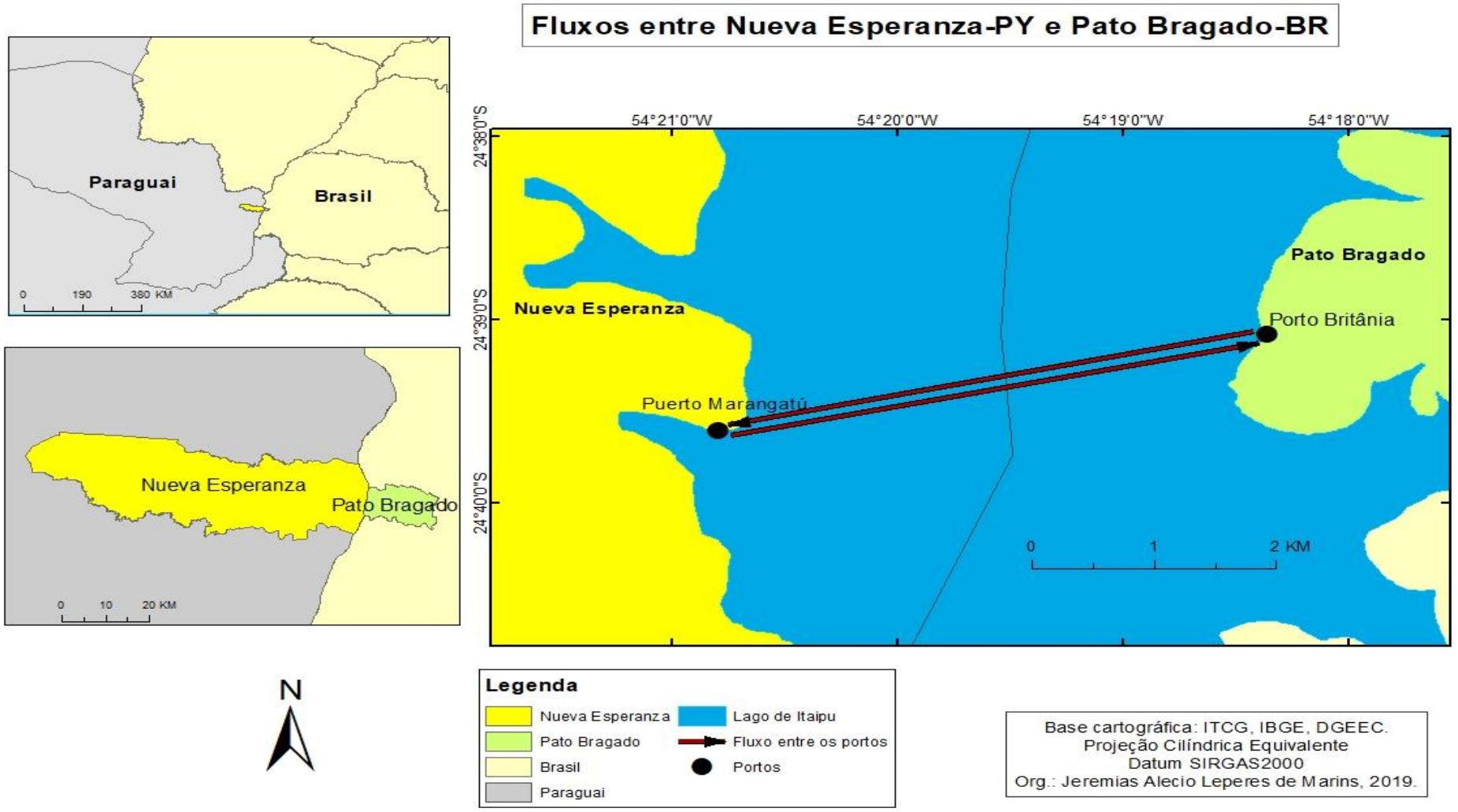


Figura 2:Localização dos portos que conectam os municípios de Pato Bragado e *Nueva Esperanza: Puerto Marangatú(PY)* e Porto Britânia(BR)

Materiais e métodos

Nesse trabalho, adotamos o método de pesquisa qualitativo, mais apropriado aos nossos propósitos. Inicialmente nos pautamos em leituras teóricas sobre zona de fronteira, redes e fluxos. Posteriormente, organizamos as atividades de campo com observações e aplicação de entrevistas abertas e semiestruturadas com moradores de Pato Bragado e *Nueva Esperanza*. O trabalho foi organizado em três partes: a primeira desenvolve uma reflexão sobre os conceitos de zona de fronteira, redes e fluxos e mostra como tais conceitos podem auxiliar na análise de uma problemática sobre redes de interações transfronteiriças. Dias (2002), nos lembra que uma das propriedades importantes da rede é a conectividade já que representa as ligações existentes entre lugares. Segundo a autora, ao longo do tempo a *rede* passa a significar um conceito com *nós* que são interligados por vias onde se pressupõe circulação material e informacional. É neste sentido que o conceito de rede será empregado neste trabalho. Já na perspectiva das interações transfronteiriças Haesbaert (1998, p 68) argumenta que elas podem ocorrer "[...] tanto sob uma lógica reticular, de redes (de trabalhadores, comerciais, financeiras, culturais, político-eleitorais, ligadas à saúde e educação etc.) quanto sob uma lógica zonal [...]". A segunda parte do trabalho, está pautada em analisar brevemente a formação das territorialidades municipais de Pato Bragado e Nueva Esperanza. Já a terceira parte, identifica e analisa as principais redes de interações transfronteiriças contemporâneas e os motivos para seu estabelecimento. Finalizamos o trabalho, tecendo algumas considerações finais, tendo em vista que o trabalho faz parte de uma pesquisa maior, uma dissertação de mestrado e está em fase de desenvolvimento.

Zona de fronteira, redes e fluxos

Discutir sobre as redes de interação transfronteiriças, exige mobilizar conceitos e categorias que auxiliam na análise de tal problemática. Neste sentido, parece adequado abordar inicialmente o que se entende por fronteira e limite. Sobre os conceitos de limite e fronteira existem numerosos estudos, mas interessa-nos aqui seguir a ideia de Machado (1988) que mostra as diferenças entre "fronteira e limite" e argumenta que "não são sinônimos". Na mesma direção, Ferrari (2014) indica que a fronteira pode ser concebida como uma zona geográfica, um espaço que pode consequentemente criar relações que ultrapassam o limite de divisão entre dois territórios, logo, a fronteira é uma área habitada, espaço aberto e não fechado, espaço onde podem se desenvolver interações entre as populações que habitam as margens do limite internacional. (FERRARI, 2014).

Analisando a mobilidade e a porosidade em espaços fronteiriços da América do Sul, Machado (2005) também propõe pensar a fronteira como "sistema aberto" e Inspirada em *Johon House* (1980) a autora sugere que em análises que abordem fluxos transfronteiriços pode-se mobilizar o conceito de *zona de fronteira*. Para ela o "conceito de zona de fronteira *se* caracteriza por interações transfronteiriças" interações que formam um meio geográfico próprio só perceptível na escala local/regional. (MACHADO, 2005, p. 259). Na mesma direção Ferrari (2013) indica que:

> A zona de fronteira é espaço que se encontra na confluência do limite entre dois territórios nacionais. [...] ela remete à ideia de ligação entre territórios e, para apreendê-la é necessário considerar o conjunto territorial de ambos os lados do limite internacional, pois se trata de outra territorialidade que vai reconfigurar o espaço territorial dividido. (FERRARI, 2013, p. 88)

A autora acima pondera ainda sobre interações transfronteiriças em zona de fronteira e salienta que:

> [...] as interações em zonas de fronteira [...] não se desenvolvem somente no sentido econômico, elas envolvem todo um conjunto de

> interações materiais e imateriais, como as simbólicas, culturais e identitárias, pois são vinculadas umas às outras justamente porque elas são estabelecidas por sujeitos (fronteiriços) que em sua realidade cotidiana atuam de forma relacional num conjunto sócio-territorial que envolve os dois lados do limite internacional (FERRARI, 2013, p. 88-89).

Ao compreender o conceito de zona de fronteira e de interações transfronteiriças, fica claro que fluxos e as redes estão na base das nas práticas sócio espaciais transfronteiriças. Neste sentido, é importante precisar as noções de fluxos e redes. Milton Santos (1999) ao refletir sobre redes geográficas, pondera igualmente sobre fixos e fluxos. Segundo o autor, as redes geográficas são formadas por um conjunto de pontos fixos, esses fixos são interligados por fluxos por onde circulam bens materiais e imateriais. Tal ponderação pode ser associada à análise das práticas sócio espaciais transfronteiriças já que elas ligam dois conjuntos espaciais (*Nueva Esperanza* e Pato Bragado), uma ligação que se faz por meio de fluxos estabelecidos por redes sociais (fronteiriços).

A formação das territorialidades de Pato Bragado e *Nueva Esperanza*

Se faz necessário, para compreender as redes de interações transfronteiriças atuais, recorrer a uma breve periodização histórica (SANTOS,1999), no sentido de analisar a formação das territorialidades de Pato Bragado, e *Nueva Esperanza*. A "ocupação" e "colonização", dos municípios de Pato Bragado e *Nueva Esperanza*, ocorreu de forma semelhante, inicialmente com as *Obrageras* e posteriormente com as colonizadoras. Tais processos ocorreram em distintos períodos, inicialmente destacaremos em uma breve periodização histórica (SANTOS,1999), o processo de "ocupação e colonização" nas terras onde está situado o município de Pato Bragado e posteriormente em *Nueva Esperanza*, iniciamos com o município de Pato Bragado.

No início do século XX, o governo do Paraná, via a necessidade de estabelecer uma via de conexão do litoral até as Sete Quedas, que também, permitisse a proteção da fronteira (WACHOWICZ,1987). Nesse sentido, o governo fez concessões com empresas estrangeiras, as chamadas *Obrageras*[5]. Essas empresas, prometiam oferecer infraestrutura para divisão de lotes agrícolas, que estariam "limpos" - já desmatados, para a venda a agricultores. Mas as *Obrageras*, dedicaram suas atividades apenas ao extrativismo vegetal, com a exploração maciça da madeira e erva-mate da região. Tais produtos, eram exportados para a Argentina, Uruguai e *Paraguay* e para serem escoados aos países a Bacia do Prata, criou-se um importante porto no oeste paranaense, o *Porto Britânia*. A atividade extrativista, necessitava de elevada mão de obra, os *Mensus*[6], que eram submetidos a um regime de trabalho semiescravo (COELHO,2015), (WACHOWICZ,1987).

O declínio das *Obrages*, iniciou em meados da década de 1920, seu estopim foi a passagem da Coluna Prestes pelo oeste do Paraná. Sua chegada ao Porto Britânia, ocorreu no dia 25 de setembro de 1924, Gregory (2004), relata que a Coluna Prestes destruiu parte da Fazenda Britânia. Os revolucionários, revoltados com a situação de exploração e abandono das terras do oeste paranaense, relataram o cenário deplorável que a região fronteiriça estava condicionada. Posteriormente, parte da Coluna Prestes seguiu pelo Rio Paraná, rumo a cidade de Foz do Iguaçu, que foi tomada em 1925 por alguns meses. Nesse interim, os fluxos estabelecidos pelo Rio Paraná são cessados, as atividades nas Obrages

[5] "[...] termo foi utilizado com o significado que lhe era atribuído na Argentina, designando grandes propriedades concedidas pelo governo[...] local onde se trabalha manualmente. O proprietário ou dono da concessão é o *Obragero*." (SCHEREINER,2002, p.73)

[6] *Mensu*s, eram a mão-de-obra quase absoluta empregada nos trabalhos de extração para as *Obrageras.* Trabalhadores mestiços, paraguaios, brasileiros e indígenas (COELHO, 2015, p.66).

são paralisadas e muitos *Obrageros* e jagunços abandonam o oeste, temendo represálias (COLODEL,2010)

As revelações oferecidas pelos revolucionários, apressaram as medidas do governo estadual e federal em prol de uma "*abrasileiração*" da fronteira guarani, a marcha para o oeste, que ocorreu também, em outras fronteiras brasileiras (WACHOWICZ,1987). Nesse processo, o governo estadual, retomou as terras que estavam em posse das *Obrageras* e, passou a vender as terras devolutas para empresas colonizadoras e famílias. As empresas colonizadoras, firmaram um acordo de compra das terras, para lotear e vender para agricultores – os colonos, em regime de pequena propriedade.

Para Wachowicz (1987) na década de 40, iniciava-se uma outra fase na região, com o fim das *Obrages*, o *Mensu* paraguaio e indígena, daria lugar ao colono brasileiro, vindo de vários estados do país, mas observou-se que, predominavam fluxos migratórios do sul do Brasil. O processo de colonização do oeste paranaense, seguia as experiências das empresas que atuaram no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, no sentido de nacionalizar a famosa "fronteira guarani", integrando-a economia nacional. Outrossim, o presidente Getúlio Vargas poderia sanar uma problemática no estado gaúcho, o excedente populacional rural das colônias europeia. As terras onde situa-se atualmente o município de Pato Bragado, foram colonizadas pela *Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A* (Maripá). A situação observada em Pato Bragado, com as Obrageras e as Colonizadoras, repetiu-se em *Nueva Esperanza*, mas em distintos períodos.

A região leste do *Paraguay* onde situa-se *Nueva Esperanza*, foi pouco explorada até o início do século XX. As primeiras explorações a essas terras, iniciaram após a derrota do *Paragua*y na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). O país amargava em uma profunda crise, que passou a incitar ainda mais seus problemas políticos, sociais e econômicos. Nesse período, grande parte das terras do país estavam sobre o domínio do Estado. Os governos pós-guerra, em 1883-1885, passaram a fornecer concessões de terras a empresas estrangeiras, com a venda maciça de terras fiscais a preços baixos. Essa manobra, formou um de um sistema injusto na posse da terra na região. Essas empresas, voltaram suas atividades ao extrativismo vegetal, com a exploração da erva-mate, deixando de lado as questões de povoamento ou formação de vilas, colônias ou cidades. A erva-mate, era escoada, beneficiada e posteriormente exportada para Argentina. Era o sistema de Obrages que se estendia até terras paraguaias

As terras onde localiza-se o município de *Nueva Esperanza*, estavam sobre o domínio da Companhia Matte Laranjeiras, que adquiriu aproximadamente 800000ha de terras em *Canindeyú* e contava com 1000 empregados (SILVA,2010). As *Obrageras* perpetuaram suas atividades por décadas na parte leste do território paraguaio, sua atuação alongada está relacionada com inacessibilidade as essas terras e o descaso por parte do governo do Paraguay, permitindo sua atuação de forma autônoma por décadas. O que se observa, é que mesmo com uma atuação duradoura, as explorações ficaram restritas a erva-mate e, mediante ao curso de escoamento pelo Rio Paraná até a Argentina não proporcionaram a abertura de estradas ou vilarejos. No leste do Paraguay, os povoados foram construídos em torno dos portos onde escoavam a erva-mate; *Puerto Marangatú* (WACHOWICZ,1984) e *Puerto Adela, Hernandarias e Ñacunday* (NICKSON,2005) (SILVA,2010). Para os Obrageros, era interessante manter essas terras com baixo povoamento, mediante a isso, o regime semiescravo, os maus tratos e violência aplicados aos *Mensus* podia ocorrer livremente.

Em 1940, com a baixa procura pela erva-mate, as Obrageras começam a ter suas atividades enfraquecidas, e inicia-se a estagnação econômica dessas empresas estrangeiras. Na obra de Coelho:

> [..]até meados do século XX, continuavam presentes os "vazios demográficos" em boa parte da região Oriental do Paraguai. Nos grandes latifúndios estrangeiros, presentes na região Oriental, realizavam-se atividades decadentes, exclusivamente relacionadas à exploração e exportação de erva-mate, madeira e carne bovina, via

> porto de Assunção e Buenos Aires, configurando-se como entraves à ocupação e desenvolvimento de atividades agrícolas em outras bases sociais e produtivas (COELHO,2015, p.67-68)

A partir dos apontamentos de Coelho (2015), identificamos que na década de 1950, mesmo com o declínio das atividades extrativistas, o sistema de posse de terras mantém-se inalterado. As companhias instaladas em todo RFO (Região Fronteiriça Oeste do Paraguay), permanecem com seus latifúndios e seu "poder do atraso", com atividades econômicas insignificantes. Essa situação, segundo o autor, formava um entrave para o estabelecimento de outras atividades agrícolas que poderiam apresentar produção e desenvolvimento para a região.

O cenário da RFO, apresentava a face da decadência, produção agrícola irrisória nos latifúndios a beira do abandono. Diante desse quadro, o governo paraguaio em meados da década de 1950, implementa ações e políticas de ocupação nas terras da fronteira leste. Simultaneamente, o Estado enfrentava um problema agrário agudo em sua região central. Os elevados preços das terras circundantes a *Asunción*, alimentavam conflitos entre campesinos e latifundiários. Em meio a esses conflitos surge o movimento *Ligas Agrarias de la Zona Central,* suas reivindicações, contribuíram significativamente para o estabelecimento do Instituto de Bem Estar Rural, que pautava suas atividades em assentar os campesinos sem-terra, nos "vazios demográficos" do leste paraguaio. Tais colocações, evidenciam que os objetivos do IBR, seriam fundamentais para os desmembramentos dos latifúndios. Esse processo poderia alterar as estruturas fundiárias do leste paraguaio, no sentido de beneficiar o pequeno produtor, o campesino paraguaio, através de uma reforma agrária. Nesse sentido, a partir de 1959, o presidente Stroessner (1954-1989), concentrou suas políticas de povoamento nos departamentos fronteiriços com a implantação de Colônias para os campesinos. Na contramão, o que se observava, era o abandono a região, baixos investimentos voltados aos serviços básicos (educação, saúde e infraestrutura das vias de acesso as colônias). Essa situação, somada as difíceis condições de obtenção dos títulos das terras que, consequentemente atravancavam o acesso a crédito para fomento da agricultura, esfacelavam o pequeno agricultor campesino, obrigando-o a abandonar as colônias.

Foi apenas após a década de 70 que o leste paraguaio teve sua colonização de forma intensa e duradoura. O custo baixo das terras e a facilidade na obtenção, atraiu brasileiros que estabeleceram uma intensa rede de migração ao leste *Paraguay*. Além disso, o governo paraguaio visava à diminuição das tensões causadas por contrabandistas de madeira e erva-mate na parte leste do. País, por isso acelerava o processo de ocupação. As terras de *Nueva Esperanza* estavam sob o domínio da *Colonizadora Marangatú. A a*tuação dessa empresa, deixa uma problemática agraria em *Nueva Esperanza*, latente até os dias atuais. Nesse sentido Coelho(2015) destaca que à intensificação da entrada de migrantes brasileiros na década de 1970, somada a corrupção das autoridades militares do *Paraguay* ligadas ao governo Stroessner, faz com que a Colonizadora Marangatú, perca o controle do processo de apropriação da terra pelos migrantes, não entregando a titulação dos lotes, abandonando parte de suas terras no início dos anos de 1980 sem conceder escrituras aos ocupantes, gerando um caos agrário nessas terras.

Até a década de 1970, os olhares para essa zona de fronteira eram sob a perspectiva da colonização, tanto no oeste paranaense quanto no leste paraguaio. Mas, com o anúncio da construção da Usina Hidrelétrica da Itaipu Binacional, ares de mudança pairam sobre o segmento fronteiriço. Tal obra, resultou de um acordo bilateral entre o Brasil e *Paraguay,* assinado em 1973, o "Tratado de criação da Itaipu", visando o aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Paraná. Para o funcionamento da usina, era necessário formação de um reservatório, que tomaria o leito do Rio Paraná e uma expressiva faixa de terra de toda a costa oeste paranaense e leste paraguaia, que, deveria estar livre de moradores (GERMANI,2003). A Itaipu ficou incumbida de negociar e pagar indenizações aos moradores desterritorializados (HAESBAERT,2004) das áreas que fossem tomadas pelas águas, tanto no Brasil quanto *Paraguay*. Grande parte dos desterritorializados, recebeu valores abaixo do preço estipulado pelo mercado na época e a Itaipu atrasava os pagamentos. Foi um processo longo e

tempestuoso, que originou muitas lutas por justiça por parte dos desterritorializados (HAESBAERT,2004). Após uma árdua década de manifestações e negociações, as propriedades foram evacuadas e os moradores viram-se obrigados a migraram para outras localidades. Com esse processo surgem redes de migração brasileira para o interior do território paraguaio, também impulsionadas pelos processos de modernização "massacravam" os pequenos produtores de Pato Bragado e região. A oferta de terras baratas no Paraguay, incentivou a migração brasileira para o país vizinho.

A formação do Reservatório da Usina de Itaipu está completa em 1982. Essa formação, altera a característica dessa fronteira, de fronteira obstáculo torna-se fronteira porosa, onde a passagem de um território a outro foi facilitada, permitindo a circulação cotidiana de pessoas, bens e mercadorias entre Pato Bragado e *Nueva Esperanza* municípios da zona de fronteira brasileiro-paraguaia. Antes de tal data, as condições do Rio Paraná dificultavam a travessia entre os dois territórios, tal rio, apresentava fortes correntezas e margens íngremes que bloqueavam o acesso ao leito, impedindo interações entre os fronteiriços. É nesse contexto geo-histórico, que as populações de Pato Bragado e *Nueva Esperanza* passam a estabelecer praticas espaciais transfronteiriças cotidianas, com as redes de interação legais e ilegais. Entre as redes ilegais, em 1980, destaca-se o contrabando de café, de óleo e de hortelã, que eram escoados em portos clandestinos do Brasil para o Paraguai. As redes de interações transfronteiriças contemporâneas serão abordadas no próximo tópico.

Redes de Interação transfronteiriças contemporâneas entre populações de Pato Bragado e *Nueva Esperanza*

As redes de interações transfronteiriças cotidianas, estabelecidas entre Pato Bragado e *Nueva Esperanza* são recentes, se iniciam efetivamente após a construção do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Ainda que no passado tenha havido relações comerciais entre Brasil e *Paraguay* por este ponto de fronteira, onde inclusive foi estruturado o Porto Britânia e o *Puerto Marangatú*, tais relações comerciais durante o ciclo da erva-mate, da hortelã e da madeira, não podem ser consideradas como redes de interações transfronteiriças, pois segundo Ferrari (2013) as relações transfronteiriças dizem respeito aos espaços próximos ao limite internacional, isto é, entre "espaços que se encontram na confluência do limite internacional". Como o exposto anteriormente, as interações eram dificultadas por fator físico, o poderoso Rio Paraná, as interações ocorridas eram esporádicas, e se limitavam a comércio e transporte de trabalhadores e cargas. Mas, após a criação do reservatório de água da Itaipu, as populações de ambos os lados do limite brasileiro paraguaio reativam o ponto de passagem entre os dois territórios e dão início a interações transfronteiriças de natureza diversas.

O que se observa é que tal ponto de passagem, não foi ativado ou legalizado pelos Estados brasileiro e paraguaio, foi ativado pelas populações daquele segmento de fronteira. Portanto, as redes transfronteiriças que lá ocorrem, se fazem à revelia dos Estados nacionais e, mesmo no contexto do MERCOSUL (Mercado Comum Sul), são consideradas ilegais. Durante as primeiras pesquisas de campo, identificou-se que as principais redes de interação transfronteiriças observadas de Pato Bragado em direção a *Nueva Esperanza são constituídas* por trabalhadores, agricultores que são proprietários de terras em *Nueva Esperanza.* Além disso, em função da rede de migração brasileira no município de *Nueva Esperanza*, identificamos a rede social de parentes e amizade que gera mobilidade cotidiana entre os dois lados da fronteira. Já de *Nueva Esperanza* em direção a Pato Bragado, observamos que, as principais redes de interações transfronteiriças se estabelecem pela busca de serviços de saúde (serviços médico-hospitalares, odontológicos e outros), serviços de educação, redes econômico-comerciais (compra de produtos e mercadorias de consumo corrente em supermercados do lado brasileiro) além das redes sociais formadas por laços de parentesco e amizade.

Através dos trabalhos de campo, pode-se identificar a existência de redes que se estabelecem por agricultores, que tem sua moradia fixa em Pato Bragado e são proprietários

de terras em *Nueva Esperanza*. Suas propriedades são mantidas em *Nueva Esperanza*, junto a trabalhadores fixos ou sazonais, que fazem o manejo e cultivo da propriedade. Após um levantamento de dados sobre a estrutura fundiária de *Nueva Esperanza*, pôde-se identificar que a questão agrária no município é muito latente, posses irregulares, conflitos e pressão ao pequeno agricultor por parte dos latifundiários que dominam agricultura nesse município. E é através da agricultura, se estabelece também a rede de trabalhadores sazonais, que partem de Pato Bragado em períodos de plantio e colheita em *Nueva Esperanza*. Esses trabalhadores são operadores de maquinário agrícola, peões para a colheita e agrônomos.

Dentre as redes estabelecidas de *Nueva Esperanza* para Pato Bragado, destaca-se a rede em busca de serviços de saúde, como os serviços médico-hospitalares. No tocante as essas redes, identificamos que existem clínicas em *Nueva Esperanza,* Centro Médico Santa Clara, uma clínica particular que apresenta atendimento a comorbidades de média atenção, *Clinica Nueva Esperanza* com atendimento público, ambas localizadas na área urbana de *Nueva Esperanza*. Já nas áreas periféricas, como as comunidades de *Colônia Marangatú, Puerto Marangatú, Vila Primero de Marzo, Colônia Velha, Isla Verde, Km 3, Km 8, Km 10, Km 16, Km 18 e Km 24,* existe uma clínica *Unidad de Salud de la Familia* localizada na *Vila Primeiro de Marzo*, com atendimentos de comorbidades leves.

O município de Pato Bragado conta com Centro de saúde, uma Unidade de Atendimento para a Família (ambos públicos) e Hospital Villela Caprioti (público-privado) com corpo clínico capacitado para médias comorbidades. Pôde-se identificar que, os atendimentos a moradores de *Nueva Esperanza* em Pato Bragado surgem das áreas periféricas localizadas a leste de *Nueva Esperanza*. A unidade de saúde dessa localidade, não supre a demanda da área e os atendimentos ali ofertados são de baixa complexidade, comorbidades mais graves devem ser levadas para *Nueva Esperanza* ou *Salto Del Guairá.*

O acesso ao atendimento de saúde nas clinicas públicas de Pato Bragado é possível[7], mediante apresentação do cartão do SUS e/ou ter o cadastro de munícipe. No sentido de adquirir os documentos necessários para a comprovação de endereço, os moradores de *Nueva Esperanza*, articularam-se através de redes de solidariedade com amigos ou familiares. Os fronteiriços utilizam contas de luz, água ou documentos formais autenticados no cartório, de familiares e conhecidos. Foi observado que, uma porcentagem desses moradores de *Nueva Esperanza*, tem propriedades em Pato Bragado o que facilita retirada de documentação para atendimento. As redes de interações transfronteiriças estabelecidas em busca de saúde, são comuns nas zonas de fronteira brasileiras, não sendo um caso isolado apenas no segmento entre Pato Bragado e *Nueva Esperanza*. Nesse sentido, o governo brasileiro por meio do Ministério da Saúde, criou o SIS-Fronteira, em 2005, com o objetivo de planejar e lançar ações e acordos bilaterais ou multilaterais entre os países fronteiriços, após diagnóstico da situação de saúde além do território nacional. Mas esse projeto, não avançou e deixando de repassar recursos aos municípios fronteiriços como Pato Bragado (FERREIRA, 2015). As interações estabelecidas pelos fronteiriços não se limitam a busca pela saúde, destacaremos a seguir as redes adjacentes.

Outra rede que se destaca é a rede em busca de educação de *Nueva Esperanza* para em Pato Bragado. No setor da educação, Pato Bragado conta com uma rede pública de ensino que inicia no Centro Municipal de Ensino Infantil Gotinha de Mel, passando pela escola Municipal Marechal Deodoro até o Ensino Médio no Colégio Estadual Pato Bragado (essas são as únicas escolas em Pato Bragado). *Nueva Esperanza* oferece serviços de educação, as escolas localizadas na área urbana são *Escuela San Jose Obrero* (Ensino superior privado)*, Escuela San Antonio* (Ensino infantil, fundamental e médio público*).* Nas áreas rurais existem as escolas públicas: *Escuela Mariscal Lopez* e *a Escuela Isla Verde*, que conta com ensino básico e ensino médio.

[7] Existe o atendimento que é prestado aos paraguaios e não cobra o cartão do SUS é o atendimento emergencial, quando o sujeito corre algum risco de perder a vida ou em caso de febre, vômito ou diarreia.

Segundo a pesquisa de campo, as redes são estabelecidas das localidades de *Colônia Marangatú, Puerto Marangatú, Vila Primero de Marzo, Colônia Velha, Km 3, Km 8, Km 10, Km 16, Km 18 e Km 24*, que contam com as escolas do campo mencionadas acima. Os moradores de *Nueva Esperanza*, em entrevista, consideram o ensino nessas escolas de pouca qualidade e apontam para um problema ocorrido nos períodos chuvosos. O acesso as escolas nas localidades mencionadas acima, ocorre por vias sem pavimentação e em péssimas condições para trafego. Além disso, há quedas de energia constantes, de forma que, as aulas são canceladas no período chuvoso, fazendo com que os conteúdos fiquem atrasados e falhos para os alunos dessas localidades. Essas redes se estabelecem de duas formas, com a migração pendular dos alunos e com a migração de *Nueva Esperanza* para Pato Bragado. Com a migração pendular, esses alunos deslocam-se diariamente de *Nueva Esperanza* para Pato Bragado, nesse processo, destacamos a importância das redes de solidariedade, para o uso da documentação para comprovante de residência no caso desse aluno não ser filho de proprietários de terras em Pato Bragado. A migração desses alunos foi classificada em duas formas, toda a família migra para Pato Bragado, no sentido de esse aluno estudar nas instituições de ensino bragadenses ou, o aluno migra sozinho para casa de amigos e familiares em Pato Bragado.

Podemos identificar que, a rede de solidariedade se destaca nesses processos de busca de determinados tipos de serviços públicos no lado brasileiro. Essa, se estabelece, por meio das redes sociais (amigos, parentes e vizinhos) que com de informações estimulam a formação de uma rede internacional, a rede social ou rede de solidariedade, destacada por Scherer-Warren (2005, p.41), "quando as redes de solidariedade constituem-se num movimento social poderão extrapolar os limites locais atingindo escalas internacionais". Através dessas redes de solidariedade, identificamos que alguns moradores de *Nueva Esperanza*, não se limitam a utilizar os serviços públicos em Pato Bragado, eles obtém o título de eleitor e são votantes no município. Nesse sentido, é comum os candidatos a vereador(a) ou prefeito(a), deslocar-se a *Nueva Esperanza* para fazer campanha eleitoral. Inclusive, há candidatos na eleição municipal, que moram em *Nueva Esperanza*.

Além das redes identificadas para a utilização de serviços públicos, uma rede se estabelece desde a década de 1980, a rede do contrabando. Identificamos que essa rede teve seu adensamento na década de 1980, nessa época, o contrabando limitava-se a produtos como o café, de óleo e de hortelã, que eram escoados em portos clandestinos do Brasil para o Paraguai. O contrabando do café ocorria de Pato Bragado até *Puerto Marangatú*, sendo escoado para pontos de venda e beneficiamento de café no Paraguay. Já contrabando de óleo de hortelã dava-se entre *Nueva Esperanza* e Pato Bragado. Ambas as redes, se estabeleciam devido a diferença nos preços pagos pelo produto, visando maior lucratividade os produtores contrabandeavam os produtos ao pais vizinho. Atualmente, as redes de contrabando continuam a se estabelecer entre Pato Bragado e *Nueva Esperanza*, mas essas, levam outros produtos, como agrotóxicos, drogas e cigarros, sendo comum na mídia regional notícias sobre apreensões expressivas desses produtos pela polícia. Atualmente os fluxos de contrabando ocorrem de *Nueva Esperanza* para Pato Bragado.

Outra rede que estabelece entre esses municípios, ocorre pelo fator econômico-comercial e embora se modifique em termos de produtos e mercadorias, devido à variação cambial, gera interações cotidianas na zona de fronteira analisada. Os habitantes das áreas periféricas leste de *Nueva Esperanza*, buscam por produtos e mercadorias de consumo corrente em Pato Bragado, nessas localidades o comércio, não atende às necessidades dos seus moradores. Portanto esses fronteiriços deslocam-se até o comercio de Pato Bragado para efetuar suas compras. Os principais produtos identificados nesses fluxos são; produtos de consumo corrente (especialmente industrializados), roupas, calçados, medicamentos. Além disso, com o uso do telefone e de aplicativos como o *Whattsap*, os fronteiriços solicitam a mercadoria aos comerciantes, que as levam ao Porto Britânia e lá o balseiro entrega o dinheiro dos produtos e os atravessa e os entrega ao comprador.

Considerações finais

Identificamos que a ocupação e colonização desse segmento fronteiriço, obedeceram o mesmo processo, inicialmente com a entrada das *Obrageras* e posteriormente com a entrada das Colonizadoras. O período conhecido como *Obrages*, estabelecia fluxos de trabalhadores entre o Brasil e o *Paraguay.* Esse processo, era propulsor de interações esporádicas, com fluxos de trabalhadores na fronteira e fluxos de comércio internacional, importação e exportação dos gêneros explorados pelo extrativismo; madeira e erva-mate.

Constatamos que, as redes de interações transfronteiriças passaram a ocorrer de forma cotidiana entre os municípios de Pato Bragado e *Nueva Esperanza* a partir da formação do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu em 1982. Esse, facilitou o estabelecimento de fluxos e redes entre os fronteiriços. As redes de interações transfronteiriças passam se estabelecer com as mais diferentes demandas, redes em busca de serviços médicos hospitalares, redes em busca de educação, redes econômico comerciais, redes de agricultura e redes de parentesco e amizade.

Através dos dados coletados nas atividades de campo, verificamos que as redes de interações transfronteiriças estabelecidas de Pato Bragado para *Nueva Esperanza*, estão ligadas diretamente a agricultura, e esses fluxos se dão com os proprietários e trabalhadores do campo sazonais. Esses moradores de Pato Bragado se deslocam a *Nueva Esperanza* especialmente nos períodos de plantio e colheita de soja e o milho. Além disso, no setor agrário há um problema que se arrasta desde a colonização do município, muitas terras foram e são comercializadas sem posse. Nesse sentido, os entrevistados relataram a situação, conflitos, grilagem e perda de terras no município, essa situação está diretamente ligada as fortes redes de migração estabelecidas na década de 1970 para as terras de *Nueva Esperanza*.

Podemos identificar que, as principais redes estabelecidas de *Nueva Esperanza* para Pato Bragado, assumem outra característica e ocorrem devido a assimetrias existentes entre os municípios, notadamente, no que tange os serviços básicos como saúde e educação. A desigualdade entre as áreas estudadas é bastante significativa, e tem destaque na área periférica leste de *Nueva Esperanza*, que compreende as localidades de *Colônia Marangatú, Puerto Marangatú, Vila Primero de Marzo, Colônia Velha, Isla Verde, Km 3, Km 8, Km 10, Km 16, Km 18 e Km 24*. Os governantes de *Nueva Esperanza*, falham na prestação de serviços básicos a essas comunidades que, precisam se deslocar para o centro de *Nueva Esperanza* ou *Salto del Guairá*. As condições das vias acesso e distância geográfica para a área urbana de *Nueva Esperanza*, tornam-se um empecilho a essa busca, fazendo com que essa demanda de serviços básicos como educação e saúde seja atendida em Pato Bragado. Podemos perceber que, os governantes de *Nueva Esperanza* falham na prestação de serviços básicos as vilas localizadas em sua área periférica leste.

Além dessas redes contatamos a presença da rede que se perpetua através das décadas, a rede do contrabando, inicialmente com o café e a hortelã que se estruturou pelo diferencial de preços entre os dois países. Atualmente essa rede se estabelece de *Nueva Esperanza* para Pato Bragado, organizada especialmente por grupos de narcotráfico transfronteiriços que tem seus membros espalhados nos dois municípios. Os principais produtos transportados são; cocaína, maconha e cigarro.

Constatamos que, as redes de interação transfronteiriças, se estabelecem por diferentes buscas entre esses municípios. Mas, uma rede tem a mesma motivação, a rede de parentesco e amizades. Essas redes, se estabelecem pois em diferentes períodos históricos (ciclo do café, hortelã), ocorreram migrações entre os municípios de Pato Bragado e *Nueva Esperanza*, com isso, algumas famílias têm entes dos dois lados do limite internacional. Essa rede, se acentua principalmente no período de férias, feriados e finais de semana propícios para visitar e matar a saudade dos familiares.

Referências bibliográficas

CORREA, Roberto Lobato. **Dimensões de análise das redes geográfica**. In: _____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CÔRREA, Roberto Lobato. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades**, São Paulo, v. 16, p.199-2018, 2012. Semestral. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/2378/2122>. Acesso em: 1 mar. 2019.

COELHO, Douglas Cristian. **Conflitos agrários na fronteira entre o Brasil e o *Paraguay*: o caso de *Colônia Marangatú*/PY.** Marechal Cândido Rondon. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual do Oeste Paranaense, 2015.

COLODEL, J. **Então corra, porque a Coluna vem aí! No dia em que Foz do Iguaçu caiu sem que se disparasse um tiro sequer.** 2010. Disponível em: <http://jaccolodel.blogspot.com/2010/12/entao-corra-porque-coluna-vem-ai-no-dia.html>. Acesso em: 8 dez. 2018

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. da C. e CORREA R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DIAS, Leila Christina. **Os sentidos da rede: notas para discussão**. In: DIAS, Leila Christina e SILVEIRA, Rogério L. Lima da. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e paraná e a província de Missiones (século XX e XIX).** Tese de doutorado. Florianópolis, 2011

FERRARI, Maristela. **Zona de fronteira, ciudades gêmeas e interações transfronteiriças no contexto do MERCOSUL**. Revista Transporte y Territorio, v. 1, p. 87-103, 2013

FERREIRA, Clarisse et. al. O SIS-Fronteira na perspectiva dos profissionais de saúde atuantes no município de Corumbá-MS. In: MORETTI, Cézar Eduardo, MARIANI, Milton. **Estudos fronteiriços: desafios perspectivas e práticas.** Campo Grande- MS. Editora UFSM 2015.

HAESBAERT, Rogério. **Região e Redes Transfronteiriças em Áreas de Migração Brasileira nos Vizinhos do Mercosul**. In: STROHAECKER, Tânia Marques (org.) et al. Fronteiras e Espaço Global. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998. p.59-68.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1997.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques (org.) et al. **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidades, redes. Cidades Gêmeas na fronteira sul americana. In: SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Continente em chamas: globalização e território na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 244-280.

NICKSON, R. A. Colonización brasilera en la Región Oriental del Paraguay. In: FOGEL, R.; RIQUELME, M. **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Assunción: CERI, 2005.

SANTOS, Gisleine. **Redes e territórios: reflexões sobre a migração**. In: DIAS, Leila Christina e SILVEIRA, Rogério L. Lima da. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Hucitec, 1999.

SILVA, Manoel Henrique. **Fronteireiros: as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio.** Maringá –PR: Eduem, 2010

SHERER, Warren. **Redes de movimentos sociais no mundo multicultural.** Florianópolis SC. Katalasys v. 8 n. 1 jan./jun. 2005 24-31

WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, *Mensu*s e colonos**. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987

REDES ILEGAIS TRANSFRONTEIRIÇAS: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE[8]

ALAN DIOGO SCHONS
Mestrando do PPG em Geografia – UNIOESTE
e-mail: alan.schons@hotmail.com;

MARISTELA FERRARI
Doutora, professora do PPG em Geografia – UNIOESTE
e-mail: maristela7ferrari@gmail.com.

Resumo: O estudo das redes são fundamentais para a compreensão de diversas práticas espaciais. Alguns elementos como os meios produtivos, o sistema capitalista, o tempo-espaço, são fundamentais no desenvolvimento desses conceitos, pois a proliferação das redes em múltiplas escalas, os fluxos e a mobilidade foram potencializados com o aprimoramento das tecnologias e a evolução da própria sociedade. Dessa maneira, direcionamos a pesquisa, de modo a possibilitar a compreensão de como as redes ilegais transfronteiriças são mobilizadas em múltiplas escalas. Cotidianamente são noticiadas, diversas apreensões por parte das autoridades, destacam-se o tabaco; equipamentos eletrônicos; entorpecentes (maconha, cocaína, haxixe, crack); fármacos; agrotóxicos; vestuários; itens de higiene e beleza; entre outros. A metodologia pensada para atender ao objetivo proposto, consiste na pesquisa teórico-bibliográfica acerca do tema, assim como alguns elementos da pesquisa de campo. Dentre as leituras realizadas, compreendemos que a fronteira, é uma zona geográfica, de modo que as redes evidenciadas, possuem características completamente distintas as evidenciadas em qualquer outra escala de pesquisa, (Arrighi (1996); Castells (2014); Machado (1998); (2000); (2005); (2011); Haesbaert (2016)); Concluímos, tecendo algumas considerações sobre as redes ilegais transfronteiriças, seguindo a ideia de que elas possibilitam inúmeras interações, promovem diversos problemas, tanto aos Estados-nacionais como a sociedade.

Palavras-Chave: Redes; Redes ilegais; Fronteiras.

Introdução

A fronteira é o receptáculo de diversas práticas espaciais desenvolvidas por meio das redes, de modo que os habitantes de zonas fronteiriças, possuem peculiaridades completamente distintas, aos habitantes de outras regiões geográficas. Evidenciamos no entanto, que existem leis que governam os espaços de fronteira, homogeneamente ao restante do Estado-nacional, leis essas, que são estabelecidas pelos poderes políticos constituídos. Curiosamente, essas regras são constituídas de acordo com determinados interesses, adversos muitas vezes, aos interesses e as realidades dos habitantes em zonas de fronteiras, que podem ser evidenciadas nas práticas reticulares. Desse modo, questiona-se a eficácia das leis, pois elas não avalizam, muito pelo contrário, elas se opõem a realidade demonstrada, a qual pode ser melhor compreendida por meio do estudo das redes.

Muito embora existam diversas perspectivas de análise, procuramos abordar a temática a partir das questões relacionadas aos meios produtivos e a dominação exercida, que tem como base o modelo capitalista. Desse modo, a adoção da metodologia capitalista pelos poderes que emergiram, foi responsável por implantar toda uma sistemática hegemônica na esfera global. No entanto, apesar desse viés de análise ser bastante abrangente, abordamos apenas alguns elementos.

No que concerne as modificações impostas pelos poderes hegemônicos, mediante a lógica capitalista, eles também influíram na modificação da malha reticular, de modo que

[8] O presente trabalho, faz parte da pesquisa de mestrado em andamento, no PPGG (Programa de Pós-graduação em Geografia) da UNIOESTE (Universidade do Oeste do Paraná) campus Marechal Cândido Rondon (PR), sob Orientação da Prof.ª Drª Maristela Ferrari. O mesmo está vinculado ao Grupo de Estudos sobre Fronteira, Território e Ambiente (GEFTA);

surgiram novas centralidades e novos fluxos. Constatamos portanto, que o domínio das redes, consiste em ser um elemento indispensável, para o sucesso e a perpetuação dos poderes hegemônicos, haja vista que, é também por meio da dinâmica reticular, que se estabelecem os fluxos de diversas naturezas. Essa realidade latente, pode ser melhor evidenciada nas fronteiras, dessa maneira, abordamos a temática de forma panorâmica, sob a perspectiva das redes transfronteiriças, que possuem natureza ilegal. É importante esclarecer, que os meios tecnológicos contribuíram na multiplicação das redes, bem como por promover a maior separação[9] e a maior integração entre os diferentes países.

Reflexões conceituais sobre as redes ilegais transfronteiriças

A medida que os meios tecnológicos evoluíram ao redor do mundo, trouxeram consigo o aprimoramento das infraestruturas, proporcionando melhor fluidez e a melhoria dos meios de locomoção. Auxiliaram também, na facilitação das comunicações, assim como o aprimoramento dos meios produtivos. Essas evoluções, promoveram do mesmo modo, o desenvolvimento das redes, que outrora eram restritas a menores escalas e com menor intensidade, e convergiram em redes articuladas na escala mundial com maior intensidade de interações. Muito embora tratamos essas redes com a ideia de 'evolução'[10], contudo, há alguns autores como Arrighi (1996), que visualizam essas práticas, como as responsáveis em promover determinadas sequelas a sociedade. Um dos fatores elencados, se dá ao fato de que tais mecanismos ocorreram de maneira desigual, tanto dentro da própria estrutural produtiva, quando deu origem a um modelo capitalista com a internalização de processos e controle dos meios produtivos. Esses controles dos meios produtivos se estabeleceram, desde a obtenção dos insumos (*input*) até o produto final (*output*) e sua distribuição, do mesmo modo, são evidenciadas inclusive, na regulação dos fluxos, que resultaram na hierarquização organizacional em escala global.

Essa prática, afirma Arrighi (1996), convergiu no aperfeiçoamento de determinadas empresas, as quais especializaram-se em determinados segmentos e expandiram-se para diversos territórios com diferentes ordenamentos jurídicos, especialmente a partir dos séculos XIX e XX. Esse processo apenas se concretiza, caso houver alguma forma de obtenção de vantagens (lucros), oposto a isso, caso não sejam auferidos os resultados esperados pelas organizações, elas simplesmente saem de cena, independente dos resquícios materiais ou imateriais deixados. Contudo, caso houver alguma forma de barganha, ou retorno proveitoso dos investimentos, poderia tornar a vida das pessoas ou organizações menores, num verdadeiro "inferno", passando por cima de tudo e todos a fim de atingir os objetivos, que sempre, derradeiramente, são representados pelos ganhos financeiros.

Em tempos passados de acordo com Arrighi (1996), o modelo comercial-industrial era desenvolvido, com maior intensidade no eixo Ásia-Europa e estava vinculado a restritos grupos, os quais detinham o controle cambial e seriam esses os principais beneficiados em termos monetários. Entretanto, com o surgimento de novas potências mundiais, motivados pelos conflitos em escala global, assim como pela evolução das redes, contribuíram por solapar o eixo comercial-industrial europeu-asiático, e por consequência, surgiram novos centralidades em outras escalas. Muito embora essa nova hierarquia hegemônica mundial tenha emergido, podemos observar redes altamente articuladas e de relevância a nível mundial, como as estabelecidas entre Brasil e Paraguai. Embora as redes sejam multi escalares, ainda seguem a lógica de dominação de um restrito grupo de pessoas, que são os detentores do capital "[…] a integração dos mercados do mundo inteiro num único mercado mundial ofereceu oportunidades sem precedentes, e desafios sem precedentes, aos governos e empresas." (ARRIGHI, 1996, p. 260)

> Por um lado, a acumulação crescente de uma massa crescente de liquidez mundial, em depósitos que nenhum governo controlava, exerceu uma pressão cada vez maior

[9] Há uma evidente hierarquização dos países, entre os que detém a maior fatia do PIB e os países mais pobres.
[10] Ideia alinhavada com Souza (1996, p. 5) quando aduz a compreensão do que é desenvolvimento, quando discorre sobre urbanização: "[...] estamos levando em conta aqui a urbanização sobretudo em seu sentido quantitavo [...] o termo *desenvolvimento* é bem mais polêmico." (SOUZA, 1996, p. 5)

> sobre os governos, no sentido de que eles manipulassem as taxas de câmbio de suas moedas e as taxas de juros, a fim de atrair ou repelir a liquidez mantida nos mercados offshore, para compensar a escassez ou os excessos em suas próprias economias internas. Por outro lado, as alterações contínuas das taxas de câmbio entre as principais moedas nacionais, bem como dos diferenciais das taxas de juros, multiplicaram as oportunidades de expansão do capital, mantidos em mercados monetários offshore, através do comércio e da especulação com divisas. (ARRIGHI, 1996, p. 308).

A dinâmica estabelecida por meio dessa ordem econômica mundial, capitalista, acaba por excluir determinados países, contudo, os congrega na malha reticular, de maneira que, ou eles obrigatoriamente colaboram com o modelo, ou façam parte do mesmo. Desse modo, dado ao fato de que as redes se estruturaram globalmente, um importante instrumento de análise passou a ser, a compreensão das leis, aplicadas e pensadas apenas para um determinado Estado-nacional, ou a determinados blocos econômicos. Essas leis podem valer para alguns setores, bem como para determinados lugares, porém por vezes não se aplicam a outros [...] cabe lembrar que as leis que regulamentam o comércio internacional, proibindo a entrada ou a saída de determinado produto, são díspares entre países, podendo o mesmo produto ser proibido num país e não em outro (FERRARI, 2010 p. 234).

> Hoje, mais do que em outros tempos, com o avanço tecnológico e as mudanças político-econômicas que aceleram fluxos de toda ordem – criando toda uma geometria espacial de poder complexa e desigual, veio à tona, com muito mais força, a discussão dos "limites" - limites como restrição, contenção, numa conotação negativa, mas também no sentido de constituírem parte indissociável de nossa dinâmica civilizatória, na medida que, biopoliticamente falando, o modelo societário hegemônico, baseado na acumulação e/ou no "crescimento" capitalista, colocou em jogo até mesmo nossa sobrevivência enquanto espécie biológica sobre a Terra. (HAESBAERT, 2016, pag. 12)

Além das questões relativas a legislação, há ainda a existência de outras incertezas que permeiam o território-nacional, dentre elas, as interações pelas quais os Estados são omissos, incapazes de gerenciar, ou fingem não saber. Desse modo, dada essa omissão do Estado, os atores articulam-se deliberadamente, os quais exercem um poder disfarçado por meio dos indivíduos e organizações "[...] o poder organizador e regulador dos estados nacionais está sendo solapado; desde dentro e desde fora de cada estado, pelo aumento de intensidade e complexidade dos intercâmbios não-estatais." (MACHADO, 2000, p. 4).

> A complexidade dos caminhos traçados pelos circuitos não é necessariamente um reflexo da complexidade dos circuitos, mas da complexidade do território. Sendo assim, não é possível pensar o território como algo sobre o qual se atua, e sim como algo com o qual se interage. É essa interação que define tanto o limite como a fronteira, e é ela que determina o sucesso ou o fracasso de qualquer intento de controle da condição de legalidade e ilegalidade. (MACHADO, 2000, p. 18).

As fronteiras são permeadas de uma ampla diversidade interações. Nessas interações, os atores inserem mercadorias de um Estado-nacional para o outro de diversas maneiras, o qual se dá por diversos fatores, dentre eles o menor custo de obtenção de mercadorias num país vizinho "Um dos fatores que contribuem para que essas relações comerciais se estabeleçam em zonas limítrofes é a diferença cambial entre países vizinhos" (FERRARI, 2010, p. 234). Essas redes transfronteiriças, a quais denominamos ilegais, são chamadas dessa maneira dado ao fato de que, os atores que as estabelecem, visam burlam a fiscalização dos Estados-nacionais, não respeitando as normas vigentes, de um, ou ambos países.

> Assim, proliferam os territórios-rede onde o domínio de pontos, ou melhor, de conexões estratégicas, especialmente para a comercialização de drogas, é a condição mais relevante. Sem falar nos traficantes que se reterritorializam "zonalmente" em áreas mais periféricas da cidade ou da região metropolitana, onde se acirram disputas por território entre diferentes facções. (HAESBART, 2016 pag. 15).

A dicotomia entre a grande rede legal e a rede ilegal, no que se refere ao seu funcionamento, é sutil em determinadas escalas, haja vista que os fluxos acabam por se misturarem nas redes técnicas construídas e fiscalizadas pelos Estados-nacionais. Por meio das redes ilegais, os atores introduzem em território-nacional, diversos produtos, como por exemplo, armas que abastecem as facções criminosas nos grandes centros urbanos, as quais obrigatoriamente se articulam em redes também pelas fronteiras, uma vez que essas armas são produzidas principalmente em países como a Rússia, Estados Unidos, Áustria, dentre outros. Notadamente, o êxito nas ações realizadas por meio das redes ilegais, decorre do fato de que são mobilizados atores fronteiriços, de ambos lados do limite internacional, tendo em vista que são eles que detém o conhecimento empírico, de quais as melhores maneiras de burlar a fiscalização do Estado-nacional.

> [...] mesmo sendo constantemente combatido pelas autoridades fiscais, o contrabando/descaminho em zonas limítrofes é parte da clássica organização social e econômico-comercial entre habitantes fronteiriços de ambos os lados do limite. Assim, os atores inseridos na rede do contrabando/descaminho, com o intuito de sonegar impostos e obter lucros com esse tipo de comércio. (FERRARI, 2010, p. 236).

Entretanto, há de ressaltar que algumas tipologias de redes ilegais, de acordo com Rodrigues (2007) não são lesivas a sociedade, mas sim um tipo de trabalhador informal que encontrou no descaminho/contrabando[11], uma maneira de prover as suas necessidades pessoais e de suas famílias "[…] não se pode confundir a lesividade do contrabando organizado em grande escala com a do chamado contrabando-formiga (descaminho), importante e é essencial para a sobrevivência dos habitantes pobres das fronteiras" (Prado apud RODRIGUES, 2007, p. 141). Frise-se que essa classe, é composta por inúmeros trabalhadores, informais/ilegais, os quais exercem as mais diversas funções, dentro dessas redes ilegais, geralmente encontram-se em posições hierárquicas inferiores e são eles que usualmente são penalizados. Alguns desses trabalhadores, que compõem as redes ilegais, trocam sua força de trabalho, pois comumente, os critérios exigidos são bastante reduzidos e os ganhos são considerados extremamente atrativos, chegando de quatro a seis vezes, ante um trabalho formal.

Além da exploração da força de trabalho, que não é um fenômeno exclusivo das redes ilegais, destacamos a revolução tecnológica e a melhoria das comunicações informacionais, que permitiram a melhor organização das redes de interações, reorganizando e redefinindo os fluxos. Em contrapartida, proporcionaram uma nova perspectiva dos conceitos tradicionais como limite e fronteira, colocando em xeque, a soberania do Estado "Os circuitos ilegais podem ajudar a estabelecer o limiar, nível ou ponto de passagem que simultaneamente separa e une dois espaços soberanos." (MACHADO, 2000, p. 10). Dessa maneira, como tratado anteriormente, a lei aplicada e pensada no sentido estrito de um território ou Estado nacional, de acordo com Machado (1998) e Ferrari (2010), pode valer para alguns setores, bem como para determinados lugares, porém, por vezes, não se aplica a outros. Dessa maneira, algumas organizações criminosas acabaram por se beneficiar dessas características.

Dentre os tipos de redes ilegais articulados pelas organizações criminosas, destacam-se os fluxos financeiros. Machado (2000) esclarece, que alguns países servem como hospedeiros de algumas transações de ordem monetária - "territórios-objetos" - como por exemplo os paraísos fiscais, etc., os quais são mobilizados e articulados pelas redes e viabilizados pelas tecnologias dos sistemas bancários.

> A complexidade dos caminhos traçados pelos circuitos não é necessariamente um reflexo da complexidade dos circuitos mas da complexidade do território. Sendo assim, não é possível pensar o território como algo sobre o qual se atua, e sim como algo com o qual se interage. É essa interação que define tanto o limite como a

[11] É a prática de importação ou exportação clandestina, produtos e bens que dependem de registro, autorização ou análise dos órgãos responsáveis. Diferencia-se do descaminho, em virtude de ser considerado produto ilegal, proibido.

> fronteira, e é ela que determina o sucesso ou o fracasso de qualquer intento de controle da condição de legalidade e ilegalidade. (MACHADO, 2000, p. 18).

Nesse tendência, Machado (2005) reforça que a natureza legal/ilegal, está mais evidenciado no campo econômico, com a evasão fiscal[12] por exemplo. A autora menciona o mercado paralelo relacionado as moedas estrangeiras, utilizam-se de redes interestatais de circulação, sob a tutela de sistemas interestatais, o que demonstra-se uma prática ambígua por parte dos Estados nacionais, um protecionismos/liberalismo dispare.

> O que é considerado atividade 'informal' pelo Estado, no sentido estrito de não obedecer às leis vigentes, pode sustentar a economia de cidades, regiões e países. [...]Os contrabandos instituídos, que operam redes de distribuição de mercadorias legais ou ilegalmente produzidas, perpassando os controles localizados nos limites de cada Estado, ressurgem em seu interior como mercadorias nacional ou mesmo importada, alimentando um mercado paralelo à balança (formal) de importação/exportação, uma situação tolerada por governos e por cidadãos mundo afora [...] Ações que eram até passado recente associadas, pejorativamente e exclusivamente, às zonas limítrofes dos Estados fazem parte hoje do cotidiano nacional/internacional. É o caso das *economias de arbitragem*, nas quais lucros (e perdas) são obtidos em função de diferenciais de câmbio e juros; diferenciais de legislação ambiental ou trabalhista; diferenciais de regimes político ou normas institucionais, todos explorando, legal e ilegalmente a existência dos limites internacionais [...] (MACHADO, 2005, p. 251)

As redes ilegais e as organizações criminosas não são exclusividade de determinados lugares ou países, mas são uma realidade evidenciada na escala global em que "[...] as atividades criminosas e organizações ao estilo da máfia de todo o mundo também se tornaram globais e informacionais [...]" (CASTELLS, 2017, p. 30). Como pode ser exemplificado pelas redes utilizadas nos tráficos de armas e drogas, as quais há incidência de rígidas legislações mesmo em seus países produtores, mas que, no entanto, como o uso/utilização em grande parte, não é realizada no país produtor, acabam por terem suas fiscalizações flexibilizadas, nesse sentido, as redes informacionais acabam sendo mobilizadas, dada a essa plasticidade.

O autor ainda afirma que as redes não possuem a mesma geografia, uma vez que obedecem a algumas dinâmicas como exemplo o vale do silício, o comércio da China, dentre outros, formando verdadeiros "meganós", em que acabam por concentrar poder. No tocante as redes ilegais: "A economia criminosa global (que corresponde a 5% do PIB mundial), está construída sobre suas próprias redes específicas, com nós que geralmente não coincidem com os das finanças ou inovações [...]" (CASTELLS, 2017, p. 30)[13]. As redes não são fixas, mas são construídas e desconstruídas no decorrer do tempo, algumas de forma mais dinâmica e outras de forma mais paliativa. Desse modo, as redes ilegais acabam por serem construídas e desconstruídas de acordo com os objetivos dos atores ou das organizações criminosas.

> O espaço dos fluxos sobrepujou a lógica do espaço dos lugares, prenunciando uma arquitetura espacial global de megacidades interconectadas enquanto as pessoas continuam a achar significado em lugares e a criar suas próprias redes nos espaços dos fluxos. (CASTELLS, 2017, p. 35).

Um exemplo clássico da apropriação do território pelas organizações criminosas, está mais evidente nas cidades-gêmeas. Nessas cidades, os fluxos articulados pelas redes, implicam cotidianamente em uma difícil tarefa de se compreender quais são as dinâmicas espaciais. Nesse sentido, destacamos as cidades gêmeas de Foz do Iguaçu (BR) e *Ciudad del Este* (PY). Essas cidades apresentam uma integração em diversos campos, assim como

[12] "[...] dinheiro sem registro, que cruza os limites do Estado [...]" (MACHADO, 2005, p. 251)

[13] **Estimativa realizada pelo Banco Mundial em cerca de 195 nações, conforme Frabasile (2018), dá conta de que o PIB mundial é de US$ 80 trilhões** no ano de 2017. Desse montante, **dois terços pertencem aos dez países mais ricos,** de um total de cerca de 195 nações, ou seja, de acordo com Castells (2017), a economia ilegal representa cerca de US$ 4 trilhões.

partilham de diversos problemas, alguns peculiares às fronteiras. Apesar da vasta extensão das fronteiras brasileiras, com cerca de com 10 dos 12 países sul-americanos, encontra número reduzido de fronteiras-gêmeas, dentre elas Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este* são as maiores. Especificamente nessas cidades as interações são bastante complexas, no campo financeiro *Ciudad del Este* "[...] abriga mais de uma dezena de bancos paraguaios e estrangeiros utilizados por nacionais brasileiros e argentinos não só para transações legítimas como também para a evasão fiscal e lavagem de dinheiro." (MACHADO, 2005, p. 268). Tais interações de acordo com a autora, são realizadas por cidades deslocadas dali, utilizando meios legais e eletrônicos, o que denota um sistema legal obsoleto, tendo em vista os espaços-fluxos existentes, "Em lugar de defender, acaba por penalizar os lugares da fronteira, além de incentivar a emergência de sistemas de produção locais situados na zona cinza entre o legal e o ilegal." (MACHADO, 2005, p. 268).

> O sistema produtivo de fronteira que combina comportamentos legais e ilegais também é encontrado na zona de fronteira entre Foz do Iguaçu e a Zona Franca de Ciudad Del Este. Esta última concentra empresas "maquiladoras" que consomem subprodutos de indústrias localizadas no Brasil (São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul) sob a forma de contrabando, voltando ao Brasil e sendo registrado como produto brasileiro ou paraguaio, ou mesmo de terceiro país, dependendo do câmbio e das mudanças na política brasileira de impostos incidentes sobre importações e exportações. (MACHADO, 2005, p. 268).

Embora pareça mais evidente as dinâmicas transfronteiriças nas cidades-gêmeas, as interações não restringem-se a elas, mas ocorrem de maneira multi-escalar. A ambiguidade do ilegal com o legal, ocorre em vários países. De acordo com (Machado (2000); (2005); (2011)) elucida que o dinheiro proveniente da ilegalidade, encontra abrigo em três modalidades de negócios legais: "[...] *negócios de duplo propósito [...] atividades de prestigio e influência [...] redes de negócios*" (MACHADO, 2011, p. 14-15). Contudo, de acordo com Machado (2011), embora existam inúmeras práticas ilegais de ordem monetária, o enfoque dos Estados nacionais resumem-se na tentativa de combater os fluxos ilegais, como no caso da economia da droga de forma repressiva em seu território e nos outros países. Entretanto "[...] os governos de muitos países já não conseguiam assegurar a segurança de seus cidadãos nem atingir as operações das redes de tráfico [...]" (MACHADO, 2011, p. 15), uma vez que, as redes articulam-se em diferentes classes sociais, nos diversos países.

> A 'construção social' da ameaça como um resultado de formas contemporâneas de conflito e de ataques ao estado de lei no mundo conferiu à questão da segurança uma amplitude global, um passo apenas para a conclusão de que só possível de ser controlada por normas globais. Foi essa evolução que permitiu a configuração de uma geopolítica da segurança, onde a repressão às drogas ilícitas é apenas um componente. (MACHADO, 2011, p.15).

A autora reforça o argumento de que o Estado soberano não é sustentável, uma vez que "[...] o espaço transverso que se delineia entre a soberania do Estado e a cooperação internacional global [...]" (MACHADO, 2011, p. 17). Essa cooperação entre Estados, possui maior notoriedade no campo político-econômico, por consequente, concentra-se maiormente no domínio dos fluxos e na mobilidade humana e material. Dessa maneira, há uma evidente preocupação das autoridades, expressas em políticas públicas, em intensificar as atenções sobre a segurança, ao invés de fortalecer as questões relacionadas a geopolítica das drogas. Entretanto as drogas ilícitas, na visão de Machado (2011), constituem uma problemática multiescalar, que pode ser evidenciada em diversos Estados nacionais. Drogas essas que tem origem na farmacologia, sendo essa responsável pelo fomento do uso de drogas. As redes das drogas, não limitam-se propriamente aos fluxos do entorpecente em si, mas mobiliza outros meios técnicos como sistema bancário, e operações de clareamento do dinheiro, assim como corrupção, ações terroristas entre outros.

As redes ilegais arquitetadas no tráfico de drogas, são extremamente complexas, também pelo fato delas serem estruturadas globalmente, mobilizando países com culturas diferentes como é o caso da Bolívia. Ressalta-se que na cultura desse país, é aceito o uso

das folhas da coca. Outro motivo seria por questões sociais, em que Machado (2011) discorre sobre a pobreza na Bolívia, vejamos: "[...] a pobreza e desigualdade continuam presentes nas áreas rurais e na sociedade nacional colombiana e a ação civil que se instala após as operações militares de repressão não tem tido sucesso." (MACHADO, 2011, p. 11). Evidenciamos, que as redes ilegais da droga, são articuladas em grande parte, a partir de países andinos (Bolívia, Colômbia e Peru), tendo em vista que os mesmos são grandes produtores da cocaína e da pasta base. Essa produção, é distribuída por meio das redes do narcotráfico e resulta no surgimento e fortalecimento de poderes paralelos, como é o caso das forças insurgentes: FARC[14], Sendero Luminoso[15] e Taliban[16].

> É certo que os lucros não-declarado e livre de impostos do tráfico ilegal não só podem ser usados para financiar a compra de armas por grupos insurgentes, regionais ou nacionais, étnicos ou religiosos, como para ações políticas encobertas e mesmo campanhas eleitorais em qualquer área do planeta. (MACHADO, 2011, p. 8).

Essa problemática promovida pelas redes ilegais, inclui o Brasil em um processo que: "[...] está corroendo os limites tradicionais entre segurança externa (militar/guerra) e a segurança interna (ordem pública, forças policiais) [...]. Uma concepção estática é substituída por outra mais dinâmica de fronteiras internacionais [...]" (MACHADO, 2011, p. 3). Uma vez que Machado (2011), exemplifica com a bacia amazônica, pois essa seria território-corredor para o escoamento da cocaína, que estaria destinada a diversos países na escala internacional. Contudo, com base na política pública da segurança, levou as autoridades em agir de maneira repressiva nos países andinos, que resultou em pulverizá-los no território.

Caso semelhante ocorreu no Brasil, de acordo com Remor (2013), o Governo Federal com intuito de acabar com a incidência de ilícitos na cidade de Foz do Iguaçu - considerada uma das maiores portas de entrada de contrabando no Brasil - lançou um ambicioso plano de combate. Contudo os criminosos migraram para outros municípios ao longo do Lago Internacional de Itaipu, "O resultado é que diversas cidades que desconheciam até então as ações desses grupos passaram a conviver, do dia para a noite, com uma nova e cruel realidade [...]" (PIFFER e ALVES, 2013, p. 239). O insucesso na repressão aos produtores de coca andinos, apontado por Machado (2011) e o combate as práticas ilegais na cidade de Foz do Iguaçu indicados por (Remor (2013); Piffer e Alves (2013)), não foram suficientes para que os Estados cogitassem outras alternativas, pois o mesmo método está sendo seguido no Paraguai. O combate ao tráfico de drogas no Paraguai, ocorre com a repressão coordenada pela SENAD[17] (PY), conjuntamente com a Polícia Federal (BR), convergindo na destruição de diversas plantações de maconha, e repressão aos traficantes naquele país.

> Numa região em que impera o poder da força, os mecanismos estatais para a contenção da violência muitas vezes acabam sendo insuficientes ou irrelevantes. Isso porque, se o Estado pauta sua atuação legal a partir do princípio assimilados pela sociedade e defendidos como justos – 'ação dentro da lei' -, o Crime Organizado não os respeita, ou os subverte no intuito de estabelecer um novo padrão de justiça que choca com os tradicionalmente reconhecidos pela sociedade. Ainda, apesar da sociedade não reconhecer o modelo de justiça implementado pela Organização Criminosa como justo, as condições impostas à população que habita a *fronteira* acabam levando-a a assimilá-lo, pois perdura o medo de a não aceitação implicar na supressão da vida. Evidentemente que a incorporação gradual do 'novo código de conduta' de Organizações Criminosas faz com que a exceção se torne regra a população, em xeque, opte por violar a Lei Nacional, mas não a Lei do Crime. (COSTA, 2012, p. 35)

Para Machado (2011), é importante levar em consideração as peculiaridades de cada região, pois elas auxiliam na compreensão sobre quais atributos são necessários, para o estabelecimento das redes ilegais. Nesse sentido, de acordo com pesquisas recentes, foram

[14] Forças Revolucionárias Colombianas – Colômbia.
[15] Atuantes no Peru até a década de 1990.
[16] Mais recente no Afeganistão.
[17] *Secretaría Nacional Antidrogas* - Paraguai

identificadas diversas facções criminosas que operam nas fronteiras brasileiras, dentre elas destacam-se o CV (comando Vermelho) e o PCC (Primeiro Comando da Capital). Nesse sentido Costa (2012) aponta que existem ramificações do CV (Comando Vermelho) com sede no Estado do Rio de Janeiro, o PCC (Primeiro Comando da Capital) com sede no Estado de São Paulo, dentre outras organizações. Tais facções criminosas seriam as responsáveis por exemplo, em introduzir armas sofisticadas por meio das redes, a fim de abastecer as demandas para o exercício do domínio territorial e para a prática de diversos crimes. Essas facções criminosas, também seriam responsáveis na articulação em redes, de distribuição da cocaína e da maconha, tanto dentro do Brasil, como utilizando-se do Brasil como território-meio para a exportação a diversos países, principalmente europeus, como já apontado por Machado (2011) anteriormente.

> A inserção do Brasil na rede de tráfico de drogas ilícitas de origem orgânica se diferencia segundo o tipo de droga, marihuana (Cannabis sativa) ou cocaína. No primeiro caso, o da cannabis, o Brasil é país produtor, grande consumidor e importador, principalmente do Paraguai. No caso da economia da coca e cocaína, a inserção é mais instável e diferenciada. É um país de trânsito para as redes internacionais de exportação de cocaína dos países andinos para outras regiões do mundo, mas não é um grande consumidor (30% do consumo de marihuana), caso sejam confiáveis os estudos realizados em algumas áreas metropolitanas por entidades médicas e os dados de apreensão divulgados pela Policia Federal e polícias estaduais." (MACHADO, 2011, p. 12).

As práticas ilegais, as quais são mobilizadas com o uso das redes, nos dá a compreensão de que essas territorialidades formadas, afastam-se da formalidade característica do Estado. Essa dinâmica é estabelecida, a partir do ordenamento de baixo para cima de acordo com Machado (2011). Nessa prática, o setor privado procura organizar um sistema de normas, com a utilização de *lobby* junto ao Estado, que os visa beneficiar "A ação política das entidades empresariais muitas vezes se desenvolve diretamente na arena parlamentar. Há períodos que despertam intensa mobilização das atividades de *lobby*." (ARROYO, 2005, p. 235). No entanto, aparentemente as redes ilegais estabelecidas, estão possibilitando que determinados interesses sejam satisfeitos, quer seja daqueles atores fronteiriços, responsáveis pela articulação na escala local, assim como aos grandes grupos empresariais na escala global.

Considerações finais

Concluímos, seguindo a ideia de que as redes ilegais viabilizam infinitas possibilidades de interações de inúmeras naturezas. Elas são responsáveis em absorver parte da mão de obra local, contudo também estimulam diversos problemas de ordem social na mesma escala. Alguns dos problemas evidenciados, incorrem na contraposição das leis estabelecidas pelos Estados-nacionais, no não recolhimento dos impostos, que retornariam, *in tese*, em serviços a sociedade. Sobretudo, evidenciamos que as redes ilegais transfronteiriças, estimulam a violência, evasão escolar, problemas relacionados a saúde, dentre muitos outros. Com base no estudo das redes ilegais tranfronteiriças, compreendemos que o poder do Estado está sendo constantemente desafiado e superado pelos poderes paralelos atuantes, formando diversas territorialidades, as quais o Estado tem constantemente, sido incapaz de lidar. Os poderes paralelos não somente atuam no cenário nacional, como também em países vizinhos. Os agentes de poderes paralelos podem ser de diversas vertentes, incluindo servidores públicos, políticos em cargo eletivo, empresários, componentes do crime organizado, de comunidades que residem nas margens dos Estados-nacionais, onde as redes são operadas de forma mais fluida. As redes, possuem uma infinidade de possibilidades de articulação, sendo exploradas inclusive através das redes sociais, financeiras, dentre outras.

Mesmo que o Estado fixe as metas econômicas, estabeleça os meios de controlar os fluxos, inclusive que não sejam diretamente controladas pela estrutura estatal, a garantia de sucesso, depende de muitos outros elementos. A garantia de sucesso depende de uma ampla gama de variáveis, que envolvem capacidade financeira, política, social, incluindo fatores

externos que influenciam diretamente na economia. Dentre as mais tradicionais interferências estatais com a finalidade de estimular a economia, estão no topo, questões de políticas fiscais, creditícias e artifícios legais capazes de incentivar esse ou aquele setor. Desse modo, compreendemos que os Estado-nacionais, possuem os meios necessários para se articularem de modo combaterem efetivamente a estruturação das redes ilegais, contudo, tal prática pode não ser vantajosa a determinados interesses. Nesse cenário, constroem-se redes e poderes, que não somente, duelam ou articulam-se com os poderes nacionais, mas colocam sob o jugo da marginalidade, da violência e do medo, diversos atores que não possuem como outra alternativa, a não ser, "fazer parte do jogo". Em contrapartida, sobrevém um efeito elástico, pois esses atores, ameaçam a soberania do Estado, por meio do domínio das redes. Concluímos portanto, dada a complexidade, a própria evolução da sociedade e a dicotomia de interesses, que o estudo das redes e das fronteiras é sempre, sobretudo, um estudo inacabado.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** Trad. Vera Ribeiro, rev. de trad. Cesar Benjamin – São Paulo, Editora UNESP, 1996.

ARROYO, Mónica. Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. In SILVEIRA, María Laura (Org.). Continente em Chamas: Globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 209-242.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** São Paulo-SP. Editora Paz e Terra. 2017.

COSTA, Renatho. **Era uma vez na fronteira: o mito da zona "fora da lei"?.** *In*. BENTO, Fábio Régio (Org.). Fronteiras em Movimento. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2012, p. 31-44.

FERRARI, Maristela. Conflitos e Povoamento na Fronteira Brasil-Argentina. Florianópolis-SC: Editora UFSC, 2010.

FRABASILE, Daniela. **A produção da economia global resumida em um gráfico:** As dez maiores economias respondem por dois terços de tudo que se produz no mundo. O Globo. 21/10/2018, disponível em: https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/10/economia-global-resumida-em-um-grafico.html. Acesso em: 03/08/2019.

HAESBAERT, Rogerio. Limites no espaço-tempo: A Retomada de Um Debate. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia, 2016.

MACHADO, Lia Osorio. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques et al. Fronteiras e espaço global. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998.

_____. Limites e Fronteiras: Da Alta Diplomacia aos Circuitos da Ilegalidade. Rio de Janeiro: Revista Território, 2000.

_____. Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In SILVEIRA, María Laura (Org.). Continente em Chamas: Globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 243-284.

_____. **Espaços Transversos: Tráfico de Drogas Ilicitas e a Geopolítica da Segurança.** Fundação Alexandre Gusmão/MRE. Rio de Janeiro. 2011.

PIFFER, Moacir e ALVES, Lucir Reinaldo. **Considerações sobre a Faixa de Fronteira do Oeste do Paraná.** In. FABRIS, Diuslene Rodrigues e (Orgs). 25 Anos do Curso de Serviço Social da Unioeste: Diálogos e Reflexões no contexto dos Direitos Humanos. Cascavel-PR: Edunioeste, 2013, p. 135-160.

REMOR, Jaime Luiz. **Os Desafios do Desenvolvimento Integrado na Fronteira.** In. FABRIS, Diuslene Rodrigues e (Orgs). 25 Anos do Curso de Serviço Social da Unioeste: Diálogos e Reflexões no contexto dos Direitos Humanos. Cascavel. EDUNIOESTE, 2013.

RODRIGUES, Ivanildo Dias. **Os camelôs e as atividades conexas que compõem o circuito de circulação das mercadorias.** Pegada, vol. 8, n. 1. Presidente Prudente-SP. Junho/2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Urbanização e Desenvolvimento no Brasil Atual**. Editora Ática. São Paulo, 1996.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A PARTIR DA APROPRIAÇÃO PRIVADA DA TERRA E A ATUAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO SUBORDINANDO A TERRA PARA A PRODUÇÃO DE RENDA.

Matieli Cardoso Alves Hoffmann
Acadêmica da pós graduação em Geografia- Unioeste campus Marechal Cândido Rondon.
Endereço eletrônico: matielecardoso@hotmail.com
Titulação: Geografia Humana

RESUMO: Busca-se por meio deste trabalho contextualizar e analisar a terra urbana a partir da apropriação privada e a atuação do mercado imobiliário. Diante desse cenário a terra tornou-se inserida num contexto mercadológico e tem servido como garantia de acumulação de riquezas, devido à valorização que a especulação imobiliária impõe sobre a mesma. A terra urbana inserida num contexto mercadológico constitui-se em um equipamento manipulado pelo capital, no qual, proprietários de terras juntamente com o mercado imobiliário possuem estratégias capitalistas e têm ditado às regras no espaço urbano, bem como, o preço da terra urbana e o acesso a moradia. No entanto, destaca-se a terra como um bem natural sem valor, porém, com preço estabelecido pela interação de proprietários de terras e mercado imobiliário. O elevado preço da terra urbana tem segregado a população, sobretudo, tem evidenciado a desigualdade social de seus habitantes, visíveis através do contraste das áreas destinadas a habitação, bem como, a diferença no valor de uso e valor de troca. Estes fatores tem demostrando os diferentes usos da terra urbana, por meio, das distintas classes sociais que disputam este espaço, portanto, constitui-se em um espaço conflituoso na medida em que se contradizem os interesses sobre a terra.

Palavras-Chave: Terra urbana, apropriação privada da terra, especulação imobiliária, renda da terra, classes sociais.

INTRODUÇÃO

A apropriação privada da terra juntamente com a atuação do mercado imobiliário tem transformado a terra em mercadoria e como consequência desse sistema a propriedade da terra passa a adquirir um preço e ser subordinada para a produção de renda.

A partir da apropriação privada, a terra torna-se manipulável e cativa ao sistema capitalista de produção, uma vez que, este sistema tem sustentado o ideário de acumulação de riquezas na perspectiva de gerar renda de forma a produzir um excedente do capital investido na aquisição, estes fatores ocorrem devido à valorização que a especulação imobiliária impõe sobre a terra urbana.

E como consequência desse processo rentista, o espaço urbano evidencia diferentes usos e acessos a terra, pois, para ter acesso à mesma é necessário pagar um preço imposto de acordo com a dinâmica imobiliária que almeja obter renda sobre a terra. Dentro dessa perspectiva o espaço urbano torna-se um local altamente desigual entre as classes sociais, gerando um espaço contraditório e conflituoso na medida em que se divergem os interesses, ou seja, para alguns cidadãos a terra urbana é sinônimo de moradia, serviços públicos e emprego, porém, para outros a mesma é atrativo de investimento financeiros.

Em suma, os diferentes usos e acessos à terra urbana são produtos de uma exploração entre as diferentes classes sociais motivadas a partir da interação entre proprietário de terra e mercado imobiliário, no qual, ambos possuem os mesmos ideários sociais. Por sua vez, a parcela da população de baixo poder aquisitivo que não consegue competir com o mercado imobiliário tornam-se excluídos e expulsos a áreas precárias e distantes, como forma de subordinação ao capital.

MATERIAIS E METÓDOS

A apropriação privada da terra e a dinâmica do mercado imobiliário tem subordinado a terra para a produção de renda, sobretudo, a especulação imobiliária tem determinado a produção do espaço urbano a partir do preço da terra, o uso do solo urbano, moradia e principalmente, tem proporcionado a acumulação de riquezas por meio da valorização constante da terra urbana.

Convém ressaltar que a terra alicerçada no sistema capitalista de produção, adquiriu a característica de um bem fundamentado na propriedade privada, ou seja, a mesma passou a ter um dono. A apropriação privada da terra permitiu a obtenção de renda, pois a renda se constitui num tributo/preço pago ao proprietário da terra.

Ao proprietário está garantido o direito de usufruir de renda, como a renda absoluta, diferencial e de monopólio que estabelecem o preço da terra, portanto, a terra atua como concentração de riqueza. Segundo Oliveira; Farias,

> Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. (OLIVEIRA; FARIAS 1994, p. 2).

O ideário rentista no espaço urbano decorre do fato que a terra inserida no perímetro urbano tem seu valor multiplicado, e torna-se fonte de negócio rentável e seguro devido a grande valorização que o mercado imobiliário impõe sobre esse espaço.

O preço atribuído à propriedade da terra urbana está associado à localização da mesma no espaço urbano, bem como, o conjunto de infraestruturas oferecidas e dispostas são vistas pelo mercado imobiliário como benefícios para valorização da terra e consequentemente agregar maior preço a mesma.

Ou seja, lotes e imóveis com as mesmas características físicas, porém, em localizações diferentes, possuem preços desiguais devido à valorização. Por conseguinte, a propriedade da terra urbana é utilizada enquanto fonte de lucro produzido pelo processo capitalista da mais valia, pelo fato que a mesma produz um ganho excedente, por meio, de juros, lucros e renda sem que ocorram investimentos por parte do proprietário fundiário. Ou seja, a terra mesmo parada sem se reproduzir está exposta a constante valorização, por meio, da especulação imobiliária, sendo assim, trata-se da apropriação do trabalho não pago por parte daqueles que detém o monopólio da terra, assim como salienta Botelho (2015).

> Segundo Marx (1989), toda a renda fundiária capitalista é mais valia, produto de trabalho excedente não pago a quem produziu, e não uma propriedade inerente ao solo. Ou seja, a renda fundiária é uma parcela do excedente global produzido pela classe trabalhadora e que é apropriado pela classe dos proprietários fundiários, devido ao monopólio que exercem sobre a terra. (MARX 1989, apud. BOTELHO, 2015, p. 26).

O mercado imobiliário apresenta uma perspectiva idealizadora sobre a terra conceituando a mesma como geradora de riquezas por meio de juros e lucros, pois, são bens que constantemente se valorizam, ao adquirir um pedaço de terra, sempre se terá garantido um retorno financeiro sobre o mesmo. Dessa forma, propagandas veiculadas pelo mercado imobiliário conceituam a ideia de que quem investe em terra nunca erra.

Sendo assim, através de propagandas o mercado imobiliário tem idealizado a terra como o melhor negócio para investir. Desse modo, a terra urbana passa a compor-se como uma mercadoria, pois, é vendida a um preço alicerçado no sistema capitalista de produção, que almeja alcançar um valor excedente do investido no momento da aquisição.

A imagem a seguir ilustra uma propaganda idealizando o investimento na propriedade da terra e imóveis como investimento (Fotografia I).

Fotografia I: Propaganda de imobiliária considerando a comercialização da terra e imóveis como investimento

Fonte: Trabalho de campo. Autor: ALVES, M, C. 2016.

De acordo com o painel publicitário, situado as margens da rodovia BR-163, no trecho que liga o município de Marechal Cândido Rondon ao de Quatro Pontes-PR, torna-se visível a atuação do mercado imobiliário na divulgação da terra e imóveis como mercadorias, pois, contextualizam estes como o melhor investimento. Dessa forma, é ilustrativa que a terra se apresenta sempre como uma mercadoria, um bem que tende sempre a se valorizar o que a torna um investimento seguro.

Uma vez que, um aspecto essencial da terra urbana é ter um preço que lhe é atribuído no mercado imobiliário, no entanto, é pertinente analisar que a terra se constitui como um bem permanente que nunca se desgasta. Não se constitui como fruto do trabalho, não podendo ser reproduzível, caracteriza-se como um bem natural.

Ou seja, a terra é um bem natural, tem um preço que independe de sua produção, se caracteriza como uma mercadoria sem valor, no sentido de não ser criado pelo trabalho, quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a mesma, mais sim o fruto que a terra produz. Segundo Rodrigues, "A terra é um equipamento do capital, porque se "valoriza" sem trabalho, sem uso". (RODRIGUES, 2014, p. 17).

De tal modo, a terra se estabelece como um falso capital e uma falsa mercadoria, pois não tem sua origem alicerçada na força produtiva. A terra é um bem natural não se constituí pelo trabalho, no entanto, o preço atribuído a terra está fundamentado no estatuto jurídico da propriedade da terra e pela capacidade de investimento de seus possíveis compradores. Segundo Rodrigues,

> A terra é uma mercadoria que tem preço, que é vendida no mercado, e que não é reproduzível, ou seja, tem um preço que independe de sua produção. É uma mercadoria sem valor, no sentido de que seu preço não é definido pelo trabalho na sua produção. (RODRIGUES, 2015, p. 17).

A partir do preço da terra, o solo urbano caracteriza-se pelos diferentes usos e acessos, sobretudo, o uso deste local é determinado pela condição financeira de cada cidadão que nela se insere. Segundo afirma Carlos; "Para ter- se acesso a um pedaço de terra é necessário pagar por ele (através da venda ou aluguel) pelo fato de que, na sociedade atual, o uso é produto das formas de apropriação (que tem na propriedade privada sua instância jurídica)". (CARLOS, 1994, p. 47).

Tornando-se possível visualizar diferentes modos de uso e acesso do solo urbano, uma vez que, a cidade oferece múltiplos recursos à sobrevivência, porém, é na utilização de tais recursos que se difere a estrutura e o uso do espaço urbano. Segundo Carlos,

> O uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Esses conflitos serão orientados pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um

> conjunto limitado de escolhas e condições de vida. (CARLOS, 1994, p. 46-47).

De acordo com a citação, o uso do solo urbano está pertinente a conflitos sociais entre a população, na medida em que se contradizem os interesses e a forma de ocupação. Os conflitos sociais estão associados à busca da população por melhores condições de vida, onde anseiam por moradias dignas, saneamento básico, transporte, saúde e escolas.

Por outro lado, o interesse pelo uso do solo urbano atrelado ao capital, anseia pela valorização desse espaço como forma de adquirir preço ao mesmo, e a garantia de riqueza, por meio, da extração da Mais Valia. Segundo afirma Carlos,

> São os diversos modos de apropriação do espaço que vão pressupor as diferenciações de uso do solo e a competição que será criada pelos usos, e no interior do mesmo uso. Como os interesses e as necessidades dos indivíduos são contraditórios, a ocupação do espaço não se fará sem contradições e, portanto sem luta. (CARLOS, 1994, p. 42).

Por meio da articulação do capital fica aparente na paisagem urbana à desigualdade das classes sociais que se inserem nas cidades, assim, o preço atribuído ao espaço urbano é responsável pela heterogeneidade visualizada em diferentes atividades urbanas, como local da residência, prestação de serviços urbano, enquanto a oportunidade ao estudo, lazer, etc.

As cidades brasileiras apresentam uma paisagem que de um lado vivem muitas pessoas sem tetos e desprovidas de qualidade de vida. Por outro lado, muitos tetos e terrenos bem localizados e com recursos públicos sem pessoas, somente como reserva de valor á espera da especulação imobiliária como garantia de renda, ou seja, um país onde o acesso a terra é um ativo altamente desigual entre as classes sociais. De acordo com Carlos, "O choque é maior quando se observa as áreas da cidade destinadas á moradia". (CARLOS, 1994, p. 42).

Desse modo, torna-se possível visualizar a desigualdade social, por meio, da diferença no uso do solo urbano, uma vez que, apresentam questões como o "rico" e "pobre", e até mesmo os que se encontram em extrema pobreza que não possuem um teto para morar, ou o pecúlio para pagar um aluguel. Segundo Corrêa (2003), "[...] O espaço urbano, especialmente o da cidade capitalista, é profundamente desigual: constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista".

É válido ressaltar que o acesso à terra urbana de forma digna e sustentável está inserida a uma pequena parcela de pessoas, ou seja, a classe social que detêm de poder aquisitivo, sendo a classe de pequeno poder aquisitivo levada a áreas mais afastadas, onde consequentemente o preço da terra é inferior.

A cidade é dividida por fatores financeiros ou de renda, as desigualdades se concretizam na medida em que se observam as áreas destinadas a moradia, pois, a população sem recursos financeiros é expulsa a bairros precários e distantes fora do circuito da riqueza, como uma forma de não "atrapalhar" a lógica da especulação imobiliária, sobretudo, nesses locais encontram-se outra face do urbano, no qual, a população encontra-se vulnerável.

Na perspectiva de abrigar a classe de baixa renda, tanto quanto aluguéis ou casas próprias, nas periferias e bairros clandestinos são projetados com objetivo de concentrar a população excluída do processo de produção capitalista. Segundo Rodrigues,

> Uma das formas da classe trabalhadora resolver seu problema de morar é como já foi visto, comprando um lote em áreas da periferia pobre e geralmente em loteamentos clandestinos. Com os salários baixos, só nestes lugares é possível comprar um lote. (RODRIGUES, 2015, p. 29).

Do ponto de vista das empresas imobiliárias, o objetivo ao construir um loteamento destinado à população de baixa renda, com padrões populares e precários é beneficiar uma população carente de estrutura econômica e menosprezada pelo poder público, nos quais se contentam em residirem em bairros desprovidos de serviços necessários a população.

Neste contexto, é pertinente ressaltar que a concentração da população em vias urbanas é uma característica fundamental do processo de produção capitalista, formando assim a necessidade

de moradia, alimento e vestimentas como meios necessários à sobrevivência humana. Segundo Kowarick,

> É possível entender que o sistema capitalista, é responsável por grande parte da população se concentrar na área urbana, pois o que era manual passa a ser industrializado, levando pessoas à busca por emprego. (KOWARICK 1993, p. 59).

Sendo assim, a necessidade de habitação comporta-se como o principal objetivo da especulação no setor imobiliário, consequentemente, a especulação imobiliária é promovida pela população que detém de alto poder aquisitivo e que possui dinheiro para investir em terras como investimento lucrativo.

Uma vez que, para a população de baixa renda o acesso a terra comporta-se como valor de uso, ou seja, é vista como um bem necessário à sobrevivência, assim, a população não á vê com o intuito de especular ou adquirir renda sobre a terra. Segundo Rodrigues: "Evidentemente uma casa tem também um valor de troca, mas sua importância para o dono da "casa própria" é o valor de uso." (RODRIGUES, 2015, p.51).

Contraditoriamente, o valor de troca está direcionado ao ciclo de capital rentista, havendo uma constante lucratividade do proprietário de terra, ou seja, o proprietário da terra a vê com intuito de valorização e garantia de lucro excedente (Mais Valia).

As cidades evidenciam muitas controvérsias entre a necessidade de acesso a terra urbana como um bem necessário à sobrevivência, e o direito do proprietário de usufruir desse bem natural através da valorização do mesmo e a agregação de renda. Uma vez que, o uso da terra é fruto de uma exploração por parte de quem detém a monopólio da terra, ou seja, a posse da terra dá-lhes o direito de se apropriar da mesma enquanto fonte de lucro, impondo-lhe um preço que excluí e segrega as demais classes sociais.

Portanto, para ter acesso a terra é preciso pagar um preço que é determinado pelo mercado imobiliário, sobretudo, ao proprietário de terra está condicionado o poder de exploração, por meio, da autonomia em ditar as leis do mercado, como preços, o poder de compra e venda, outrora, a população de baixa renda não tem voz perante o mercado imobiliário.

A exclusão da classe de baixo poder aquisitivo ao direito a terra como um bem necessário à sobrevivência humana, no qual, podem ser visualizados os diferentes usos e acessos a terra, evidencia a dominação de uma classe sobre a outra, além de uma dominação política e exploração econômica.

De tal modo, possibilita a compreensão da cidade como resultado da ação de proprietários de terras, corretores imobiliários, empreiteiras e organizações financeiras, uma vez que, sempre são os mesmos que se beneficiam, por meio, da acumulação de riquezas e a obtenção de renda.

Dentro dessa perspectiva, o acesso a terra, a partir da interação entre proprietários de terras e o mercado imobiliário traz uma problemática e conflituosa realidade urbana, uma vez que, existe a interação entre a elite capitalista da sociedade, no qual, possuem interesses em comum, por sua vez, menosprezam, excluem e exploram as demais classes sociais do direito a tudo que a terra significa, bem como, moradia, serviços públicos entre outros.

RESULTADOS

A especulação imobiliária tem promovido o ideário rentista sobre a terra urbana, sobretudo, a atuação do mercado imobiliário tem determinado o preço da terra, bem como, o uso do solo urbano, moradia e principalmente, tem proporcionado a acumulação de riqueza para proprietários de terras, por meio, da valorização constante do espaço urbano.

A apropriação privada da terra e o ideário rentista tem relação direta com os conflitos urbanos, pois, ambos os processos evidenciam a distinção das classes sociais no acesso a terra, bem como, o direito a cidade, solo urbanizado, infraestruturas e serviços públicos.

Os conflitos urbanos são visíveis ao analisar a paisagem urbana, no qual, visualizam-se bairros valorizados, equipados de infraestruturas, bem como, grande quantidade de lotes vazios subutilizados em áreas centrais. Por sua vez, a concentração de lotes vazios no espaço urbano é uma evidencia da atuação rentista sobre a terra, pois, enquanto permanecem subutilizados na mão de poucos proprietários á espera de valorização

para obter renda, existe um grande número tem pessoas que sofrem sem o direito à moradia em áreas adequadas a sobrevivência, ou seja, vivem nos arredores da cidade.

Em meio a tanto conflitos encontrados no espaço urbano, cabe nos questionar o porquê não ocupar as áreas que são mantidas a espera de valorização, uma vez que, facilitaria o acesso da população carente à área urbanizada, bem como, diminuiria o crescimento desordenado das cidades que afetam custos ao poder público, porém, tal condição é vedada devido à barreira da apropriação privada do solo urbano.

Desse modo, visualizam-se bairros periféricos que exclui a população empobrecida do direito a cidade, sobretudo, distinguem-se na distribuição de infraestruturas, serviços públicos e acessibilidade, ou seja, a dinâmica imobiliária tem impossibilitado a população de baixo poder aquisitivo ao direito ao solo urbanizado.

O solo urbanizado refere-se á área urbana dotada de infraestrutura a serviço da coletividade, ou seja, refere-se á área urbana que oferece qualidade de vida a população. Uma vez que, a cidade não deve ser vista somente como espaço de trabalho e moradia, mas sim, como espaço saudável que garanta vida digna a todos os cidadãos.

Entretanto, a dificuldade de acesso á locais adequados para a moradia tem levado a população a habitar áreas longínquas, sem infraestruturas em locais insalubres que representam riscos a sobrevivência, uma vez que, a atuação rentista do capital sobre o espaço urbano tem elevado o nível da desigualdade social, pois, a população carente não consegue competir com o mercado imobiliário e a moradia nesses locais torna-se uma obrigatoriedade a sobrevivência.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi realizar uma discussão que abrangesse a propriedade privada da terra urbana juntamente com a atuação do mercado imobiliário, no qual, ambos detêm estratégias capitalistas de forma a subordinar a terra para produção de renda, devido à valorização imposta sobre a mesma, ou seja, a terra perante o sistema capitalista de produção tornou-se inserida num contexto mercadológico.

Consequentemente a valorização da terra urbana constitui-se como resultado da especulação imobiliária que é exercida sobre o espaço urbano, diante desse cenário observa-se o contraste na paisagem das cidades como resultado do rentismo que segrega a população em termos de poder aquisivo.

O contraste na paisagem urbana pode ser visualizado, por meio, das desigualdades sociais representadas por meio de bairros e infraestruturas das moradias que vão desde mansões em bairros arborizados ou condomínios fechados e lotes vazios a espera de valorização, em contrapartida, existe a população que sofre sem infraestruturas adequadas, bairros desvalorizados, longínquos de difícil acesso a áreas centrais, sobretudo, com difíceis condições a sobrevivência.

Nesta perspectiva torna-se central a compreensão da terra como fonte de exploração econômica, por parte daqueles que detém o monopólio da mesma, uma vez que, está garantido ao proprietário o direito de usufruir de renda, bem como, o monopólio sobre um pedaço de terra permite ao proprietário cobrar um preço para a permissão do uso. Por outro lado, está imposta a necessidade de pagar um preço para ter acesso à mesma, ou seja, a terra embora se constitua como um bem natural está a serviço do capitalismo.

A exploração econômica está associada aos diferentes usos da terra urbana, e são consequências do ideário capitalista de acumulação rentista. Este sistema parte como modelador da estrutura urbana, uma vez que, o cidadão que pode pagar o preço imposto pelo mercado imobiliário melhor se localiza no espaço urbano.

Sendo assim, o espaço urbano se constitui como um ambiente conflituoso, de contrastes e desigualdades, características que podem ser visualizadas se observamos as áreas destinadas à habitação, sobretudo, destaca-se as diferentes classes sociais que disputam esse espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOTELHO, Adriano. **A Renda Fundiária urbana**: Uma categoria de análise ainda válida. 2010. Revista Geographia, Disponível em http:// www.uff.br. Acesso em: 10 de Outubro de 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia). CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. 4.ed. São Paulo: Ática, 2003.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. prefácio de Fernando Henrique Cardoso, 2ª- ed. Rio de Janeiro, 1993, Paz e Terra.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; FARIAS, Camila Salles. **O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil**. Observatório geográfico, 1994. Disponível em http:// www. observatório geográfico américa latina.org. Acesso em 20 de Novembro de 2016.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. 10. ed. 1ª reimpressão, São Paulo: Contexto 2015. (Repensando a Geografia). RODRIGUES, Arlete Moysés. Propriedade Fundiária Urbana e Controle Socioespacial Urbano. 2014. Revista eletrônica de geografia e ciências sociais Disponível em http:// www.ub.edu/col

TRABALHOS APROVADOS PARA A EDIÇÃO ESPECIAL DO REVISTA PRESPECTIVA GEOGRÁFICA

ENSINO DE GEOGRAFIA

A EDUCAÇÃO NA FRONTEIRA: CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO (PARANÁ-BRASIL)

Vanderson Rafael Muller Dapper
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon. E-mail: vandersondapper@hotmail.com.

Marli Terezinha Szumilo Schlosser
Doutora em Geografia, Docente do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon e Francisco Beltrão.
E-mail: marlisch20@hotmail.com.

Resumo – Na pesquisa em questão considerou-se a fronteira como espaço social que extrapola os limites políticos e cartográficos dos países com as interações que as populações fronteiriças estabelecem entre si, objetiva-se discutir neste trabalho as características da educação desenvolvida nos espaços de fronteira. Para tanto, procedeu-se a investigação sobre o processo de ensino-aprendizagem na perspectiva das professoras de Geografia do município de Pato Bragado (Paraná-Brasil). Desse modo, observou-se a presença de vários estudantes paraguaios no educandário que enfrentam dificuldades quando matriculados e inseridos nas escolas bragadenses, desta forma permite considerar que as escolas da fronteira necessitam se apropriar da diversidade cultural e linguística existente no ambiente escolar e elaborar projetos educacionais a partir desta realidade.

Palavras-chave: Educação na fronteira; Diversidade cultural; Processo de ensino-aprendizagem.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A MÚSICA E O ESPAÇO, POSSIBILIDADES E ENTENDIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DO SABER GEOGRÁFICO PELA REALIDADE DO ALUNO - DISCUTINDO A MÚSICA "175 NADA ESPECIAL"

Tauãn Medino Gomes da Silva e Sá
Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *campus* Francisco Beltrão, Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* Francisco Beltrão. Contato: tauamgaspar@hotmail.com
Ritieli Pires da Silva
Estudante de Geografia Bacharelado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *campus* Francisco Beltrão, graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE *campus* Francisco Beltrão, pós-graduada Lato-Sensu, especialização em Educação Especial e Educação Especial: Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) pela Faculdade Inova. Membro do Grupo de Estudos Corpo, Gênero e Diversidade e bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Contato: rittyps@live.com

Resumo – Este trabalho consiste em uma reflexão inicial a respeito da utilização da música como um recurso pedagógico, sobretudo, o uso da música "175 nada especial" do cantor e compositor Gabriel O Pensador. Discutimos aqui sobre a utilização da música como uma estratégia de aproximar a realidade dos alunos aos conteúdos geográficos, debatemos ainda sobre a prática pedagógica no processo de ensino aprendizagem através da utilização música e por fim, discorremos sobre a música acima mencionada como uma forma de chamar a atenção dos alunos desinteressados para aproxima-los do debate sobre temáticas mencionadas na música relacionando com as vivências dos discentes. Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida por meio de análise bibliográfica, enfatizando no uso da música como um recurso pedagógico que venha a auxiliar os professores na construção do conhecimento.

Palavras-chave: Música; realidade; ensino e aprendizagem.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O ENSINO DE GEOGRAFIA E AS ADAPTAÇÕES CURRICULARES NA INCLUSÃO ESCOLAR

Suelen Terre de Azevedo
Doutoranda em Geografia, Universidade Estadual de Maringá – UEM.
E-mail: suelenterre@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho objetiva analisar como as adaptações curriculares na disciplina de Geografia podem contribuir para a inclusão de alunos com transtorno de aprendizagem. Neste sentido, esperamos compreender a educação inclusiva, identificando as estratégias e os procedimentos de adaptações curriculares como possibilidade de concretização do processo inclusivo e relacionar a disciplina de Geografia no processo de ensino aprendizagem da Educação Especial. A pesquisa de caráter bibliográfico compreende analisar as adaptações curriculares como possibilidade para auxiliar as dificuldades verificadas em sala de aula, adaptando-as para o bem-estar coletivo e individual dos alunos com transtornos de aprendizagem. Enfatizando especificamente a disciplina escolar de Geografia, refletindo sobre como o processo de ensino aprendizagem é relevante para os alunos com transtornos de aprendizagem e como a disciplina de Geografia pode auxiliar no processo da inclusão escolar, visto que ao compreender a realidade é possível que os alunos se identifiquem como agentes autônomos favorecendo sua inclusão escolar.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Inclusão Escolar; Educação Especial; Adaptações Curriculares

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

GEOGRAFIA FISICA

A MORFOPEDOLOGIA DAS VERTENTES E AS DIMENSÕES DAS APP FLUVIAIS NA BACIA DO CÓRREGO PEROBA-PR

Carolina Glaeser Benincá
Graduanda em Geografia, UNIOESTE/Campus de Marechal Cândido Rondon,
carolgbeninca@gmail.com

Vanda Moreira Martins
Doutora, PPG em Geografia/Curso de Geografia/UNIOESTE/ Campus de Marechal Cândido Rondon,
mmvanda@hotmail.com

Resumo:

As Áreas de Preservação Permanente (APP) são as áreas associadas aos corpos d'água, cobertas por vegetação e destinadas a conservação dos recursos hídricos, da paisagem e da base geológica. Suas dimensões foram definidas, no Código Florestal Brasileiro, a partir da largura do curso d'água e do tamanho do módulo fiscal integrante. A partir de uma reflexão sobre estes critérios, o presente trabalho aborda a interação entre os atributos morfopedológicos das vertentes e as APP fluviais na sub-bacia hidrográfica do Córrego Peroba, a fim de sugerir critérios fisiográficos para a delimitação das APP fluviais. A morfologia das vertentes (curvatura vertical e horizontal) e os atributos dos solos (espessura, textura, drenagem etc) foram os elementos básicos que nortearam a análise. A sub-bacia está localizada no circuito periurbano do município de Marechal Cândido Rondon-PR. As APP fluviais ao longo do canal principal da sub-bacia, via de regra, estão em conformidade com os critérios do Códico Florestal Brasileiro (2012), o que não significa que eles são adequados para garantir o equilíbrio do potencial natural/ecológico dos setores de fundos de vale, em que dominam as curvaturas de vertente convexo convergentes e os solos espessos e muito argilosos.

Palavras-chave: Código Florestal; curvatura de vertentes; solos.

Trabalho completo

ANÁLISE FITOLITICA APLICADA NA RECONSTITUIÇÃO PALEOAMBIENTAL NA ESEC CAETETUS – GÁLIA (SP)

Erica de Souza
Mestranda,PPG- Geografia, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, *geo_eri@hotmail.com*

Marcia Regina Calegari(1)
Doutora, Colegiado de Geografia – Mestrado, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, *marciareg_calegari@hotmail.com*

Pablo Vidal Torrado
Doutor, Departamento de Ciência do Solo, ESAQL/USp, Piracicaba (SP).

Marco Madella
PhD, CaSEsResearchGroup, Departamento de of Humanidades, Universidade Pompeu Fabra, Barcelona, Espanha.

Rodrigo S. Macedo
Doutor, Instituto Nacional do Semiárido, Av. Francisco Lopes de Almeida, S/N, Campina Grande, PB. CEP: 58429-970, Brazil; macedo-rs@hotmail.

Resumo – Nesta pesquisa a análise fitolítica foi aplicada em área de preservação ambiental da Floresta Estacional Semidecidual– FES, localizada no interior da Estação Ecológica de Caetetus, no município de Gália, Estado de São Paulo. O estudo foi realizado empregando uma abordagem *multiproxy* visando e um conjunto de dados inter-relacionados e complementares teve como objetivo organizar a coleção de referência de fitólitos modernos (CRFM) da FES e entender a trajetória evolutiva e cronológica da vegetação da área da ESEC Caetetus, no Planalto Ocidental Paulistas, durante o Holoceno, visando contribuir para o entendimento da história climática e da vegetação da região, subsídio para preservação desse fragmento de floresta. A reconstituição da vegetação ESEC permitiu identificar que durante o Holoceno inferior na área prevaleceu uma vegetação mais aberta que atual, que durante o Holoceno médio sofreu uma abertura ainda maior, associada a um período mais seco e quente que o anterior, que teria permitido a formação de uma vegetação semelhante a um Cerrado/Cerradão, com importante contribuição de plantas lenhosas. A atual Floresta Estacional Semicidual teria iniciada a sua formação em torno de 1.400 anos AP.

Palavras-chave: Reconstituição paleoambiental, fitólito, Floresta Estacional Semidecidual.

ATUALIZAÇÃO DO MAPA DE SOLOS NA BACIA DO PARANÁ 3: ESTUDO DE CASO DAS SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS SÃO FRANCISCO VERDADEIRO E SÃO FRANCISCO FALSO.

Bruno Aparecido da Silva
Doutorando em Geografia, PPGG-UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão;
E-mail: brunoborchertesilva@gmail.com

Marcia Regina Calegari
Docente do PPGG-UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon e Francisco Beltrão;
E-mail: marciareg_calegari@hotmail.com

Resumo – Os solos das bacias hidrográficas no extremo Oeste do Paraná foram oficialmente mapeados em escala de 1:250.000. Isso tem inviabilizado o avanço de pesquisas acadêmicas, assim como o planejamento voltado à conservação e manejo de solos. Uma alternativa viável e eficiente tem se estabelecido nas últimas décadas, a utilização de índices geomorfométricos, oriundos de Modelos Digitais de Elevação (MDE). Diante desse cenário, considerando a ausência de mapas detalhados de solos no extremo oeste paranaense, o objetivo deste trabalho foi elaborar o mapa de solos das sub-bacias hidrográficas dos rios São Francisco Verdadeiro e São Francisco Falso, em escala aproximada de 1:50.000, a partir de parâmetros morfométricos do terreno, tendo em vista melhorar a escala de publicação do mapeamento existente, além de subsidiar a investigação de doutorado sobre a aloctonia dos Latossolos na mesma região em questão. Foram sistematizados dados de declividade e índices de capacidade de transporte de sedimentos e topográfico de umidade, em seguida prosseguiu-se com a álgebra entre estes parâmetros em Sistemas de Informações Geográficas. Com isso, quatro (04) unidades de mapeamento foram definidas: Latossolos Vermelhos (LVf), Nitossolos Vermelhos (NVf), Neossolos Regolíticos+Cambissolos Háplicos+Neossolos Litólicos (RR+CX+RL) e Gleissolos Háplicos+Neossolos Flúvicos (GX+RY), predominando a unidade dos NV. Os resultados demonstraram a influência do relevo na distribuição dos solos, refletidos pela distribuição das classes dos parâmetros morfométricos.

Palavras-chave: índices geomorfométricos; solo-relevo; Bacia do Paraná 3

ESTUDO MORFOPEDOLÓGICO EM UMA TOPOSSEQUÊNCIA NA ESQUINA MEMÓRIA – TOLEDO – PR

Anderson Habeck
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Marechal Cândido Rondon
anderson.habeck@unioeste.br

Marcia Regina Calegari
Prof. Dra. em Agronomia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Marechal Cândido Rondon
marciareg_calegari@hotmail.com

Patricia Antonio de Oliveira
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Marechal Cândido Rondon
patricia.oliveira2401@hotmail.com

Geovane Ricardo Calixto
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Marechal Cândido Rondon
geovane.calixto@unioeste.br

Ericson Hideki Hayakawa
Prof. Dr. em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Marechal Cândido Rondon
ericson_geo@yahoo.com.br

Resumo O presente trabalho apresenta o estudo de uma topossequência em uma bacia de 1ª ordem, no município de Toledo − PR. Este trabalho teve como principal objetivo identificar o sistema pedológico em uma vertente representativa dessa unidade de paisagem e compreender as suas fragilidades e potencialidades ambientais. A arquitetura e a geometria dos horizontes ao longo da vertente foram estabelecidas por meio da Análise Estrutural da Cobertura Pedológica. Complementarmente foram analisadas as relações entre a distribuição dos solos e as formas do relevo, bem como a ocorrência e suscetibilidade aos processos erosivos em cada segmento da vertente. O sistema pedológico identificado ao longo da topossequência é composto, de montante para jusante, de LATOSSOLO VERMELHO nos segmentos de topo, média alta e média-baixa vertente; NITOSSOLO VERMELHO na transição entre os segmentos de média baixa e baixa vertente e; CAMBISSOLO HÁPLICO no fundo de vale. A distribuição dos solos apresenta estreita relação entre o material de origem (basalto), as formas, declividade e extensão dos segmentos da vertente. A compactação do solo parece ser o principal causador de escoamento superficial nos segmentos planos da vertente, desencadeando processos lineares e perdas de solo na encostas e novas zonas de fragilidade no fundo de vale.

Palavras-chave: análise estrutural. solo. relação solo/relevo. horizonte de solo. erosão. compactação.

FINGERPRINTING FITOLÍTICO DE FITOFISIONOMIAS FLORESTADAS DO BIOMA MATA ATLÂNTICA

Jonathan Harrison Mozer
Mestrando em Geografia (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), PPG em Geografia//Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Campus Marechal Cândido Rondon
Email:jonathanmozer09@gmail.com

Marcia Regina Calegari (1)
Drª em Solo e Nutrição de Plantas (Escola Superiror de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ/USP), PPG em Geografia//Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Campus Marechal Cândido Rondon
Email: marciareg_calegari@hotmail.com

Érica de Souza (1)
Mestrando em Geografia (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), PPG em Geografia//Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Campus Marechal Cândido Rondon

Pablo Vidal-Torrado (2)
Dr. em Solo e Nutrição de Plantas (Escola Superiror de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ/USP), Departamento de Ciência do Solo/Escola Superiror de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ/USP.

Rodrigo Santana Macedo (2)
Drª em Solo e Nutrição de Plantas (Escola Superiror de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ/USP), Departamento de Ciência do Solo/Escola Superiror de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ/USP

Marco Madella (3)
Dr. em Archaeological Sciences.
University of Cambridge, CAM, Inglaterra, Departamento de Humanidades/ Universitat Pompeu Fabra (Barcelona, Espanha).

Luciane Marcolin (4)
Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Programa de Pós-Graduação em Geografia – Nível Doutorado/Universidade Federal do Paraná.

Resumo – A interpretação de dados paleoambientais tem sido realizada por meio de comparações com ecossistemas atuais. Na tentativa de reconstituição e entendimento das condições (paleo)ambientais vários proxies têm sido empregados, como os fitólitos (microcorpúsculos de sílica amorfa produzidos por plantas), pois podem ser incorporados aos solos e permanecerem por longos períodos, formando a assinatura fitolítica (fingerprinting) da vegetação que ali se desenvolveu. Este trabalho apresenta os resultados de um estudo que visou comparar a assembleia fitolítica preservada nos primeiros centímetros de solos de três fitofisionomias florestadas do Bioma Mata Atlântica: Ombrófila Alto-Montana, Estacional Semidecidual e Mata de Restinga e definir o seu fingerprinting. Observou-se bom nível de produção e preservação de fitólitos no solo, reforçando a importância deste proxy. Foram identificados e classificados 31 morfotipos. O fingerprinting das fitofisionomias se caracterizou a partir das assembleias preservada nos primeiros centímetros do solo (0-5 cm), marcando o predomínio de plantas Eudicotiledôneas.

Palavras-chave: Fitólitos; Opala Biogênica; Reconstituição Paleoambiental; Assembleia fitolítica.

GEOGRAFIA HUMANA

RESISTÊNCIA E CULTURA: A TRAJETÓRIA GUARANI NA LUTA PELA TERRA NO OESTE DO PARANÁ

Léia Patek de Souza
Graduanda em história na Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
leiapatek2@hotmail.com.

Resumo – O trabalho tem por objetivo analisar, a partir de entrevista realizada com o indígena Guarani Adriano Benites, a trajetória de resistência Guarani frente aos conflitos na luta pela demarcação de terras. Partiremos da contextualização sobre a presença dos Guarani no Oeste do Paraná seus modos de vida e tradições, colocados em contraposição com o processo de colonização da região e os ideais que o guiaram, buscando compreender qual o papel das diferentes concepções de uso e propriedade da terra, nos conflitos existentes entre agricultores e Guaranis na região Oeste do Paraná. A partir de então analisaremos a agência dos Guarani enquanto sujeitos políticos, observando-a a partir da narrativa produzida por Adriano, afim de lançar luz sobre as alterações que exerceram em sua lógica de vida ao decorrer da luta pelo direito à terra, buscando compreender com quais sentidos podemos enxerga-las lançando mão da perspectiva da aculturação, que inferioriza e apaga o indígena de sua própria história. As reflexões aqui desenvolvidas são fruto de minha participação na pesquisa intitulada "*Colonização, Propriedade e Projetos Agrícolas no Paraná (Segunda Metade do Século XX)",* coordenada pelo Prof. Dr. Marcos Nestor Stein. A pesquisa é vinculada ao INCT- História Social das Propriedades e Direitos de Acesso e à Rede Proprietas e financiada pelo CNPq e Capes.

Palavras-chave: Guarani; Propriedade; Cultura; Luta pela Terra.